



TRANSFORMAR À ESQUERDA

**MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA
APRESENTADA AO XVII CONGRESSO
NACIONAL DA JS**

1.º Subscritor: Pedro Delgado Alves, militante n.º 51739



INTRODUÇÃO

Uma Esquerda que transforma

O principal desafio da Juventude Socialista nos próximos anos, num momento internacional e nacional particularmente difícil, tem de continuar a ser o de **Transformar à Esquerda**, defendendo, reforçando e aprofundando o modelo democrático e social da República Portuguesa e reafirmando o seu compromisso ideológico com os valores do socialismo democrático. A Juventude Socialista tem de continuar a revelar na sua actuação política e intervenção pública o seu empenho na afirmação dos valores da democracia, da igualdade, da liberdade e da solidariedade e na protecção dos direitos fundamentais.

Na prossecução desses fins, e apostada na criação de uma sociedade efectivamente livre, justa, solidária e inclusiva, a JS não pode dispensar a existência de um Estado social interventivo e forte, assegurando a correcção de assimetrias económicas e sociais, promovendo a realização da justiça redistributiva e combatendo as discriminações que ainda subsistem entre nós. A transformação à esquerda passa precisamente por esse caminho de valorização do nosso modelo social e, na primeira linha, pela defesa das conquistas sociais alcançadas nas últimas décadas.

A mobilização da JS para este desafio não é recente, remontando ao momento da sua fundação e aos objectivos políticos que tem traçado ao longo das últimas décadas. A nossa capacidade transformadora está bem presente no legado histórico da Juventude Socialista, cuja determinação e capacidade de mobilização para as causas emancipadoras da sociedade permitiram desencadear as forças que conduziram, entre outras mudanças essenciais, ao fim do serviço militar obrigatório, à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, à criação e manutenção de políticas sociais de apoio ao jovens em busca de primeiro emprego e primeira habitação, à aposta na educação pública destinada a tornar as gerações mais novas nas mais qualificadas de sempre e à possibilidade de celebrar casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo.



Mais do que uma mera consciência crítica de esquerda, apostada apenas em apontar um caminho e em exigir com urgência a realização dos seus objectivos, a JS tem sido um dos efectivos motores da transformação social e da modernização da sociedade em Portugal e tem de continuar a reivindicar essa tarefa e a assumi-la como parte indispensável da sua missão. Felizmente, a forma estruturada e responsável como a JS tem assumido esta missão nos últimos anos tem-lhe permitido contribuir para o debate político no seio do Partido Socialista, e verter muitas das suas reivindicações nas propostas apresentadas pelo PS e executadas pelos Governos por ele suportados.

É com orgulho e sentido de dever cumprido que, para além das suas vitórias históricas já enunciadas, a JS pode identificar inúmeras marcas da sua actuação nas realizações recentes do PS: a aposta nos estágios profissionais a partir dos inúmeros programas desenvolvidos pelo actual e anterior governos; o combate aos estágios não remunerados e a criação de incentivos à contratação de jovens na legislação laboral; a reformulação do programa Porta 65 Jovem, no que respeita ao apoio à habitação; a aposta na política de qualificações, reforçando o papel da escola pública e aumentando os apoios sociais indispensáveis ao seu sucesso; a implementação da educação sexual no ensino básico e secundário; a modernização e aposta no ensino superior público; e, pelo seu peso simbólico, a já referida consagração do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

O rumo que traçarmos para os próximos dois anos tem de continuar a afirmar esta estratégia de sucesso, assente, por um lado, no equilíbrio da clara afirmação da JS como estrutura autónoma do Partido Socialista, nos termos dos seus estatutos e na fidelidade à sua história, e potenciada, por outro lado, na promoção do debate e da formação interna de propostas políticas, no alargamento desse debate à sociedade civil e ao PS, reforçando os argumentários e melhorando o conteúdo das iniciativas políticas e na aposta na sua execução no plano nacional e no plano local.



Mas bem mais do que uma organização que está apostada apenas na introdução da mudança enquanto valor em si mesmo, somos e devemos continuar a ser uma organização apostada na transformação à esquerda, ideologicamente orientada com coerência pelos valores do socialismo democrático e da República, empenhada na construção de uma sociedade mais justa, mais livre e em que a igualdade de oportunidades é uma realidade e não uma miragem.

Teremos de continuar a ser fiéis aos valores dos quais também somos depositários, e conhecer as suas raízes mais remotas no movimento operário europeu do século XIX, o papel determinante dos partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas na construção do Estado social ao longo do século XX, reforçar a memória do nosso património comum nas lutas que partilhámos pela emancipação das mulheres, pelo fim das discriminações e pelas liberdades e direitos fundamentais, o que, no caso português, implica também mantermos viva e honrarmos a recordação da resistência à Ditadura e o papel determinante do Partido Socialista na implementação da democracia e no abraçar e aprofundar do projecto europeu.

Uma esquerda ao serviço da República

Os militantes da JS têm bem noção desta capacidade transformadora e são por ela motivados diariamente. Ao percorrer o País e ao conhecer as actividades e projectos das centenas de estruturas da Juventude Socialista, o que encontramos na grande maioria dos núcleos, concelhias e federações não são modelos estereotipados de militantes de juventudes partidárias enredados em escolas de vícios e em busca de benefícios pessoais, mas sim jovens das mais diversas proveniências geográficas, económicas e sociais, estudantes, investigadores, trabalhadores e empreendedores motivados pela construção de uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária e dispostos a abdicar do seu tempo e da sua energia para alcançar esse objectivo, revelando uma dedicação à mais nobre e republicana das actividades, o serviço à causa pública. É, pois, essencial valorizar o seu trabalho e manter acesa a chama da sua motivação, do Norte ao Sul do Continente, nas Regiões Autónomas e junto das comunidades de jovens socialistas no estrangeiro.



A JS tem de continuar a assumir permanentemente esta visão republicana do serviço público, assegurando que não haverá espaço dentro da organização para quem procura satisfazer os seus próprios interesses individuais, ao invés de se dedicar à prossecução dos fins colectivos de transformação da sociedade, de defesa da democracia e dos direitos fundamentais de todos e todas e de serviço à causa da República.

Num momento em que a actividade política e, em particular, a actividade partidária, aparecem particularmente descredibilizadas aos olhos da opinião pública, num momento em que os cidadãos não identificam necessariamente os titulares de cargos públicos como empenhados na prossecução do interesse comum, importa demonstrar que essa ideia não corresponde à realidade, e que, mais do que esperança naqueles que hoje se encontram dispostos a enfrentar o caminho por vezes difícil da exposição pública e da intervenção cívica, há espaço para todos os cidadãos participarem nessa tarefa. Acima de tudo, as organizações partidárias têm de representar uma intermediação com a sociedade e com os cidadãos e as cidadãs, ao invés de se fecharem sobre si mesmas e se afastarem daqueles que têm de servir e mobilizar para a intervenção cívica.

Uma esquerda ao serviço da Europa

A transformação à esquerda que a Juventude Socialista deve abraçar nos próximos anos tem também de passar por uma mobilização interventiva no âmbito europeu e internacional. A crise financeira e económica que atravessamos é reveladora da necessidade dessa transformação, e das virtudes do modelo defendido pelo socialismo democrático para as relações entre Estado e economia e entre poder político e poder económico, desta feita numa dimensão que vai para lá das fronteiras nacionais e que assume relevo europeu e global.



Mais do que apenas vencer a crise com uma estratégia europeia e internacional de solidariedade, há que assegurar que a reconstrução económica não vai assentar nos mesmos erros e omissões e nas mesmas crenças inabaláveis nas virtudes do mercado desregulado que nos conduziram ao momento presente. É, pois, necessário transformar à esquerda também neste contexto de uma sociedade globalizada e da nossa integração no projecto europeu, exigindo mais e melhor intervenção pública nestes níveis de governação.

Uma esquerda em defesa do Estado social

Neste contexto de maiores dificuldades em que desenvolveremos a nossa actuação cívica, é importante sublinharmos a defesa dos valores que caracterizam a nossa visão de sociedade, muitos dos quais são amplamente consensuais entre a população portuguesa. A crise não pode servir para alguns procurarem desmontar as conquistas de outros tempos, liberalizando o papel do Estado e recuando na protecção social.

Consequentemente, no centro da nossa actuação tem de se encontrar o nosso compromisso com o nosso modelo social, o modelo da nossa democracia desde os seus alvares, o modelo da nossa Constituição, uma das mais avançadas da Europa na concessão de direitos fundamentais sociais, na afirmação de que a dignidade humana é uma tarefa de toda a sociedade, através do Estado e do seu papel regulador, interventivo, prestador e fiscalizador.

Na primeira linha da reafirmação desses valores tem de se encontrar um compromisso firme em defender a Constituição daqueles que pretendem desfigurá-la e reduzir a protecção social que ela a todos e todas oferece. Rever a Constituição para aprofundar e melhorar a forma de realização dos seus objectivos de justiça e progresso social e enriquecer e actualizar a protecção de direitos fundamentais deve ser uma tarefa mobilizadora para a JS num momento em que essa possibilidade se levanta.



Contudo, rever a Constituição como forma de abandonar os traços essenciais do Estado social, entregando cada um à sua sorte e aos azares do mercado, deve merecer o claro repúdio da nossa organização e o empenhado combate dos seus militantes. A tarefa de transformar à esquerda começa pela defesa da Constituição de qualquer frenesim revisionista que, aproveitando um eventual pretexto fornecido pela crise, pretende descaracterizar o Estado social e as suas realizações no plano da criação da igualdade de oportunidades.

Uma esquerda com um rumo

Assentes os valores que nos identificam e reafirmada a nossa motivação, cumpre enunciar quais os objectivos que pretendemos prosseguir nos próximos dois anos e quais os eixos fundamentais da nossa intervenção no debate público. Sendo certo que o contexto político, económico e social que atravessamos, e a contribuição que podemos dar para responder à crise em Portugal e na Europa devem ser prioritários na nossa actuação futura, não deixaremos de sublinhar que temos um rumo claro, enunciando os variados eixos de intervenção que desenvolveremos com vista a reforçar a emancipação jovem, melhorar as qualificações dos portugueses, promover uma estratégia de desenvolvimento sustentável e defender os direitos e liberdades fundamentais da população.

Em primeiro lugar, a centralidade das políticas de emancipação jovem, com particular destaque para as políticas de emprego. Num momento de dificuldades económicas, as preocupações da JS devem passar pela redução do desemprego e pelo combate às condições de trabalho precárias.

Em segundo lugar, uma continuada aposta nas qualificações, partindo desde o alargamento da rede do ensino pré-escolar, passando pela aposta nos conteúdos do ensino básico secundário (em particular a educação para a cidadania e a educação sexual, mas sem descurar a necessidade de encetar um amplo debate em torno do que pretendemos de uma escolaridade obrigatória até ao 12.º ano) e pela atenção a dar à acção social escolar no ensino superior, tornando-a mais justa e célere, e ao



financiamento do 2.º ciclo de estudos superiores, assegurando o acesso a todos aos níveis de formação que se tornarão gradualmente exigíveis pelo mercado de trabalho.

No plano das políticas ambientais, o nosso empenho deve continuar no reconhecimento dos saltos de gigante operados por Portugal no plano das políticas de energia, através da aposta nas energias renováveis, reafirmando o nosso compromisso com a sua diversificação e com a dinamização da eficiência energética, ao mesmo tempo que recusamos com clareza a opção nuclear.

Num outro domínio central, a actuação da JS tem de continuar marcada pelo combate às discriminações e pelo aprofundamento da protecção dos direitos e liberdades fundamentais, apostando na promoção efectiva da igualdade de género, alargando a intervenção anti-discriminatória (com ênfase na homofobia, xenofobia e discriminação de pessoas com deficiência) e não abandonando a discussão de questões centrais para o exercício livre das opções de cada cidadão e cidadã. Paralelamente, importa introduzir um importante eixo no debate político da JS que tem estado ausente da sua intervenção pública, que respeita às políticas culturais, e dinamizar novas frentes de discussão de questões relativas à protecção de direitos fundamentais, designadamente a discussão em torno dos desafios da protecção de direitos fundamentais na internet.

Por outro lado, a JS deve ainda empenhar-se na discussão em torno da reforma da República, particularmente relevante no ano em que comemoramos o seu Centenário, assentando os seus esforços em dois eixos principais: reforço da participação cívica das populações e do seu envolvimento na gestão da coisa pública e introdução de reformas institucionais relevantes, geradoras de racionalidade e potenciando a aproximação às populações

Finalmente, a Juventude Socialista tem de reafirmar e aprofundar a sua visão quanto à necessidade de reformar a governação económica à escala europeia e de recordar que existem alternativas à esquerda para o modelo que hoje nos impõe soluções que não se afiguram como a mais adequadas a promover o crescimento e a corrigir assimetrias regionais, económicas ou sociais.



1. Emancipação

A emancipação jovem tem representado um dos principais eixos de actuação da Juventude Socialista nos últimos anos, assentando no reconhecimento de que a criação de efectiva igualdade de oportunidades para todos e todas, correctora de assimetrias económicas, sociais ou regionais, carece de uma intervenção promotora e dinamizadora por parte do Estado e de outras entidades públicas, particularmente nos domínios do emprego e da habitação.

Os jovens portugueses contam-se entre aqueles que, no plano europeu, registam mais tardios processos de autonomização pessoal, abandonando a casa do agregado familiar apenas por volta dos 29 anos, enfrentando dificuldades na obtenção do primeiro emprego (particularmente quando os seus níveis de qualificações são mais baixos) e deparando-se com relações laborais precárias, que dificultam o restante processo de emancipação.

A realização individual, o pleno desenvolvimento da personalidade e a integração na vida activa dos jovens portugueses assenta, em grande medida, na efectiva garantia dos direitos sociais plasmados na Constituição e que expressamente revelam o carácter transversal das políticas de juventude, particularmente no que respeita ao acesso ao primeiro emprego, à dignificação das relações laborais e ao acesso à habitação.

1.1.EMPREGO

As políticas para a área do emprego devem desempenhar a principal prioridade de actuação da JS nos próximos anos. No quadro de uma política de emancipação jovem efectiva, o eixo da empregabilidade revela-se o mais relevante no processo de autonomização de um jovem, a porta de entrada para a independência financeira e para início de um percurso profissional que acabará por potenciar as outras dimensões da emancipação.



Nos últimos anos, as principais preocupações da Juventude Socialista neste domínio têm passado pela redução da precariedade nas relações laborais estabelecidas pelos jovens, saudando a aposta realizada em alterações ao quadro legal aplicável à contratação a prazo e exigindo um reforço da fiscalização da utilização muitas vezes abusiva da figura dos recibos verdes. A actuação do Governo do Partido Socialista tem correspondido à prossecução destes objectivos, designadamente no que respeita à proibição de estágios não remunerados e ao reforço de meios da Autoridade para as Condições de Trabalho, começando-se a trilhar um percurso destinado a dar resposta a esta dimensão dos problemas do emprego jovem.

Infelizmente, no momento presente, a nossa principal preocupação neste domínio deve corresponder à luta pela redução do desemprego jovem – num momento em que a taxa de desemprego geral se encontra acima dos 10%, a taxa de desemprego na população jovem ultrapassa os 20%, sendo a incidência ainda superior na maioria das zonas do interior do País. Em grande medida, o sucesso das políticas de emprego está intimamente ligado ao crescimento da economia e à capacidade de criação de emprego em resultado da expansão económica. Daí que, parte da receita para a criação de emprego passe também por sustentar a intervenção dinamizadora da economia por parte do Estado, através da manutenção de níveis significativos e diversificados de investimento público (que hoje encontramos reflectidos, por exemplo, na renovação do parque escolar, na construção de novos hospitais ou na aposta em algumas obras públicas infra-estruturais de relevo para a economia nacional).

Contudo, por vezes os resultados dessas opções estratégicas para o relançamento da economia e criação de emprego não têm visibilidade e efeitos imediatos, sendo necessário complementá-las com políticas activas de emprego a vários níveis. Assim sendo, importa, portanto, mobilizar os vários planos de intervenção da nossa organização, quer no domínio autárquico, onde os municípios devem ser potenciados enquanto agentes de criação de crescimento, e de oportunidades de emprego e de apoio ao empreendedorismo jovem, quer no plano nacional, através da manutenção de programas de apoio ao primeiro emprego e de estágios profissionais, na linha dos resultados positivos observados nos últimos anos, quer na frente das qualificações,



continuando a reconhecer o impacto positivo directo que daí se retira para o acesso ao mercado de trabalho.

A) Estágios profissionais

A aposta nos estágios profissionais tem vindo a revelar-se uma opção política acertada, com verdadeira capacidade de contribuir para a empregabilidade dos mais jovens integrantes da população activa e para a redução da precariedade das relações laborais. Para além dos dados disponíveis revelarem o sucesso das medidas, com taxas de empregabilidade definitiva dos estagiários na casa dos 80%, os programas contribuem desde logo para quebrar o ciclo vicioso da exigência de prévia experiência profissional para o ingresso no mercado de trabalho, vedando de forma por vezes inultrapassável o acesso rápido a um primeiro emprego digno.

Programas nacionais de estágios

A oferta de estágios profissionais é hoje das mais diversificadas de sempre, desde o programa inicial INOV-Jovem, de colocação de quadros em pequenas e médias empresas, aos mais recentes programas sectoriais como o INOV-Art, orientado para a internacionalização nos domínios cultural e artístico e o INOV-Social, para a realização de estágios em instituições de economia social, sem esquecer os apoios à internacionalização através quer do programa INOV-Contacto, quer do programa INOV-Vasco da Gama.

Paralelamente, através ainda de estágios orientados para a Administração Pública, quer no plano central, através do PEPAC, quer no plano local, através do PEPAL, o Governo do PS abriu mais duas portas de acesso à experiência profissional e à possibilidade de acesso a uma oferta de trabalho no sector público, que cumpre em simultâneo o desiderato de rejuvenescimento da própria Administração Pública.

Finalmente, uma vez que também contribui decisivamente para a obtenção de experiência profissional relevante e potenciadora da empregabilidade em momento posterior, para além de reforçar a ligação entre o ensino superior e o mercado de trabalho, deve igualmente merecer uma nota positiva e representar



uma aposta de futuro o PEJENE – Programa de Estágios de Jovens Estudantes do Ensino Superior.

Num momento de contenção de despesa pública, no entanto, os mecanismos de incentivo à realização de estágios profissionais devem poder passar a ser realizados também através da oferta de benefícios fiscais às empresas, particularmente àquelas que, findo o período de estágio, integram a título definitivo nos quadros respectivos, os jovens trabalhadores, podendo ser esta a via para aumentar o número de estágios para lá daqueles que já hoje são disponibilizados pelos programas referidos.

Programas municipais de estágios

Apostando no papel determinante que os municípios podem desempenhar localmente na identificação e promoção de oportunidades de emprego, replicando no plano autárquico os resultados positivos que as políticas activas de emprego têm revelado no plano nacional, e na linha do que sustentámos nas mais recentes eleições autárquicas, a JS deve promover a instituição de programas municipais de estágios, quer através do alargamento da oferta disponibilizada através do PEPAL, para realização de estágios nos serviços municipais ou nas empresas municipais, quer através de incentivos da autarquia às empresas locais para que estas ofereçam estágios com perspectivas de empregabilidade para os jovens do município.

Simultaneamente, também os municípios devem poder desenvolver estratégias de aposta na realização de estágios de verão orientados para estudantes do ensino superior, reforçando as ferramentas de que vão dispor mais tarde quando procurarem o primeiro emprego e, com particular impacto para autarquias sedeadas em regiões em vias de desertificação, criando mecanismos de incentivo e aproximação ao regresso dos estudantes localizados ao seu local de origem.

B) Proliferação de bolsas de emprego

Mais uma vez pensando em primeira linha na capacidade das autarquias locais de apresentarem soluções adequadas à realidade local, a JS deve promover a criação de bolsas locais de emprego através dos serviços municipais, com disponibilização online, identificando ofertas de trabalho público e privado, bem como os perfis dos



jovens em busca de primeiro emprego, fazendo corresponder a oferta e a procura no plano local, evitando a migração de jovens para fora do concelho e auxiliando os próprios agentes económicos locais ao rejuvenescimento dos seus quadros e a contribuir para a dinamização da actividade económica local.

C) Qualificações

Os dados estatísticos mais recentes relativos ao desemprego e ao acesso ao primeiro emprego vêm confirmar um aspecto que tem sido determinante das políticas públicas prosseguidas pelo PS e defendidas pela JS nesta área nos últimos anos: o reforço das qualificações é um factor de aumento de sucesso na procura de emprego. Os jovens que apresentam níveis de qualificações mais elevados são aqueles cujo tempo necessário à obtenção de primeiro emprego é menor, aqueles que se encontram menos tempo registados como desempregados e aqueles cujos índices de precariedade da relação laboral são também os mais reduzidos.

A realidade demonstra que, não obstante as dificuldades de obtenção de trabalho por um jovem licenciado, particularmente nas áreas mais directamente conexas com a sua formação, a sua posição relativa é mais favorável do que a de um jovem que não ostenta o mesmo nível de qualificações.

Assim sendo, a JS deve, para além das muitas propostas orientadas para a área das qualificações e para a sua articulação com as necessidades do mercado de trabalho, quer no ensino básico e secundário, quer no ensino superior, continuar a reforçar a aquisição de competências pelos jovens em busca de primeiro emprego, através de múltiplos instrumentos:

- Adopção de medidas de recuperação para o lote dos trabalhadores qualificados daqueles que, na maior parte das vezes por dificuldades económicas, não puderam concluir o seu percurso de formação profissional ou superior.
- Reforço da ligação entre a formação formal e o mercado de trabalho, auxiliando a transição do mundo académico para o mundo laboral, através de um reforço de articulação das políticas de ensino com as políticas laborais, designadamente através da implementação de um Gabinete de apoio à Empregabilidade em todas as Instituições de Ensino Superior.



- Reforço também da articulação entre o ensino secundário e o mercado de trabalho, designadamente através da abertura dos gabinetes de orientação profissional e vocacional ao exterior, oferecendo uma visão diversificada e descomplexada das múltiplas opções à disposição dos alunos e incrementando a quantidade de informação disponibilizada e da promoção de colaboração entre escolas e empresas para desenvolvimento de projectos de ensino profissionalizante com uma dimensão prática mais significativa.

D) Combate à precariedade

A erradicação da precariedade nas relações laborais tem de continuar a manter-se na agenda da Juventude Socialista para os próximos anos. Trata-se de uma característica que o mercado de trabalho actual tem vindo a reforçar, chegando as relações de trabalho precárias a representar cerca de um quinto da realidade laboral nacional, e que afecta na primeira linha os jovens em busca do primeiro emprego.

Reforço dos meios de fiscalização

Neste capítulo, a resposta dos poderes públicos tem continuar a passar, na primeira linha, pelo reforço dos meios de fiscalização disponíveis para o combate ao recurso abusivo à contratação a prazo e aos recibos verdes. Dotar a Autoridade para as Condições de Trabalho de meios financeiros e humanos adequados ao exercício das suas atribuições deve, pois, continuar a representar uma preocupação central na política de erradicação da precariedade.

Sublinhe-se, porém, que podem introduzir-se mecanismos adicionais para assegurar um eficaz reforço da fiscalização, apostando nomeadamente no aumento dos deveres de informação a prestar pelos empregadores cujo volume de contratos de prestação de serviços celebrados para desempenho de actividades directamente conexas com o objecto social prosseguido seja significativo, e potencialmente indiciador de um recurso abusivo aos recibos verdes no quadro de verdadeiras relações laborais.



Deve ainda apontar-se para o agravamento das molduras das contra-ordenações e sanções acessórias para que os empregadores não optem por preferir correr o risco de serem detectados, interiorizando o custo da eventual sanção como despesa da actividade.

Finalmente, é igualmente importante complementar a abordagem repressiva e punitiva com uma aposta numa abordagem pedagógica e formativa das entidades empregadoras, incentivando e premiando as boas práticas neste domínio, valorizando socialmente o respeito pelos vínculos laborais (e por essa via, valorizando também, indirectamente, a sua percepção pública pelos consumidores como entidades socialmente responsáveis).

Vinculação das entidades públicas

É importante não deixar de sublinhar que um dos eixos da erradicação da utilização abusiva de recibos verdes tem de passar pelo Estado, pelas autarquias locais e pelas demais pessoas colectivas públicas, que recorrem por vezes à figura da prestação de serviços para suprir necessidades permanentes, que deveriam ser providas por trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas. É determinante assegurar que o Estado e as demais entidades públicas sejam os primeiros a dar o exemplo, implementando uma cultura de exigência que possa ser seguida pelos agentes económicos privados.

Incentivos às relações não-precárias

Finalmente, na linha sustentada na revisão da legislação laboral e dos regimes contributivos associados à prestação de trabalho, é igualmente determinante assegurar a existência de incentivos à contratação por tempo indeterminado ou de desincentivos ao recurso à contratação precária.

E) Eliminação de estágios não-remunerados

A luta pela erradicação dos estágios não-remunerados no mercado laboral é uma prioridade política que a Juventude Socialista não deixará de promover. Na



realidade, nas situações de ausência de remuneração que ainda subsistem deparamos com verdadeiras situações de exploração das necessidades dos jovens em busca de primeiro emprego, em flagrante desrespeito pelos direitos laborais dos trabalhadores e pelas mais elementares regras de dignificação e valorização do trabalho através da remuneração. Em muitos casos, nem sequer é detectável qualquer dimensão formativa que justifique a designação de actividade de estágio.

A JS deve, pois, exigir o cumprimento integral de legislação adequada à prevenção e erradicação desta prática e o reforço de algumas das suas componentes, prestando particular atenção aos seguintes domínios:

- Necessidade de acautelar a situação dos períodos de estágio exigidos como condição de inscrição em ordens profissionais, para a que a possibilidade de ingresso não seja prejudicada – o que implica uma intervenção reguladora de cada ordem profissional envolvida;
- Identificação e prevenção de expedientes simulatórios cujos efeitos são idênticos aos do estágio não remunerado, mas que procuram mascarar situações de verdadeira exploração com uma aparência de trabalho voluntário;
- Adopção de medidas específicas para os estágios curriculares de cariz obrigatório para a conclusão da formação académica, que reconheçam a especificidade da fase de transição entre o mundo académico e laboral, e compensem o exercício efectivo de uma actividade profissional (e o facto de na maioria dos casos os estudantes já não representarem um encargo directo para a instituição de ensino) através da consagração de medidas de discriminação positiva assentes ou na isenção de propinas, ou na disponibilização de bolsas de alojamento e alimentação, quando necessárias para a deslocação do local de estudo ou residência ao local de realização do estágio.

1.2. EMPREENDEDORISMO

Uma segunda componente das políticas de emancipação jovem deve passar pela existência de uma estratégia nacional de apoio ao empreendedorismo jovem, assente na articulação dos planos de intervenção nacional e autárquico. Trata-se de



reconhecer que o auto-emprego e a iniciativa empresarial individual jovem são formas valiosas de acesso a uma actividade profissional, que contribuem para a vitalidade, rejuvenescimento e aumento dos níveis de qualificação do tecido empresarial português.

Contudo, em grande medida, trata-se de uma orientação política que carece de realização, quer através de incentivos e mecanismos de apoio públicos, quer através de uma aposta na formação para o empreendedorismo e na introdução de uma cultura de empreendedorismo, em larga medida ausente do tecido empresarial nacional. Consequentemente, a Juventude Socialista deve assentar a sua acção neste domínio orientada pelos seguintes objectivos e propostas:

A) Programas de apoio e incentivo ao empreendedorismo jovem

A primeira linha de acção na promoção do empreendedorismo jovem deve passar pelo desenvolvimento dos programas de apoio actualmente existentes, reforçando os seus eixos de intervenção e alargando os incentivos disponibilizados. Mais uma vez, não se trata apenas de apoiar o processo de emancipação de um sector relevante da sociedade portuguesa, trata-se também de potenciar a revitalização da actividade económica e de dinamizar, através de investimento público e de outras medidas indirectas de apoio, sectores que podem contribuir para a estratégia nacional de crescimento económico e criação de emprego.

Mantendo a aposta nos eixos formativos e informativos dos programas de apoio existentes, como o FINICIA Jovem, importa reforçar de forma mais clara os eixos de apoio directo à iniciativa empresarial, mobilizando incentivos de natureza fiscal e contribuindo para o aparecimento de linhas de crédito adequadas a suportar os investimentos iniciais. Torna-se também relevante assegurar um especial enquadramento das áreas estratégicas para o desenvolvimento económico nacional, como as energias renováveis, a investigação científica, o turismo, o ambiente, as indústrias criativas, os recursos marinhos e a requalificação urbana, privilegiando projectos orientados para estes sectores.

Assim, parece claro que na concepção dos programas de apoio deve ser estimulada uma íntima articulação com as instituições ensino superior



universitário ou politécnico, bem como com as instituições que ministrem cursos de formação tecnológica e profissional dos níveis mais avançados, para criar sinergias entre o sistema de ensino e a dinamização da actividade económica em que as qualificações representam uma especial mais valia para os empreendedores.

Simultaneamente, importa igualmente ter presente a necessidade de construir um programa nacional de apoio orientado também para a correcção de assimetrias regionais e capaz de ajudar à fixação de jovens empreendedores no interior do País.

B) Estatuto do jovem empreendedor

Na linha do objectivo focado no ponto anterior de criar programas de incentivo ao aparecimento de iniciativas empreendedoras, cumpre igualmente construir um regime jurídico adequado às necessidades com que o jovem empreendedor se depara nos primeiros anos da sua actividade, muitas vezes os mais determinantes para o sucesso ou insucesso do projecto.

C) Formação

Por outro lado, é também indispensável reconhecer que o sucesso de uma estratégia nacional ambiciosa de apoio ao empreendedorismo jovem tem de assentar em pilares reforçados ao nível da transmissão de competências necessárias para o efeito. Não basta potenciar programas de apoio e regimes específicos para os jovens empreendedores, é necessário integrar a formação para o empreendedorismo nos vários níveis do sistema de ensino e assegurar ferramentas de actualização e formação contínua para quem já se dedica a essas actividades.

Consequentemente, desde o ensino secundário, particularmente face aos alunos que se orientam para opções profissionais direccionadas para o ensino tecnológico e profissional, ao ensino superior, com incidência também mais clara nas áreas profissionais vocacionadas para o empreendedorismo ou para actividades despenhadas em regime de profissão liberal, a transmissão de conhecimentos essenciais de gestão e planificação das actividades empresariais deve ser uma aposta das instituições de ensino.



D) Incubadoras de empresas

Uma outra dimensão relevantíssima de apoio ao empreendedorismo é o que passa pelo reconhecimento do papel dinamizador que pode ser desempenhado pelas autarquias locais. Os múltiplos exemplos positivos de incubadoras de empresas jovens que encontramos em vários pontos do País são reveladores da necessidade de encarar as incubadoras ou centros empresariais jovens como equipamentos municipais essenciais ao desenvolvimento económico e à fixação de jovens nos concelhos que os abraçaram.

Apesar de nos encontrarmos numa área reservada à autonomia do poder local, importa contudo identificar as melhores práticas actualmente em execução e construir um figurino claro de incubadora, um modelo pronto a ser introduzido através da actuação dos eleitos locais da Juventude Socialista nos respectivos municípios, assente na existência de alguns elementos indispensáveis: disponibilização de um espaço físico para instalação da empresa e dos serviços de manutenção respectivos, prestação de apoio administrativo acessório à actividade principal (contabilidade, recursos humanos e apoio jurídico) e desenvolvimento de estratégias que privilegiem a cooperação com o tecido empresarial já existente e com outros empreendedores jovens, dinamizando a actividade económica local.

Para além disso, e sempre que a realidade local o permitir, as incubadoras e os centros empresariais jovens devem fomentar a articulação com pólos de investigação científica e a sua integração em redes de produção de conhecimento, procurando funcionar como focos de atracção de pessoal altamente qualificado.

Finalmente, e também através das incubadoras e dos centros empresariais jovens, os municípios devem ainda procurar oferecer incentivos adicionais à instalação de empresas, seja através da disponibilização de apoios directos, seja, pelo menos, através de políticas mais favoráveis ao nível das taxas municipais eventualmente devidas pela actividade económica exercida.

E) Desburocratização e simplificação

A promoção da desburocratização e da simplificação administrativa representa um dos mais assinaláveis eixos das políticas desenvolvidas pelo Partido



Socialista desde 2005, com particular destaque para as iniciativas enquadradas nos sucessivos Programas SIMPLEX.

Nas áreas relevantes para o empreendedorismo, a desburocratização e informatização dos procedimentos de criação de empresas revela-se a mais eloquente demonstração de que é possível criar um ambiente favorável à realização das actividades económicas, sem abdicar do necessário escrutínio pelas autoridades administrativas.

Contudo, um dos eixos em que essa simplificação se pode ainda tornar mais evidente encontra-se no plano do acesso dos empreendedores a informação relevante sobre o enquadramento jurídico e fiscal aplicável ao seu sector de actividade. O fornecimento de informação em linguagem acessível e descodificada para destinatários não especializados deve representar uma prioridade da actuação da Administração Pública em geral, no entanto, a premência dessa opção é sentida com grande acuidade por quem tem pela primeira vez de se defrontar com inúmeros e por vezes complexos procedimentos e obrigações.

Nesta senda, o acompanhamento do empreendedor jovem pelos serviços da Administração Pública tem também de ser potenciado, reforçando a articulação e parcerias entre o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e o Instituto Português da Juventude (IPJ).

F) Protecção social

Um outro aspecto a introduzir no debate em torno da promoção do empreendedorismo respeita à necessidade de garantir protecção social de forma mais clara aos jovens empreendedores, acautelando a situação precária em que podem ficar colocados no caso de insucesso da actividade desenvolvida.

G) Diversificação das áreas de investimento

Finalmente, importa igualmente apostar na diversificação das áreas objecto de promoção de acções de apoio ao empreendedorismo, potenciando quer novas actividades económicas em progressão, como as indústrias associadas à energia, à inovação tecnológica ou às indústrias criativas, quer actividades económicas tradicionais, apostadas na exploração diversificada de recursos endógenos.



Nesse contexto, deve dar-se destaque ao empreendedorismo na área agrícola, aproveitando a introdução de experiências no domínio da agricultura biológica e ambientalmente sustentável, ou na área florestal, podendo neste caso até assegurar-se, com significativo potencial, uma intervenção articulada com as políticas energéticas ao nível do aproveitamento da biomassa.

1.3. HABITAÇÃO

Finalmente, ainda no plano da emancipação jovem, o apoio à habitação tem de ser reconhecido como uma política pública relevante não apenas para os jovens enquanto destinatários directos dos incentivos públicos, mas também como factor para a própria reactivação do potencial dos centros das nossas cidades e das áreas do interior do País que correm o risco da desertificação. Mais do que meras políticas de apoio à emancipação dos jovens, criadoras de oportunidades e correctoras de desigualdades, as políticas nacionais de apoio ao arrendamento, bem como as políticas municipais de criação de habitação a custos controlados, representam oportunidades únicas de requalificação urbana e de atracção de população jovem para zonas em risco de desertificação.

Neste contexto, um papel central deve caber aos municípios. O seu papel primordial no desenvolvimento de políticas de habitação orientadas para as necessidades dos jovens decorre, em primeira linha, do facto de se encontrarem nas suas mãos um significativo número de instrumentos jurídicos e políticos relativos à gestão dos solos, desde a competência de planeamento, passando pela possibilidade de definir as compensações para a comunidade a reclamar dos promotores imobiliários, não descurando a liberdade relativa na fixação de taxas e emolumentos municipais directa e indirectamente relacionados com a realidade da habitação.

Assim sendo, é no contexto autárquico que a JS deve concentrar grande parte dos seus objectivos de política habitacional para jovens, orientados para a correcção de assimetrias regionais e económicas, para fixação de jovens no interior do País e nos centros das cidades e para uma efectiva emancipação das camadas mais jovens da população activa.



A) Apoio ao arrendamento

No domínio da habitação, a actuação da Juventude Socialista nos últimos anos tem estado intimamente ligada ao eixo do arrendamento, através de um acompanhamento de proximidade das políticas desenvolvidas em torno do programa Porta 65 jovem e da receptividade por parte do Partido Socialista em acolher os nossos contributos.

No momento de concepção do programa, foi possível assegurar que, face a uma necessidade de racionalizar o acesso aos apoios, os critérios de atribuição ficaram marcados por maior justiça social e uma clara adequação às finalidades emancipadoras do programa - sem ser exaustivo, pode apontar-se a natureza regressiva do apoio prestado, a adequação do montante do subsídio à renda média do distrito e a ponderação efectiva do rendimento dos beneficiários.

Mais recentemente, aquando da revisão do Programa, foi mais uma vez possível determinar a introdução de correcções adicionais, orientadas para o aumento da mobilidade geográfica dentro do programa, a possibilidade de demonstração da existência de rendimentos com recurso a meios de prova menos burocráticos e a aproximação temporal entre o início da situação de emprego e o acesso ao apoio, entre outras.

Importa, pois, acompanhar a implementação da nova versão do programa e diagnosticar as necessidades de reforço ou redistribuição das dotações disponíveis, de forma a aumentar a sua eficiência e garantir a maior justiça possível na alocação dos apoios.

B) Habitação a custo controlado

No que respeita à habitação a custo controlado, os municípios têm ao seu dispor duas ferramentas essenciais para alcançar os objectivos de uma política de habitação dirigida aos jovens. Em primeiro lugar, conforme referido, têm a competência para requerer aos promotores imobiliários contrapartidas na sequência das operações de loteamento e licenciamento, que se podem traduzir em diversas realidades úteis à prossecução dos objectivos traçados para o mercado de habitação: disponibilização de terreno para urbanização a custo controlado, fixação de uma percentagem dos fogos edificados para alienação a preço



controlado, construção de equipamentos públicos noutros pontos do território da autarquia onde possam representar uma mais-valia para a fixação de população jovem ou ainda a consignação de verbas a fundos de recuperação de centros urbanos ou à construção de habitação jovem.

Por outro lado, há que não esquecer que as próprias autarquias, quando a sua dimensão o permite, podem muitas vezes assumir, directamente ou através do seu sector empresarial local, as tarefas de construção a preços controlados de novas habitações, fixando camadas jovens da população dentro das fronteiras dos seus concelhos e retendo um controlo mais intenso sobre as opções urbanísticas para essa ocupação do solo.

C) Construção e requalificação

Um outro eixo para o plano municipal de actuação, é o do apoio à iniciativa individual no domínio da construção de habitação própria e de reabilitação de habitação, a potenciar, em primeiro lugar, através de incentivos municipais (no domínio das taxas e emolumentos municipais devidos pela construção ou reabilitação, na criação de bolsas de terrenos para o efeito e na manutenção de benefícios nos primeiros anos seguintes à conclusão da operação no que respeita a outras taxas municipais – designadamente através de taxas bonificadas no domínio das águas e gestão de resíduos), mas também pelo Estado, através da reconfiguração de isenções do Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) ou do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Acrescente-se ainda que a reabilitação dos centros urbanos representa uma séria aposta para travar a desertificação dos centros das cidades e os significativos custos daí decorrentes para os municípios que vêm a sua população (e as suas receitas) diminuírem, sem que contudo se verifique uma correspondente diminuição da população activa que diariamente se desloca das periferias e usufrui dos serviços públicos do centro. É ainda uma opção política que pode representar uma aposta ganhadora na revitalização económica desses centros urbanos em abandono, sendo por isso da maior utilidade o investimento público na requalificação urbana, em parceria entre Estado e autarquias, investimento esse com um claro efeito multiplicador directo.



D) Habitação social Sub-30

Na linha de uma das suas propostas para as últimas eleições autárquicas, a Juventude Socialista deve prosseguir com a sua intenção de disseminar programas de habitação social para menores de 30 anos, destinado ao apoio à emancipação e à requalificação urbana. Assente na construção ou reconstrução de fogos por iniciativa municipal, o programa permitiria à autarquia amortizar o seu investimento através do arrendamento dos imóveis a jovens dos 18 aos 30 anos, com recurso a fixação de rendas baixas e a isenção de taxas municipais de água e saneamento.



2. Qualificações

O eixo das qualificações é determinante para o sucesso da estratégia de desenvolvimento nacional e para o futuro das próximas gerações. Contudo, ao mesmo tempo que enfrentamos os desafios da modernização do sistema educativo, da introdução das novas tecnologias no sistema de ensino e na aposta na interiorização da investigação e desenvolvimento como foco de interacção entre o sistema educativo e as actividades económicas, deparamos ainda com uma realidade que se ressentem da necessidade de recuperação do atraso português em relação aos seus parceiros europeus, atraso em larga escala herdado de várias décadas de políticas educativas do regime autoritário, pautadas pelo desinvestimento no potencial da educação como factor de progressão social e emancipação.

Portugal ostenta ainda hoje níveis de abandono e insucesso escolar acima da média europeia e taxas de conclusão do ensino secundário abaixo da média europeia. Contudo, os últimos anos têm sido determinantes para inverter esta tendência e para criar efectiva convergência com o resto da União Europeia – a esta realidade não é, pois, alheio o investimento público realizado pela actuação do Partido Socialista na área da educação, patente na requalificação histórica do parque escolar, no reforço da acção social escolar no ensino básico e secundário, na multiplicação de actividades de enriquecimento curricular e na modernização tecnológica do ensino.

Para além de representar um investimento no desenvolvimento futuro do País, a aposta nas qualificações representa ainda uma marca clara do nosso modelo social, assente num acesso a um sistema de ensino universal e tendencialmente gratuito, corrector de desigualdades sociais e criador de igualdade de oportunidades. A escola pública e as instituições de ensino superior público desempenham uma missão de serviço público que não podemos perder de vista. Na linha das políticas reformadoras encetadas pelo Partido Socialista, importa continuar a dotar todas as instituições de meios financeiros e humanos e de instrumentos jurídicos e de gestão capazes de reforçar a prossecução destes objectivos.



O desafio para os próximos 100 anos da República deve, pois, passar por assegurar a viabilidade dessa fonte criadora de igualdade de oportunidades, devendo ser ambiciosas as metas que fixamos com esse desiderato: uma rede pública universal, do pré-escolar até ao final do secundário, assente na garantia de acesso em condições de igualdade a manuais, alimentação, transporte e actividades de enriquecimento curricular, complementada por um sistema de ensino superior aberto a todos e todas e em que os constrangimentos de ordem económica não inviabilizam a obtenção de formação superior.

2.1. ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

No que respeita ao ensino básico e secundário, a JS manterá firme o seu compromisso com a defesa da escola pública inclusiva, seguramente uma das melhores homenagens a prestar à República no ano do seu Centenário. O projecto da escola enquanto realidade que opera uma correcção das desigualdades sociais e promove a igualdade de oportunidades está bem no âmago da nossa matriz ideológica e encontra-se também plasmada no código genético do modelo de Estado social que temos e que continuaremos a defender. É a escola pública que oferece as melhores condições para ultrapassar as condicionantes económicas, sociais e geográficas que inibem a realização individual dos alunos e que fecham os seus horizontes.

Sem prejuízo da continuação da aposta no apoio à melhoria das condições de ensino e do investimento público na requalificação e modernização do parque escolar realizado em anos recentes, onde a aposta nas novas tecnologias deve continuar a ser evidente, a JS deve prestar especial atenção aos conteúdos curriculares, procurando reforçar o ideário da escola republicana laica, formadora de cidadãos e cidadãs, homens e mulheres livres e esclarecidos quanto aos seus direitos e deveres sociais e políticos.



Deve ser na escola que se começa a experimentar a vivência democrática, a incentivar a participação na gestão da coisa pública, a formar para a intervenção cívica, seja através da própria gestão democrática das instituições, seja através da dinamização de conteúdos curriculares aptos a desempenhar essa tarefa. É, enfim, na escola que começa a transformação modernizadora e emancipadora da sociedade.

A) Reforço do pré-escolar

Apesar de se dirigir a um momento anterior ao da escolaridade obrigatória, a aposta no ensino pré-escolar deve representar um eixo privilegiado da actuação da JS na área das qualificações básicas e secundárias. Na concretização daquilo que é um direito social com consagração constitucional, a JS deve empenhar-se no alargamento da rede pública de estabelecimentos de ensino pré-escolar, procurando assegurar o seu carácter tendencialmente gratuito e potenciando a dupla vantagem que este investimento público acarreta: por um lado, antecipando a inserção escolar, aproveitando desde cedo o potencial dos alunos e facilitando a sua integração e aproveitamento escolar e, por outro lado, contribuindo para uma mais fácil conciliação entre vida profissional e familiar dos jovens casais, desse modo reforçando a promoção da igualdade de género no meio laboral.

B) Educação para a cidadania

A defesa da educação para a cidadania em moldes distintos daqueles hoje oferecidos pelo sistema educativo há muito que representa um objectivo central prosseguido pela Juventude Socialista para o ensino básico e secundário. Mais do que uma área não curricular e complementar da formação, a educação para a cidadania deve ser reconfigurada como fazendo parte do núcleo de disciplinas que acompanham os alunos desde o início do seu percurso escolar até ao final da sua presença no secundário, através da definição de um programa claro e ajustado à faixa etária e nível de ensino a que se vai dirigindo em cada momento e através da introdução de formação específica dos docentes para a sua leccionação, ao invés da lógica difusa que define o sistema actual nesses dois planos.



Concebida como uma disciplina que acompanha todo o percurso escolar do aluno, a educação para a cidadania deve ser mais do que apenas uma disciplina de transmissão de conhecimentos sobre como funcionam as instituições da República, das autarquias locais e da União Europeia, agindo sim como um verdadeiro espaço formativo para os valores da democracia e do Estado de Direito Democrático, sensibilizando os alunos para o respeito pela diversidade e pelos direitos fundamentais dos seus concidadãos e concidadãs, e construindo, através da escola pública, uma sociedade mais aberta e inclusiva e em que os jovens se motivam para a participação cívica e política e acompanham as questões essenciais da actualidade.

Para além disso, a educação para a cidadania obrigatória ao longo de todo o percurso escolar representa ainda uma oportunidade para inclusão de inúmeras temáticas enriquecedoras da experiência de cidadania dos alunos e de transmissão de conhecimentos indispensáveis à sua formação para a vida em sociedade. A educação ambiental, a educação para a saúde e alimentar, o conhecimento de aspectos fundamentais da protecção dos consumidores e das formas de reagir à violação dos seus direitos, a educação financeira elementar e a educação inicial para o empreendedorismo, e ainda a transmissão de noções elementares quanto ao sistema jurídico e a forma de exercício dos seus direitos, apetrecham os alunos que terminam o secundário com competências de inegável valia para a sua vida futura, tornando-os cidadãos mais completos e preparados para os desafios que enfrentarão de seguida.

É ainda indispensável que a educação para a cidadania seja o veículo de transmissão dos valores democráticos também através do exemplo histórico e da valorização da memória da resistência à Ditadura e da instauração da Democracia.

C) Educação sexual

A introdução da educação sexual em meio escolar faz parte da estratégia integrada da Juventude Socialista para a promoção da saúde sexual e reprodutiva dos jovens, representando uma peça chave na prevenção de gravidezes indesejadas, na não propagação de doenças sexualmente transmissíveis e na educação para um sexualidade informada e responsável. A defesa desta reforma essencial não representa apenas uma referência vã,



introduzida no quadro da campanha para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, tratando-se sim de uma aposta determinada na introdução e uma visão integrada da saúde sexual e reprodutiva nas políticas públicas.

A nova legislação sobre educação sexual, aprovada em 2009 e enformada pelos trabalhos de um grupo de especialistas de reconhecido mérito, designados para o efeito em 2005, reconheceu finalmente a necessidade de alterar o paradigma herdado da década de 80 do século passado e de passar a uma abordagem integrada e transversal da sexualidade no contexto escolar.

- No quadro da nova lei, a JS tem de estar preparada para assegurar a sua defesa e a sua implementação efectiva, perante claras manifestações de movimentos conservadores, reaccionários até, que se empenham em impedir a sua efectiva aplicação. Para além da defesa do novo modelo dos ataques a que começa a ser submetido, importará ainda reforçar a capacidade de articulação das escolas com os centros de saúde e as consultas de planeamento familiar, assegurar que serão efectivamente designados os professores coordenadores que assumirão responsabilidade pela educação sexual em cada escola e que os gabinetes de apoio nas escolas iniciam efectivamente o seu funcionamento. Para uma missão ampla como esta, a JS deve mobilizar as suas estruturas locais e, em particular, os seus núcleos de estudantes nas escolas do País.
- Para além dos aspectos mencionados, urge ir um pouco mais além do que a solução legislativa encontrada em 2009 admite, e defender a disponibilização gratuita nas escolas, através dos gabinetes de apoio, de meios de contraceção que não carecem de prescrição médica, com destaque evidente para o preservativo (masculino e feminino) e de encaminhamento mais célere e eficiente para o uso (excepcional) da contraceção de emergência.
- De forma a complementar a reforma iniciada, importa ainda assegurar a existência de formação específica e contínua do corpo docente nesta área, incluindo a temática nos currículos das Escolas Superiores de Educação, por um lado, e reforçando parcerias com as entidades,



públicas e privadas, ligadas à saúde e ao planeamento familiar para o desenvolvimento de cursos de formação e actualização para professores, bem como para a disponibilização de instrumentos para a realização de actividades pedagógicas que complementem os meios disponíveis nas escolas

- Finalmente, é igualmente relevante articular alguns dos conteúdos da disciplina, nomeadamente no que respeita à dimensão do combate à discriminação motivada pelo género e orientação sexual e à abordagem das questões de identidade de género, com os objectivos da disciplina de educação para a cidadania, encorajando o conhecimento, tomada de consciência e questionamento dos modelos e representações sociais dominantes, permitindo ultrapassar concepções estereotipadas e discriminatórias.

D) Repensar os conteúdos do ensino secundário

O alargamento da obrigatoriedade de frequência do ensino até ao 12.º ano de escolaridade representa uma oportunidade única de repensar parte do sistema de ensino, adequando-o a um contexto que se torna substancialmente diferente com a progressiva implementação desta opção pela escolarização. A presença nos estabelecimentos de ensino secundário de uma nova camada da população estudantil que anteriormente cessaria o seu percurso escolar no final do 9.º ano tem de determinar o aparecimento de estratégias adequadas a combater o abandono e insucesso escolar nesses novos grupos de alunos.

Os conteúdos dos 3 anos do ensino secundário cuja obrigatoriedade é alargada a todos os alunos com idade inferior a 18 anos devem mostrar-se suficientemente abertos a contemplar todas as opções profissionais futuras dos alunos, desde aquelas que passam pela continuação dos estudos no nível superior (universitário ou politécnico), às que assentam num caminho assente na formação profissional e tecnológica.

A estigmatização social de opções profissionais assentes no ensino profissional ou tecnológico tem de começar a ser invertida desde a escola, forçando o reconhecimento da igual dignidade das opções dos alunos e cidadãos e abandonando a mentalidade que privilegia apenas o putativo prestígio social



associado ao grau de licenciado. Consequentemente, há que manter o rumo da diversificação das vias profissionalizantes do ensino, assente na preparação para o exercício de uma actividade profissional, actividade profissional essa, que se revela até, por vezes, dotada de índices de empregabilidade superiores aos de alguns níveis de formação superior.

No entanto, o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano também acarreta o reconhecimento de que a formação elementar de cada aluno deve ser alargada até esse nível de ensino. Isto é, sem prejuízo do introdução de opções que permitam a especialização do aluno em função dos seus objectivos profissionais ou académicos posteriores, a formação de base a transmitir no ensino secundário deve ser alargada, à semelhança do que sucede em muitos outros países europeus, redefinindo-se o conjunto de disciplinas que integram o tronco comum da formação, de forma a integrar a Matemática, a História, uma língua estrangeira e uma ciência exacta nos programas comuns a todos os alunos, melhorando as qualificações gerais da população.

Contudo, a opção por um 12.º ano obrigatório deve também levar a repensar, em parte, as opções a tomar em sede curricular no ensino básico. Uma vez que o 9.º ano deixa de ser o momento final da escolaridade comum a todos os alunos, os conteúdos que hoje têm de ser transmitidos até esse momento, sob pena de não serem leccionados a todos os alunos podem ser redistribuídos de forma mais racional por todo o percurso escolar.

Sublinhe-se ainda que esta opção pelo alargamento da formação de base não é contraditória com a introdução de possibilidade de escolha quanto às opções futuras do aluno – a formação adicional que passa a adquirir em matemática ou numa língua estrangeira tanto irá beneficiar o aluno que opte por uma formação profissionalizante e enverede pela via do auto-emprego, como o aluno que siga os estudos numa instituição de ensino superior – ambos ficarão mais bem preparados para a nova etapa que enfrentarão.

E) Novos conteúdos e Actividades Extra-Curriculares

A reflexão sobre a possibilidade de introdução de melhorias nos conteúdos curriculares e nas actividades complementares a desenvolver no espaço da

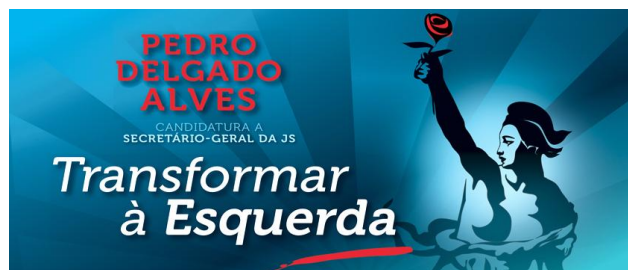


escola pública permite ainda identificar outras propostas a promover nos próximos anos:

- Reponderar o modelo de funcionamento da Área projecto, particularmente no anos mais avançados do ensino secundário, reforçando a sua articulação quer com o estudo acompanhado, quer com as demais disciplinas;
- Reavaliar os resultados da reforma do ensino artístico, distinguindo com maior clareza a resposta a dar pelo sistema de ensino à formação de carácter geral destinada à totalidade da população escolar, do enquadramento próprio a oferecer ao desenvolvimento das vocações e ao caminho da profissionalização;
- Promover o reforço dos conteúdos no ensino básico e secundário, em execução de uma visão integrada de políticas culturais, aposta quer na diversificação da oferta, quer na criação e fidelização de públicos;
- Reforçar a utilização transversal das novas tecnologias nas disciplinas do ensino básico e secundário;

A introdução das AECs no ensino básico, por seu turno, representou uma medida determinante na construção de uma ideia de escola a tempo inteiro e na diversificação dos conteúdos transmitidos aos alunos, para além de ter representado também uma oportunidade de criação de emprego na área da educação. Contudo, cumpre dar um passo em frente e enraizar ainda mais no sistema educativo esta opção, com especial incidência a dois níveis:

- Eliminando os casos de precariedade docente que possam subsistir, dotando de estabilidade e vínculos contratuais estáveis quem desempenha funções docentes nas AECs, ponderando mesmo a sua inclusão na carreira docente;
- Uniformizando os currículos das AECs (particularmente no domínio do inglês e da educação musical), quer no que concerne à necessidade de assegurar idêntica transmissão de conteúdos em todo o sistema de



ensino, quer particularmente com vista a assegurar a sua articulação com a leccionação das mesmas matérias nos níveis de ensino seguintes.

F) Acção social escolar

O investimento na acção social escolar directa e indirecta realizado pelos Governos do PS nos últimos anos têm contribuído determinadamente para um recuar do abandono e do insucesso escolar, eliminando ou neutralizando as causas económicas e sociais que muitas vezes condicionam negativamente o aproveitamento dos alunos. Nesse contexto, manteremos firme o nosso compromisso com esta opção, através de:

- Manutenção das preocupações de articulação de políticas de transporte com a acção social, através dos passes intermodais dirigidos aos públicos escolares;
- Reforço da oferta da rede de transporte escolar, particularmente nos casos em que a reorganização da rede escolar possa implicar um aumento da distância entre as residências dos alunos e as escolas, articulando a intervenção do Estado com o papel complementar dos municípios e freguesias;
- Passagem dos projectos-piloto de empréstimo de manuais escolares para níveis de implementação a nível nacional, também com intervenção combinada, sempre que possível, entre Estado e municípios,
- Reforço das preocupações da qualidade no fornecimento das refeições escolares, com especial incidência para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

G) Violência em meio escolar

A recente mediatização de algumas temáticas relacionadas com a violência em meio escolar, em particular com o fenómeno do bullying, não deve conduzir a respostas precipitadas nem demagógicas. As escolas devem ser apetrechadas



dos instrumentos necessários e de técnicos especializados para prestar apoio psicológico aos alunos em situação de fragilidade e àqueles que se podem revelar potenciais agressores, cumprindo uma função primordial de prevenção dos comportamentos de violência física ou psicológica.

Sem prejuízo da necessidade de exercer efectivamente o poder disciplinar e de reprimir comportamentos violadores dos deveres do aluno, não pode a única resposta da escola inclusiva passar a ser a repressão célere, mas sim a descoberta das fórmulas para ressocializar agressor e vítima, compreender o contexto familiar, social e económico de ambos e funcionar como agregador de respostas institucionais alargadas, envolvendo os serviços sociais, a escola, os pais e o resto da comunidade educativa.

G) Estatuto do aluno

Tendo sido desencadeada a revisão do Estatuto do Aluno através de diversas iniciativas parlamentares, estão reunidas as condições para introduzir algumas melhorias em aspectos menos conseguidos da versão em vigor, nomeadamente no que respeita ao regime das faltas (reintroduzindo a distinção entre faltas justificadas e faltas injustificadas) e aos mecanismos de recuperação dos alunos que excederam o número máximo de faltas permitidas, flexibilizando as possibilidades de resposta por parte de cada escola.

Para além disso, importará verter para o Estatuto do Aluno as considerações realçadas no ponto anterior a respeito da violência em meio escolar e da necessidade da abordagem da escola pública não se limitar a uma estratégia meramente repressiva e sancionatória.

H) Regresso ao sistema de ensino

A JS tem vindo a defender estruturadamente a criação de condições para o regresso ao sistema de ensino de todos aqueles que não conseguiram concluir os seus estudos, com especial atenção para os jovens adultos, cuja reinserção no sistema se afigura por vezes mais fácil, atenta a menor dilação de tempo desde o abandono escolar.



Neste contexto, afiguram-se particularmente valiosos os programas Novas Oportunidades e o Regime de Validação Curricular de Competências, mecanismos de eficientes de conclusão de estudos básicos e secundários, acompanhados de incentivos aos empregadores para que facultem a possibilidade de progressão académica aos seus trabalhadores.

I) Gestão escolar

A integração de mecanismos de reforço da participação cívica das populações, nas suas áreas de residência ou locais de trabalho, deve orientar determinantemente a construção do modelo de gestão escolar ideal. O reforço de abertura à sociedade civil do modelo actual é disso um bom exemplo, envolvendo as associações de pais, as autarquias, a comunidade local, alunos e professores, mas a JS deve procurar, à semelhança do que será a sua política no ensino superior, incrementar a presença dos dois principais corpos da vida da escola nos órgãos de gestão: os alunos e os professores.

2.2. ENSINO SUPERIOR

A aposta nas qualificações representa, conforme referido, o caminho evidente para o crescimento económico, a melhoria da qualidade de vida e o reforço da realização individual de todos os cidadãos. Neste sentido, a dimensão do ensino superior não pode deixar também de representar um eixo decisivo desta aposta, competindo a uma organização como a JS contribuir para o diagnóstico das forças e fraquezas existentes e para a procura de respostas que reforcem o potencial desta realidade e permitam a realização dos seus objectivos.

O investimento e as reformas introduzidas no ensino superior nos últimos anos têm permitido mobilizar as suas forças e prepará-lo para uma nova etapa de desenvolvimento. Dispomos hoje de uma mais clara articulação entre investigação e ensino, como maior investimento público de sempre realizado na área da investigação em percentagem do PIB. Deparamos com Universidades e Politécnicos regidos por novos instrumentos de gestão, mais abertos à sociedade civil e mais virados para a internacionalização num espaço europeu de ensino. Verificamos a vitalidade de um movimento associativo que, não obstante a menor margem para intervenção que a lei



Ihe reserva, se mantém com um espírito crítico indomável e uma vontade evidente de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. E, finalmente, podemos ainda invocar as vantagens de um sistema binário, que combina as realidades distintas e complementares da Universidade e do Politécnico.

Contudo, devemos ser claros no diagnóstico dos desafios que enfrentamos. Se é inegável o aumento do investimento na investigação, devemos melhorar os instrumentos para que os bolseiros possam desenvolvê-la e para que possamos travar o risco da “fuga de cérebros” para o estrangeiro. Se é verdade que o novo regime jurídico reduziu o conservadorismo e tendência para o isolamento, também é inegável que reduziu a democracia interna e o relevo do movimento associativo. Se é verdade que a distinção entre Universidade e Politécnico oferece um sem número de vantagens de diversificação da oferta de ensino, a realidade tem demonstrando uma tendência para a sua indiferenciação e mesmo confusão, assente muitas vezes numa pré-concepção errada do ensino universitário como representando uma opção de maior dignidade individual.

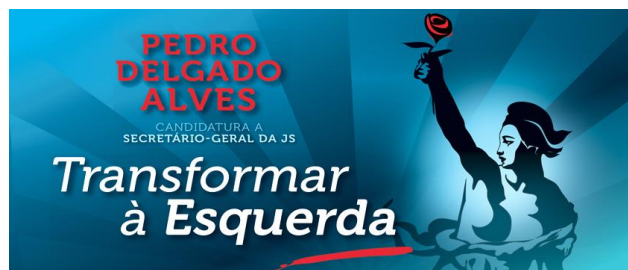
Não basta reafirmarmos que as gerações actuais são as mais bem preparadas de sempre da história do País, importa assegurar que as gerações vindouras estarão igualmente ou ainda mais bem preparadas para os desafios do século XXI.

E, acima de tudo, o ensino superior público tem de continuar a ser um espaço de realização da igualdade de oportunidades, uma ferramenta de correcção de assimetrias. Se hoje nos podemos honrar de ter o maior número de alunos de sempre no ensino superior público, devemos ter clara consciência da permanente necessidade de adaptação e transformação para que essa conquista se possa manter, melhorando a qualidade da acção social escolar, do tratamento jurídico dos trabalhadores-estudantes e das regras de financiamento, para que a ninguém seja denegado o acesso à formação superior devido à falta de recursos económicos.

Assim sendo, no plano do ensino superior, as principais linhas de intervenção da Juventude Socialista devem assentar nos seguintes domínios:

A) Gestão democrática do ensino superior

A Universidade e o Politécnico representam um espaço privilegiado para incentivar a participação cívica dos estudantes, envolvendo-os directamente na



gestão do seu percurso académico e potenciando verdadeiramente o reverso da medalha da autonomia universitária consagrada no texto da Constituição: a gestão democrática do ensino superior, com a participação de todos os seus corpos – docentes, alunos e funcionários não-docentes.

Democracia alargada nos órgãos de gestão

No quadro das recentes mudanças institucionais introduzidas na gestão do Ensino Superior, a Juventude Socialista saudou o novo modelo introduzido pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) como instrumento adequado a promover a eficiência da gestão, a lançar a integração internacional das Universidades e Politécnicos num espaço europeu de ensino superior e a assegurar uma maior abertura das instituições à sociedade civil. A concretização dos objectivos do processo de Bolonha dificilmente se realizaria em condições ideais no quadro de uma realidade de ensino superior voltada sobre si mesma, pouco permeável à experiência exterior e internacional e gerida em moldes insuficientemente profissionalizados.

Contudo, a realização destes objectivos acarretou, indirectamente, a supressão da participação democrática plena de dois dos corpos constitutivos das Universidades e Politécnicos, não sendo hoje já assegurada necessariamente a presença dos funcionários não-docentes nos órgãos de gestão e tendo o peso dos representantes dos alunos nesses mesmos órgãos decrescido significativamente. Se a abertura à sociedade civil representou uma inquestionável mais-valia no processo de realização das missões formativas, investigativas e de criação de conhecimento da Universidade e do Politécnico, permitindo trazer novos pontos de vista e prioridades ao cumprimento dessas missões, ela foi, infelizmente, realizada à custa de uma desnecessária redução do peso institucional dos representantes daqueles que são os interessados mais directos no sucesso do projecto do Ensino Superior: os seus alunos.

Assim sendo, na linha da valorização da gestão democrática das instituições de ensino superior, e da necessidade de potenciar instituições abertas à participação cívica dos seus corpos integrantes, e à sua capacidade fiscalizadora e construtora de alternativas, a JS deverá reclamar o regresso de um papel interventivo e digno aos estudantes, bem como aos funcionários das



instituições de Ensino Superior, revendo pontualmente o RJES de forma a aumentar o seu peso representativo nos Senados e Conselhos Gerais e introduzindo a obrigatoriedade de existência de conselhos académicos consultivos dentro das próprias unidades orgânicas, coadjuvantes dos directores e presidentes.

Valorização das Associações de Estudantes e do movimento estudantil

É ainda neste contexto de participação democrática que deve igualmente ser valorizada a componente associativa do movimento estudantil, reconhecendo-se de forma clara o papel insubstituível das associações de estudantes na criação de uma verdadeira comunidade académica, complementando a actividade desenvolvida pelas próprias instituições de ensino e chegando mesmo, por vezes, a colmatar as insuficiências sentidas na protecção social, oferta cultural e apoio directo oferecido aos alunos pelas instituições.

Com este desiderato, é importante conferir aos dirigentes associativos a possibilidade de se dedicarem plenamente às tarefas de gestão, em muitos casos complexa, das estruturas representativas dos estudantes, com o menor grau de prejuízo possível para os seus percursos académicos. Nesse sentido, uma revisão do estatuto do dirigente associativo que reconheça a mais-valia introduzida ao ensino superior pela actividade voluntária de milhares de estudantes representa uma oportunidade a não perder, permitindo uma dedicação à actividade associativa, sem prejuízo para o progresso académico do estudante no que respeita, entre outros, ao aproveitamento escolar e ao regime de prescrições. Longe de representar um privilégio para quem se dedica à actividade associativa, trata-se sim de introduzir mecanismos justos de compensação da dedicação e trabalho voluntários dos jovens que se dedicam ao associativismo no ensino superior.

De resto, na linha do que ficou expresso quanto ao reforço da democracia interna nos órgãos de gestão, importa igualmente reconhecer institucional e formalmente o papel representativo das Associações de Estudantes na vida das escolas. Sem prejuízo da eleição directa dos demais representantes dos alunos nos órgãos de gestão, devem as Associações de Estudantes igualmente poder fazer-se representar junto dos órgãos deliberativos e executivos das



instituições, realizando o desiderato constitucional da participação plural dos interessados nas decisões e de reforço da qualidade das próprias decisões tomadas, enformadas que passam a estar da perspectiva enriquecedora que os representantes dos estudantes podem transmitir.

B) Acção social escolar

Revisão da acção social directa

No que respeita à acção social directa no ensino superior, a prioridade da JS tem de passar pela adopção de medidas destinadas a torná-la mais eficiente e mais justa na atribuição de apoios, não devendo o recurso aos empréstimos ser abordado como alternativa adequada. Num contexto de contenção orçamental e de austeridade, sobre o qual incidirão as nossas propostas, a alocação dos recursos existentes a quem deles mais necessita tem de representar um eixo prioritário da revisão da acção social escolar, assente numa série de traços essenciais:

- Em primeiro lugar, a revisão dos escalões de bolsas actualmente existentes representa um primeiro passo para a maior justiça do sistema, tornando-o mais progressivo e mais susceptível de responder adequadamente à efectiva situação financeira de cada estudante, diferenciando com mais rigor os diferentes rendimentos dos agregados familiares dos candidatos;
- Em segundo lugar, cumpre assegurar igualmente uma flexibilização da gestão das bolsas de modo a permitir acorrer a alterações da situação económica do agregado familiar que ocorram no decurso do ano lectivo, seja no sentido de reforçar a bolsa, seja no sentido de reconhecer que passou a ser desnecessária ou que o respectivo montante pode ser reduzido;
- Importa igualmente reforçar os mecanismos de fiscalização dos beneficiários de modo a evitar que os abusos do sistema comprometam a sua credibilidade e evitem uma alocação justa dos apoios a quem deles efectivamente carece;



- No plano do regime aplicável aos beneficiários da bolsa, cumpre igualmente desenhar mecanismos que permitam ao estudante complementar a bolsa recebida com actividades laborais em tempo parcial, que não acarretem uma alteração significativa do rendimento do agregado familiar, mas que ainda assim possam contribuir para uma melhoria da qualidade de vida dos mesmos;
- No plano administrativo, urge introduzir uma filosofia de simplificação no processamento das bolsas, reaproveitando informação já na posse das autoridades administrativas, potenciando formas de transmissão de informação através da internet, reduzindo prazos de resposta por parte dos serviços de acção social e recuperando a possibilidade de compensação directa do valor da bolsa na propina a pagar, eliminando um encargo administrativo desnecessário ao estudante bolseiro;
- Simultaneamente, importa assegurar que a regulamentação detalhada da atribuição de bolsas assenta nos mesmos pressupostos em todas as instituições de ensino superior, de forma a assegurar a inexistência de distorções significativas dos critérios através da aprovação de regras técnicas diversas por cada instituição;
- Finalmente, importa ainda dar enquadramento legal à possibilidade de exercício de funções por parte dos estudantes bolseiros em serviços das instituições de ensino superior, à semelhança do que sucede em inúmeras instituições de ensino superior de outros países, permitindo servir o duplo desiderato de colmatar insuficiências na prestação de serviços pelas instituições (alargando horários de bibliotecas e salas de estudo, oferecendo possibilidades de colaboração em gestão de espaços laboratoriais e outros, por exemplo) e de oferecer um meio adicional de apoio aos estudantes carenciados (através, nomeadamente, da isenção de propina associada ao desempenho de funções na instituição);



Inovação na acção social indirecta

Complementarmente, no que respeita à acção social indirecta, importa assegurar o desenvolvimento de parcerias com a sociedade civil e com as autarquias locais no desenvolvimento de programas de alojamento e prestação de outros serviços complementares:

- Criar mecanismos mais eficientes de apoio aos estudantes deslocados, nomeadamente no que respeita à obtenção de alojamento e à desburocratização no acesso a serviços públicos essenciais, como a saúde;
- Envolvimento dos municípios na modernização e diversificação da rede de residências universitárias, de forma a potenciar o repovoamento dos centros urbanos em risco de abandono;
- Criação de programas de alojamento articulado de estudantes numa lógica de solidariedade inter-geracional, em cidades com população envelhecida nos seus centros históricos;
- Alargamento dos programas de apoio de transportes urbanos e suburbanos a todos os estudantes do ensino superior, independentemente da sua idade;
- Reforço das componentes da acção social escolar no domínio do apoio psicológico aos estudantes, com especial vocação para os problemas de adaptação ao ensino superior, decorrentes quer da deslocalização, quer de uma exigente conciliação de actividades profissionais com o percurso académico;

C) Financiamento

Destino das receitas das propinas

No que concerne ao financiamento do ensino superior, a posição da Juventude Socialista sempre tem assentado na defesa do modelo de ensino superior público tendencialmente gratuito, enquanto forma de realização da missão da



Universidade e do Politécnico públicos de criação de oportunidades e correcção de assimetrias económicas no acesso às qualificações, reconhecendo, no entanto, a necessidade de manutenção de um sistema de pagamento de propinas como forma de potenciar a qualidade do sistema. Contudo, num contexto actual em que o pagamento de propinas se revela uma necessidade incontornável para assegurar a manutenção e aumento dos padrões de qualidade, importa vincular a fixação das propinas à realização de investimento pelas instituições precisamente no domínio de projectos e iniciativas orientados para a melhoria da qualidade do ensino.

Consequentemente, a receita decorrente da fixação do valor da propina pelas instituições em montante superior ao mínimo fixado pela lei, deve ser consignada aos referidos projectos de melhoria de qualidade do ensino, ao invés da sua utilização com despesas correntes e de funcionamento das instituições.

Financiamento do 2.º Ciclo de estudos

Por outro lado, cumpre ainda assegurar nos próximos anos que as reformas curriculares e organizativas decorrentes do processo de Bolonha são complementadas com as medidas necessárias a manter o Ensino Superior público aberto a todos os que o pretendem frequentar e que este permanece um efectivo espaço de realização da igualdade de oportunidades.

A mudança de paradigma introduzida pela adopção do modelo de 3 ciclos de estudos, reduzindo a dimensão das licenciaturas para 3 ou 4 anos curriculares e os mestrados para 1 ou 2, implicou uma abertura clara no acesso ao 2.º ciclo, democratizando-se as possibilidades de aceder ao grau de mestre - no quadro, aliás, de uma estratégia integrada de valorização da formação ao longo da vida e do aprofundamento e actualização das qualificações adquiridas no 1.º ciclo. Contudo, o abandono das licenciaturas de 4 ou 5 anos tem vindo a operar uma clara modificação nas qualificações exigidas pelo mercado de trabalho, passando o 2.º ciclo a ser exigido expressamente pelos empregadores ou, pelo menos, passando o 2.º ciclo a representar uma mais-valia incontornável para os seus titulares.



Assim sendo, importa assegurar a introdução de um tecto máximo na fixação da propina do 2.º ciclo de estudos, assegurando que a reforma introduzida na sequência da adopção do processo de Bolonha não conduz a uma redução das possibilidades de frequência por falta de condições económicas – urge mesmo assegurar a efectiva abertura no acesso aos mestrados, que passarão seguramente a ser o nível de qualificações exigível para a entrada no mercado de trabalho, para que as instituições de ensino superior público permaneçam um espaço que oferece oportunidades a todos e todas.

D) Trabalhador-estudante

O acesso às qualificações superiores deve estar aberto a todos e todas que o pretendam adquirir, devendo a rede de estabelecimentos de ensino e as suas regras de funcionamento estar construídas de forma adequada a satisfazer a multiplicidade de necessidades dos estudantes, em particular os estudantes que têm de complementar os seus percursos educativos com obrigações profissionais muitas vezes igualmente exigentes

- Na primeira linha, cumpre continuar a apostar na possibilidade de acesso de maiores de 23 anos ao ensino superior através da fixação de vagas específicas e de modalidades de acesso próprias, permitindo reabrir oportunidades que por vezes se fecham de imediato após a conclusão do secundário;
- Em segundo lugar, é essencial assegurar a diversificação dos cursos nocturnos nos estabelecimentos de ensino superior público, bem como garantir a eficiente cobertura geográfica do território nacional, na medida em que pode representar não apenas uma oportunidade de melhorar as condições de frequência do ensino superior pelos trabalhadores-estudantes que já se encontram a frequentar as universidades ou politécnicos, como funcionar mesmo como factor adicional de atracção de novos estudantes, que de outro modo não conseguiriam compatibilizar as suas vidas profissionais e familiares com as exigências da frequência, com aproveitamento, do ensino superior público.



- Seguidamente, cumpre igualmente dotar o regime jurídico do trabalhador-estudante das garantias necessárias à compatibilização da vida profissional e da vida académica daqueles que, muitas vezes com considerável sacrifício pessoal, enveredam pela aposta na obtenção de qualificações superiores, aumentando as salvaguardas existentes quer no plano interno do ensino superior (regime mais favorável de prescrições, flexibilidade na matrícula e escolha de disciplinas, entre outras), quer junto da entidade patronal;
- Finalmente, importa criar um eixo efectivo de fiscalização do cumprimento das obrigações que impendem sobre os empregadores, evitando que estes ignorem as garantias laborais consagradas para os trabalhadores-estudantes.

E) Qualidade de ensino

Na sua intervenção para o ensino superior, a JS deve ainda procurar nortear as suas propostas políticas em torno do reforço da qualidade de ensino, apostando, com clareza, na exigência e no rigor na implementação cabal do processo de Bolonha através de:

- Aposta na real adaptação das instituições e dos seus cursos ao processo de Bolonha, através de um escrutínio efectivo da adaptação aos novos modelos de 1.º e 2.º ciclo, evitando a opção por modelos de mera redistribuição de disciplinas das antigas licenciaturas pelos novos graus, escrutinando a adequação das cargas horárias e dos programas ao volume de matérias a leccionar e forçando uma adequada mobilidade curricular na passagem do 1.º ao 2.º ciclo;
- Valorização efectiva das actividades extracurriculares desenvolvidas durante o percurso no ensino superior e a respectiva tradução no suplemento ao diploma;
- Insistência no desenvolvimento do eixo da avaliação da componente pedagógica e científica das instituições de ensino superior: o início de funções da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior



representa um passo determinante nesse sentido, cumprindo complementar as suas funções essencialmente avaliativas e fiscalizadoras com outras medidas potenciadoras de mudança;

- Acompanhamento da efectiva introdução da avaliação de desempenho dos docentes do ensino superior, prevista no novo Estatuto das Carreiras Docentes Universitárias e do Politécnico, nomeadamente através da valorização das tomadas de posição dos Conselhos Pedagógicos e dos Provedores dos Estudantes entre os elementos a considerar na avaliação;
- Introdução da obrigatoriedade de formação pedagógica para os docentes, articulada com a dimensão avaliativa referida no ponto anterior;
- Defesa da transparência e regularidade dos principais instrumentos de medição indiciária da qualidade de ensino, nomeadamente a realização dos inquéritos de avaliação pelos estudantes, o tratamento dos dados de empregabilidade dos licenciados por cada instituição, os dados estatísticos relativos à investigação científica, entre outros.

F) Prescrições

Outra realidade carecida de intervenção reformadora respeita aos regimes de prescrições, cuja excessiva rigidez tem provocado entraves à gestão eficiente das instituições de ensino superior e aos estudantes, provocando mesmo o aparecimento de interpretações e regulamentação complementar excessivamente díspares entre instituições.

A JS deve empenhar-se no desenho de um regime menos rígido e restritivo, que possa ponderar o estatuto especial de cada estudante (trabalhador estudante, por exemplo), e diferenciar a solução em função do número de anos já concluído, da quantidade de disciplinas em falta para a conclusão do curso, das disciplinas em falta, entre outros factores).



G) Mobilidade e Internacionalização

O acolhimento da Declaração de Bolonha pelo sistema de ensino superior português abriu de forma determinante as portas para a mobilidade internacional e interna de estudantes e docentes

- Na linha das propostas políticas defendidas pela JS no passado, em articulação com a ECOSY e outras organizações de juventude socialista europeias, importa assegurar que a mobilidade internacional não representa uma miragem para a maioria dos estudantes do ensino superior, mas uma efectiva possibilidade de enriquecimento curricular e de troca de experiência no espaço da União Europeia. Consequentemente, quer no plano nacional, onde obtivemos acolhimento para a proposta, quer no plano das instituições comunitárias, cumpre assegurar a manutenção deste objectivo de reforço dos apoios públicos à mobilidade internacional;
- No plano interno, é igualmente necessário criar condições para o acolhimento de estudantes provenientes de outros países europeus através dos múltiplos programas de mobilidade, com destaque para o Sócrates, Erasmus e Leonardo DaVinci e, em particular, o Erasmus Mundus, enquanto mecanismo de integração da concessão de graus académicos por instituições de diversos países;
- Na sequência de uma linha já defendida pela JS, urge apoiar financeiramente e alargar a iniciativa lançada pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas com a criação do Programa Almeida Garrett, agilizando a mobilidade entre instituições de ensino superior portuguesas, de forma a abarcar não apenas alunos, mas também docentes das diversas instituições;
- Ainda no plano da cooperação entre instituições nacionais, concluído que está em grande medida o processo de reforma institucional do ensino superior, importa dar ainda alguns passos adicionais, de forma a reforçar a sua racionalidade e potenciar a utilização eficiente e integrada dos recursos existentes. Consequentemente, o aparecimento de consórcios regionais entre



instituições de ensino superior universitário e politécnico pode representar uma forma de apostar na especialização das instituições e na mobilidade de docente e alunos;

- Finalmente, é ainda importante não esquecer que a internacionalização da Universidade e do Politécnico não se jogam apenas na frente do espaço europeu, mas que o espaço Lusófono tem também de ser um espaço desse intercâmbio e dessa mobilidade – nessa medida cumpre potenciar parcerias com instituições de ensino superior do Brasil, PALOP e Timor e, em relação aos estudantes estrangeiros que frequentam as suas licenciaturas e mestrados entre nós, assegurar efectiva protecção social, colmatando as dificuldades eventualmente sentidas pela deslocalização e distância.

H) Investigação científica

Perante uma área em que o reforço do investimento público pelos governos do Partido Socialista representou uma das mais revolucionárias medidas para acelerar o potencial científico nacional e colmatar o atraso em sede de qualificações, o papel que a JS pode desempenhar passa essencialmente pela identificação das arestas ainda por limar e que possam ajudar a potenciar esta aposta determinante para o futuro do País. Para além do investimento realizado neste domínio, importa manter a construção de uma estratégia integrada de atracção de investigadores e que evita a “fuga de cérebros” nacionais para instituições de ensino estrangeiras.

Urge, pois, acelerar a revisão do estatuto de bolseiro de investigação científica, nomeadamente no que respeita ao acesso a prestações sociais e à realização de contribuições à segurança social pela entidade responsável pelo pagamento das bolsas.

Para além do plano dos incentivos e do regime aplicável individualmente a cada investigador, a promoção da celebração de parcerias internacionais entre instituições de ensino superior portuguesas e europeias deve ser outro eixo a potenciar, assegurando condições para a prossecução da investigação em



território nacional, sem perder a noção de rede, e evitando saída dos mais qualificados quadros para instituições que ofereçam condições mais atractivas.

I) Articulação com o mercado de trabalho

Finalmente, as políticas para o ensino superior têm necessariamente de comportar uma preocupação como acesso ao mercado de trabalho e com a adequação das qualificações adquiridas com as necessidades da sociedade. Neste eixo, e ainda na sequência das alterações introduzidas pelo processo de Bolonha, cumpre:

- Assegurar a implementação de verdadeiros gabinetes de apoio à empregabilidade dentro das instituições de ensino, cujo figurino corresponda às necessidades dos licenciados de cada curso em relação ao provável mercado de trabalho, articulando as suas tarefas, sempre que possível, com as redes formais e informais de antigos alunos e com os representantes da sociedade civil nos órgãos de gestão de cada instituição;
- Disponibilizar, em registo de disciplina extracurricular, particularmente nos cursos cujas saídas profissionais acarretem uma forte dimensão de auto-emprego e/ou a opção pelo exercício de profissão liberal, formação na área do empreendedorismo e da gestão;
- Promover uma efectiva articulação entre as instituições de ensino e o mercado de trabalho, particularmente no que diz respeito ao acesso a profissões objecto de intervenção de ordens profissionais, de forma a eliminar práticas potencialmente abusivas e corporativas por parte destas últimas e a reduzir a precariedade e a duração desproporcionada dos estágios de acesso, quando existam, na linha do referido no ponto relativo ao emprego.

De facto, o grau de intervenção das ordens e câmaras profissionais deve cingir-se ao controlo deontológico do exercício da profissão e não mover-se de acordo com qualquer preocupação de restrição do acesso, sem qualquer suporte nas funções cometidas pela lei a essas



instituições. Simultaneamente, deve assegurar-se a inexistência de tratamento discriminatório de cursos superiores acreditados, banindo as práticas de tratamento mais favorável aos licenciados por determinadas instituições;

- Proceder, na linha do ponto anterior, a uma revisão de todos os enquadramentos legislativos dos estágios e exames de acesso a profissões, de forma a articulá-los com o novo modelo de Bolonha, assegurando em termos precisos quais os requisitos de acesso a quem dispuser apenas do 1.º ciclo e valorizando devidamente quem tiver concluído o 2.º ciclo.



3. Ambiente e energia

As políticas ambientais fazem já tradicionalmente parte do acervo programático da Juventude Socialista, que cedo abraçou as causas do desenvolvimento sustentável, e em relação às quais o nosso empenho terá de se manter com a mesma firmeza e determinação que temos revelado nos últimos anos. Se recordarmos hoje as origens dos movimentos ambientalistas no final da década de 60, poderemos ser tentados a descrever o seu impacto e sucesso como uma das mais significativas transformações de prioridades políticas da era contemporânea. Em cerca de 40 anos, as temáticas ambientais adquiriram uma transversalidade político-ideológica e uma centralidade no discurso político de quase todas as formações políticas, que as tornam incontornáveis na construção de uma estratégia de crescimento económico, na gestão dos espaços públicos ou mesmo de concepção de políticas educativas ou de investigação.

Apesar do seu carácter cada vez mais consensual, contudo, há diferenças assinaláveis no empenho com que formações políticas à esquerda e à direita abordam a temática ambiental, sendo no confronto entre as preocupações ambientais e as exigências próprias das actividades económicas que se separam muitas vezes as águas, e que se identifica quem está disposto a sacrificar a protecção ambiental e a hipotecar a sustentabilidade do meio ambiente (ainda que o faça alegadamente de forma meramente transitória) e quem entende que a centralidade das políticas ambientais não se deve limitar ao discurso político, devendo ter verdadeira tradução transversal nas políticas públicas.

É em relação aos momentos críticos de construção de políticas públicas ambientalmente sustentáveis que a imensa responsabilidade inter-geracional que a gestão das políticas ambientais acarreta se torna visível. Mais do que assegurar uma gestão quotidiana dos recursos naturais existentes e conciliá-los com a actividade humana, o grande desafio que as temáticas ambientais suscitam prende-se com a necessidade de adoptar uma visão de longo e muito longo prazo, ponderando devidamente o impacto nas décadas e séculos seguintes das principais opções tomadas no presente. Aqui reside a chave de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, apostada simultaneamente na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs no presente, mas que não hipoteque a qualidade de vida das gerações vindouras.



Sem fundamentalismos, há que reconhecer na Humanidade, inegavelmente, também uma componente relevante do equilíbrio ecológico: a construção do desenvolvimento sustentável não passa por erradicar a acção humana e manter o planeta em estado natural integral, mas sim de procurar o equilíbrio eficiente que permita a conservação e regeneração dos demais componentes naturais (a fauna, a flora, o solo, a água, entre outros), sem prejuízo da sua utilização em benefício dos seres humanos. É a esse desafio que as políticas que sustentamos procuram dar resposta, através da racionalização da utilização de recursos energéticos, da preservação eficiente dos recursos naturais e da capacidade de retirar também vantagens económicas da conservação da natureza.

3.1. Energia

A temática da energia tem sido sujeita nos últimos anos a um aumento considerável de atenção por parte da sociedade e dos decisores políticos. Em primeiro lugar, as alterações que se têm registado na evolução do preço dos combustíveis fósseis nos mercados internacionais, com consequências directas para a balança de pagamentos externos de muitos países, e um aumento das preocupações ambientais decorrentes de acidentes dramáticos decorrentes da exploração e transporte de crude têm levado a uma crescente aposta na promoção de políticas energéticas sustentáveis. Complementarmente, o carácter finito dos combustíveis fósseis determina uma preocupação adicional com a necessidade de diversificação das fontes de energia.

Tem sido precisamente esse o caminho desenvolvido pelos Governos do Partido Socialista nos últimos anos, apostando simultaneamente em diversificação das fontes de energias renováveis, em particular na energia eólica, na energia hídrica e na energia solar, e acautelando o aparecimento de uma visão alternativa na dimensão da oferta de energia, e no aumento da eficiência energética, dando também um contributo à racionalização da política energética do lado da consumo.

A estas vantagens no plano estritamente ambiental, acresce ainda o impacto positivo que a opção pelas renováveis representa na redução das importações energéticas portuguesas, e conseqüentemente, na balança comercial e no défice externo. As energias renováveis têm igualmente um elevado potencial na criação de uma fileira industrial através do reforço da incorporação nacional neste sector, que contudo



deverá ser acompanhada de uma orientação no apoio ao desenvolvimento tecnológico.

Para além da componente associada ao reforço da fileira industrial, as energias renováveis têm igualmente a potencialidade de criação de emprego através das empresas de serviços energéticos, cuja dispersão geográfica representa ainda uma forma de esbater as assimetrias existentes entre o litoral e interior do país.

A) Energias renováveis: manter o rumo

A aposta nas energias renováveis deve, pois, continuar a ser abraçada pela JS como opção estruturante para a nossa autonomia energética e como caminho célere no sentido do fim da dependência dos combustíveis fósseis. O referido investimento nas energias eólica, hídrica e solar, acompanhado da dinamização de um novo sector económico e de investigação científica, deve continuar a ser potenciado, alargando-se a outras fontes renováveis como a biomassa (aproveitando, por exemplo, o potencial florestal nacional ou a transformação em energia dos resíduos urbanos) e a energia das marés, em relação à qual a investigação científica começa a dar frutos e a torná-la num alternativa apetecível a médio prazo.

Os diferentes programas de desenvolvimento das Energias Renováveis actualmente existentes, enquadrados na Estratégia Nacional para a Energia, são importantes para o cumprimento das metas energéticas de que, até 2020, 60% da energia produzida tenha origem em fontes renováveis. Neste aspecto, dever-se-á ter em conta as capacidades energéticas endógenas de Portugal, continuando-se a aposta na Energia Eólica, Hídrica, Biomassa e Solar Térmica.

No capítulo da Energia Hídrica, o Plano Nacional de Barragens é uma importante medida que permitirá aumentar a energia produzida por esta fonte renovável, devendo-se contudo reforçar a capacidade instalada em aproveitamentos hidroeléctricos já existentes. Contudo, nestes programas deve ter-se em conta os potenciais impactos ambientais, paisagísticos e sociais decorrentes da implementação de alguns empreendimentos.

B) Micro- e minigeração



A microgeração e a minigeração, que tiveram uma elevada adesão no programa criado ao abrigo da legislação aprovada em 2007, devem ser desenvolvidas através de alterações ao modelo existente, de forma a colmatar as fragilidades identificadas no sistema actual. Assim, o método de registo dos potenciais produtores deverá ser mais acessível, procurando-se estabelecer incentivos junto destes, abandonando os mecanismos que tenham como base acordos com os produtores dos equipamentos.

Simultaneamente, deve procurar-se fomentar a articulação dos pequenos produtores com outras entidades com consumos elevados de energia, fazendo corresponder a sua oferta combinada a procura localizada – no plano das redes públicas de iluminação, por exemplo, pode potenciar-se o recurso à energia produzida por associações ou cooperativas de produtores.

C) Recusar a opção nuclear

Neste contexto, cumpre igualmente ser claro quanto à possibilidade do recurso à energia nuclear, dando uma resposta negativa a essa opção. Em primeiro lugar, no momento actual, a energia nuclear representaria uma opção excessivamente dispendiosa, que pressuporia importação praticamente integral dos componentes tecnológicos necessários, com desvantagem clara em relação a fontes de energia com uma elevada componente de indústria nacional.

Em segundo lugar, a opção nuclear representaria igualmente uma opção que não é satisfatória no plano ambiental, uma vez que permanece sem solução o desafio levantado pela gestão dos resíduos produzidos – até que o desenvolvimento tecnológico consiga oferecer uma resposta a esta dificuldade, limitar-nos-emos a legar um problema insolúvel e perigoso às gerações vindouras.

Finalmente, enveredar por uma estratégia assente, ainda que parcialmente, numa componente nuclear não se revela indispensável para alcançar os objectivos de política energética nacional – aquilo que a opção nuclear poderia acrescer em termos de produção de energia facilmente se consegue alcançar com recurso a uma estratégia integrada e bem disseminada de investimento claro no eixo da eficiência energética.



D) Eficiência energética

A aposta na eficiência energética deverá ser entendida como um objectivo comum a todos e todas. O sector público deve assumir uma responsabilidade perante a sociedade, apresentando publicamente as suas facturas energéticas acompanhadas de objectivos na redução dos consumos, na linha das iniciativas já desencadeadas pela Juventude Socialista nesse sentido.

As próprias autarquias têm um importante papel no aumento da eficiência na utilização da energia eléctrica, tanto no que toca à iluminação pública, em relação à qual devem introduzir gradualmente programas de substituição dos equipamentos existentes, privilegiando a tecnologia mais eficiente, como na redução das perdas das redes de distribuição de energia eléctrica, em articulação com a Rede Energética Nacional (REN).

A eficiência energética depende igualmente dos comportamentos de toda a população, pelo que devem ser introduzidos mecanismos suplementares de incentivo à aquisição de equipamentos mais eficientes do ponto de vista energético, designadamente no plano fiscal, tal como devem ser promovidas campanhas de difusão de boas práticas na utilização e gestão da energia no contexto doméstico.

3.2. Transportes

A integração das políticas de transportes no quadro das políticas ambientais e energéticas é essencial para o sucesso da visão integrada que sustentamos para o sector da energia, bem como para outras dimensões da protecção do ambiente, na medida em que também se pode repercutir favoravelmente na redução de emissões de gases com efeito de estufa, complementando os esforços que teremos de desenvolver de forma mais determinada no combate às alterações climáticas, seja no quadro do protocolo de Kyoto, seja no âmbito do acordo internacional que lhe possa vir a suceder. De facto, os transportes representam actualmente uma quota significativa nas emissões de gases de efeito de estufa sendo, pois, preponderante a adopção de medidas racionalizadoras da mobilidade dos portugueses, de forma a tornar mais limpos os resultados do sistema de transportes. Mais uma vez, deparamos com uma tarefa que não assenta apenas na introdução de políticas públicas de



incentivos, mas também na mudança de mentalidades e comportamentos, representando a componente formativa uma dimensão mais do que relevante na prossecução deste desiderato.

A) Transportes públicos

A Juventude Socialista entende o investimento no sector dos transportes públicos como uma forma de racionalizar a mobilidade, reduzindo o consumo de energia e recorrendo a meios de transporte menos poluentes. Concomitantemente, trata-se de uma opção que corresponde às aspirações das populações e que pode contribuir para a correcção de assimetrias regionais e para travar o despovoamento de determinadas regiões do País

Todavia, é importante reorganizar a oferta de transporte público, articulando a actividade dos diferentes operadores no que respeita à sua cobertura territorial, integrando a emissão de bilhetes e os sistemas de passes sociais, tornando-os progressivamente únicos em todo o país, assumindo uma opção clara pela intermodalidade e pelo funcionamento em redes integradas.

Em conjunto com as autarquias (ou com futuras entidades regionais que venham a assumir essas competências) o Estado deve contribuir para o ajustamento da oferta actualmente às necessidades das populações, e para a melhoria da informação prestada às populações quanto à oferta existente para os percursos seleccionados pelo utilizador – o conforto e a celeridade que o sistema já hoje oferece é por vezes desconhecida pelos utilizadores das redes públicas, desincentivando a sua utilização.

Ainda com o intuito de promoção das redes de transportes públicos podem ser promovidas diversas medidas adicionais, designadamente:

- Alargamento dos horários dos transportes urbanos e inter-urbanos, seguindo experiências europeias de funcionamento nocturno do metro aos fins-de-semana e feriados, orientando a oferta às necessidades da população jovem e contribuindo indirectamente para um reforço da segurança rodoviária;



- Revisão dos mecanismos de articulação entre o transporte de longo curso e o transporte suburbano e urbano, permitindo a utilização de títulos de transporte de longo curso em viagens na rede de transportes suburbanos e urbanos da localidade de destino;

B) Transporte ferroviário

O transporte ferroviário, enquanto transporte sem significativos impactos ambientais, dotado de rapidez e qualidade de serviço em relação ao transporte individual, deverá ser objecto de fortes investimentos, que permitam melhorar as infra-estruturas da actual rede e a própria oferta do serviço de passageiros.

Neste aspecto, a alta velocidade deverá ser encarada como uma aposta estruturante na ligação de Portugal às redes europeias de alta velocidade e como uma forma de reduzir os tempos de percurso, retirando assim quota de mercado a transportes mais poluentes como o transporte aéreo ou o transporte individual. Contudo, a acompanhar este investimento, dever-se-á salvaguardar a indústria nacional na montagem final dos equipamentos e na celebração dos contratos de manutenção das infra-estruturas e material circulante, potenciando vantagens para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego.

É igualmente fundamental continuar o investimento na rede ferroviária convencional, evitando o encerramento de troços actualmente em exploração e procurando restabelecer a existência de uma verdadeira rede de transporte ferroviário. Adicionalmente, deve procurar assegurar-se a introdução de programas inovadores de exploração da rede convencional orientados para jovens, designadamente através do alargamento da oferta ferroviária de longo curso vocacionada para o transporte de população estudantil deslocalizada, em particular nos períodos de fim-de-semana ou do alargamento da aposta recente na criação de pacotes integrados orientados para o turismo jovem, associando oferta de alojamento em redes das pousadas de juventude com a deslocação com recurso ao transporte ferroviário.

Finalmente, o transporte de mercadorias por via ferroviária deve igualmente ser incentivado, retirando-se assim a dependência nacional face ao transporte pesado rodoviário de mercadorias, cuja fragilidade já foi demonstrada, com as consequências positivas ambientais e de redução dos custos de manutenção destas



infra-estruturas daí decorrentes. Neste âmbito dever-se-á apostar nas ligações entre os portos nacionais e a rede ferroviária europeia, mas também na operacionalização do programa “Portugal Logístico” e da sua dimensão ferroviária.

C) Transporte individual

No âmbito do transporte individual dever-se-á acompanhar o desenvolvimento tecnológico dos veículos eléctricos, continuando a desenvolver os mecanismos de apoio na vertente fiscal e no reforço das infra-estruturas de suporte, ao abrigo do programa “Mobi-E”. Deve também salvaguardar-se nesta sede a incorporação tecnológica nacional no fornecimento dos equipamentos incluídos no veículo e da rede de abastecimento a desenvolver, potenciando ainda o aproveitamento pleno da capacidade de produção energética assente em fontes renováveis, nomeadamente no que concerne à necessidade de oferecer alternativas de aproveitamento da energia produzida em horários em que se registam baixos índices de consumo (como é o caso do horário nocturno).

Ainda no que respeita ao transporte automóvel, deve ainda ser formulado um pacote de propostas de racionalização da sua utilização, passando por:

- Reforço dos programas de abate de veículos em fim de vida, com o intuito de proceder a uma renovação do parque automóvel nacional;
- Introdução de incentivos fiscais para a implementação de filtros de partículas em veículos a gasóleo;
- Diferenciação no pagamento de portagens por parte de veículos em função do número de ocupantes;
- Criação de sistemas públicos de partilha de veículos (*carsharing*) e de recolha de passageiros (*carpooling*);

D) Ciclovias

O desenvolvimento da rede de ciclovias deverá ser assumido pelas autarquias, entidades inter-municipais e entidades de desenvolvimento turístico enquanto



forma de promoção de uma mobilidade sustentável, mas também de incentivo à prática do desporto e do contacto com a natureza. Neste sentido, e de acordo com as orografias existentes, deverão ser introduzidos planos de desenvolvimento regionais de ciclovias, que permitam assimilar a construção destas infra-estruturas numa perspectiva inter-municipal. Por outro lado, as autarquias deverão introduzir nas novas vias rodoviárias, percursos paralelos de ciclovias, sempre que as condições orográficas o permitam

3.3. Recursos naturais

Finalmente, no quadro de uma visão empenhada na defesa do meio ambiente, a JS deve ter uma actuação articulada no domínio da conservação e gestão racional dos recursos naturais, visto tratar-se de um domínio determinante para assegurar a promoção do direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado. Sem prejuízo da especial atenção que devem merecer todos os componentes ambientais naturais identificados na legislação nacional e nos instrumentos de Direito da União Europeia e de Direito Internacional vigentes, as políticas relativas aos sectores da água e da conservação da biodiversidade revestem-se de capital importância e devem ser privilegiados nesta fase da intervenção pública da JS.

A) Água

A utilização racional dos recursos naturais deve igualmente ser promovida junto das autoridades públicas e dos operadores privados pela Juventude Socialista, merecendo especial destaque aquele que pode representar um dos recursos naturais em risco de rarefacção adicional no século XXI: a água.

Deve começar a assumir-se como consensual a necessidade de racionalização do consumo de água pelos utilizadores e de eliminação substancial das perdas de água existentes ao longo da rede. Simultaneamente, devemos caminhar no sentido de fomentar o investimento na reutilização de águas residuais, nomeadamente para



sistemas de rega, utilização em espaços públicos ou indústrias em que o uso se mostre compatível.

No plano da promoção de comportamentos individuais, deve apostar-se na diferenciação dos preços da água em função do volume gasto por número de utilizadores em cada habitação, sem prejuízo da fixação de tarifas especiais para certas franjas da população, bem como na promoção de políticas de sensibilização da população para a racionalização do consumo de água.

A garantia da qualidade da água dos rios e lagos, por seu turno, deve passar pelo reforço da fiscalização das transgressões à legislação ambiental, aumentando-se devidamente os valores das coimas e das sanções acessórias por descargas ilegais, nomeadamente a suspensão de laboração e revogação de licenças.

Finalmente, importa não perder de vista a necessidade de assegurar um intenso controlo público sobre a gestão da água, assente não só na regulação do sector e na garantia da qualidade e do cumprimento dos standards ambientais, mas também na intervenção directa ou indirecta, nomeadamente através do sector empresarial do Estado ou de outras entidades públicas.

B) Áreas protegidas e biodiversidade

A introdução recente na legislação nacional do conceito de Rede Fundamental da Conservação da Natureza, agregando todos os regimes de protecção da natureza com incidência territorial (Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, entre outras) representou um primeiro passo na integração sob um mesmo regime de todas as ferramentas ao serviço da salvaguarda destes recursos naturais. Importa dar o passo seguinte e proceder a uma efectiva unificação e racionalização dos regimes, simplificando os textos normativos, facilitando a sua apreensão pelos destinatários e agilizando a própria protecção oferecida. A unificação de regimes permitirá ainda clarificar quais os usos permitidos nas áreas de salvaguarda, abrindo oportunidades novas para o turismo na natureza ou para a dinamização de actividades de educação ambiental.



Ainda neste ponto, o reforço da fiscalização e a repressão de actividades lesivas do ambiente deve constituir uma prioridade, sendo o caminho mais imediato a prosseguir o do reforço dos meios de actuação do Serviço de Protecção da Natureza (SEPNA) e o alargamento das actividades de vigilância ao movimento associativo e a modalidades de voluntariado.

C) Ordenamento do território

Instrumental à gestão integrada e eficiente dos recursos naturais, a planificação do uso dos solos é indispensável à introdução de racionalidade nas opções políticas fundamentais quanto à gestão do território, servindo igualmente as finalidades de preservação do ambiente e recursos naturais e os objectivos fixados para o desenvolvimento sustentável. A partilha de responsabilidades entre Estado e autarquias neste domínio é indispensável, permitindo acautelar a salvaguarda dos interesses públicos de dimensão nacional (nos eixos de intervenção das várias políticas sectoriais e, em particular, no que respeita à protecção dos valores ambientais) e a sua integração harmoniosa com as necessidades de desenvolvimento locais.

O momento presente, em que se desencadeiam os processos conducentes à aprovação em muitos municípios de uma nova geração de planos directores municipais, representa uma oportunidade rara de intervenção da JS, através dos seus eleitos locais e dos seus militantes, na definição de prioridades para a política de gestão de solos a nível local: há que potenciar a discussão nos órgãos autárquicos das estratégias locais de desenvolvimento, bem como envolver a população, e em particular os jovens, no acompanhamento das discussões públicas e da avaliação ambiental estratégica dos referidos planos, cumprindo, no plano ambiental, deveres de cidadania e direitos de participação.

Por outro lado, e na linha de anteriores preocupações manifestadas pela JS, importa introduzir maior clareza na jurisdição exercida sobre a orla costeira, de forma a assegurar a efectiva aplicação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e a salvaguarda de um dos principais patrimónios naturais do país.



D) Política de gestão de resíduos

Finalmente, a título complementar às políticas de salvaguarda dos recursos naturais, importa ter presente uma preocupação permanente com o tratamento dos resíduos produzidos pela actividade humana, envolvendo todas as entidades com competências de gestão neste domínio, desde as autarquias à administração central, na adopção de um abordagem integrada que privilegie, em primeira linha, a redução da produção dos resíduos, através de acções de sensibilização da população e da criação de incentivos à adopção de comportamentos ambientalmente mais sustentáveis, acompanhada de um reforço das redes de recolha com vista à reutilização e reciclagem dos resíduos cuja produção não for susceptível de ser eliminada. Complementarmente, o tratamento de resíduos que não possam ser reutilizados ou reciclados deverá ser abordado da perspectiva da recuperação de energia, integrando-se na estratégia de diversificação das fontes de produção de energia, já descrita.



4. Direitos e liberdades fundamentais

A protecção dos direitos e liberdades fundamentais encontra-se no centro da matriz ideológica e no código genético do Partido Socialista e da Juventude Socialista, pelo que o seu relevo na actuação política da nossa organização tem de ser absolutamente central.

A história do movimento socialista democrático é, em grande medida, uma história partilhada com as grandes causas emancipadoras da humanidade, desde as lutas pelo alargamento do sufrágio, ao movimento de defesa dos direitos das mulheres, à derrota dos regimes ditatoriais que assombraram o continente europeu, ao combate ao racismo e xenofobia e aos movimentos extremistas de extrema-direita, e à causa dos direitos das lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

Neste contexto, as causas da igualdade devem continuar a ser particularmente mobilizadoras para a nossa estrutura, permitindo-nos reforçar não só as políticas públicas orientadas para o combate directo às discriminações e para promoção da igualdade, mas também as acções de sensibilização e formação que contribuam para a edificação não apenas de entidades públicas abertas à diferença e inclusivas, mas de um tecido social dotado dessas mesmas características.

No ano do Centenário da República, nunca será demais recordar o programa emancipador do projecto republicano, assente na trilogia dos valores da igualdade, liberdade e fraternidade, recusando qualquer privilégio ou desvantagem assentes no nascimento ou em qualquer outro traço identitário.

4.1. IGUALDADE DE GÉNERO

A promoção da igualdade de género, com o objectivo de realizar plenamente a igualdade entre homens e mulheres, deve ser colocada no topo das prioridades da Juventude Socialista no que respeita à sua agenda para a realização de direitos e liberdades fundamentais. Trata-se de uma responsabilidade constitucional da República Portuguesa e de todos os seus poderes públicos, mas deve igualmente ser assumida como responsabilidade por todas as organizações que pretendem desenvolver actividade no plano cívico e político, como é o caso da JS.



A posição ainda subalternizada da mulher na vida pública da sociedade contemporânea (não obstante os inúmeros avanços obtidos recentemente, entre os quais se contam a Lei da Paridade ou a revisão do regime da licença de parentalidade), a incidência clara de violência física e psicológica dirigida contra as mulheres, os números mais elevados de precariedade laboral, bem como a desigualdade salarial registada face aos homens, e a distribuição não equilibrada de tarefas domésticas e familiares, são reveladores da necessidade de uma intervenção determinada na correcção das desigualdades que persistem em relação a uma fatia que representa a maioria da população.

A complexa e rica teia de políticas a desenvolver neste domínio deve, porém, centrar-se nalguns eixos centrais:

A) Transversalização da perspectiva de género

O ponto de partida para uma política integrada de resposta aos desafios que a realização da igualdade de género suscita deve ser representado pela necessidade de transversalizar a perspectiva de género em todas as políticas públicas, permitindo diagnosticar em que medida é que o género dos destinatários das medidas é uma condicionante do seu sucesso ou fracasso. Seguindo recomendações do Conselho da Europa e da União Europeia, plasmadas nos sucessivos Planos Nacionais para a Igualdade, importa assegurar que em todos os planos de actuação da Juventude Socialista, desde as assembleias de freguesia à Assembleia da República, a colocação do género na agenda política é efectivamente assegurada e a transversalização adoptada enquanto forma de melhoria dos processos de decisão.

B) Erradicação dos estereótipos de género

Os estereótipos de género, pré-determinando papéis públicos e privados para homens e mulheres, restringindo indirectamente a livre realização pessoal de cada cidadão e cidadã, são uma das principais fontes silenciosas da manutenção das desigualdades estruturais causadas pelo género.



Desde as expectativas e comportamentos sociais e profissionais, à percepção da vida familiar, passando mesmo por áreas essenciais como a educação, saúde, cultura e comunicação social, a nossa vivência social constrói-se na maior parte dos casos de códigos masculinizados de medição de sucesso e de uma arrumação de tarefas implícita entre homens e mulheres.

O caso português é disso exemplificativo: por força das necessidades económicas e pelas escassez de recursos financeiros, as mulheres portuguesas entraram desde cedo no mercado de trabalho e representam hoje uma fatia determinante da população activa, representando as suas horas de trabalho semanal uma quantidade relativamente equivalente à dos homens. Contudo, analisados os dados estatísticos quanto à repartição do trabalho doméstico e familiar, constata-se uma desequilibrada repartição de tarefas, que onera as mulheres, e contribui, indirectamente, para o aparecimento de obstáculos adicionais à sua progressão profissional.

Neste contexto, importa sublinhar o carácter indispensável do reforço do papel dos homens na construção da igualdade de género e na desconstrução de estereótipos sociais. Indo para além de meramente assegurar um espaço na esfera pública e profissional para as mulheres, a JS deve orientar as suas opções políticas no sentido de promover uma efectiva repartição de responsabilidades e tarefas na esfera privada, potenciando igualdade e equilíbrio entre homens e mulheres.

C) Conciliação entre vida familiar e profissional

De certa forma conexo com a desconstrução dos estereótipos de género, o reforço da conciliação entre vida familiar e profissional, não passa, contudo, apenas pela mudança de mentalidades, pressupondo antes a adopção de medidas de promoção e facilitação dessa conciliação pelas autoridades.



- Conforme referido, uma boa rede de estabelecimentos de ensino pré-escolar é um primeiro e importante passo para que os jovens casais possam articular horários profissionais e obrigações familiares, sem onerar excessivamente o orçamento familiar;
- Em segundo lugar, a revisão da legislação laboral operada em 2009 introduziu novas possibilidades de conciliação, nomeadamente através do aumento da duração da licença se partilhada por ambos os progenitores, mas cabe ainda potenciar o recurso a esses novos instrumentos de realização da igualdade. A JS deverá, contudo, empenhar-se no debate de uma modalidade alternativa de reforço da licença obrigatória a gozar pelos pais, numa lógica próxima do modelo nórdico de 1+1+1 (1 período para a mãe, outro período para o pai e um terceiro período a gerir pelo casal, todos de idêntica duração), de forma a neutralizar a tendência discriminatória do empregador em contratar uma mulher atento o risco de esta poder vir a engravidar.

D) Violência de género

Conforme referido, a incidência de violência de género, particularmente daquela dirigida contra as mulheres no contexto de relações familiares ou afectivas, origem directa de números perturbadores de agressões e mortes em cada ano, é reveladora da necessidade de políticas orientadas para o reconhecimento da sua especificidade e de medidas de apoio e para o aumento da visibilidade do fenómeno, enquanto passo indispensável à percepção da dimensão do problema e para a erradicação da atitude tradicional de silenciamento desta realidade.

No plano das políticas dirigidas aos jovens, importa reforçar a sensibilização nas camadas mais jovens da população e desenvolver acções de formação para o quadro legal específico de repressão da violência doméstica e protecção das suas vítimas.



Na linha das práticas anteriores da JS, e uma vez que as acções de sensibilização dirigidas à população estudantil do ensino básico e secundário continuam a representar um dos eixos do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, a JS deve mobilizar as suas estruturas locais e de escola para as campanhas de esclarecimento, bem como desenvolver elementos documentais próprios para o efeito.

Ainda neste capítulo, é igualmente necessária a formação para a identificação e denúncia de realidades conexas com o tráfico de seres humanos, muitas vezes associado à exploração sexual.

E) Acesso ao mercado de trabalho e não discriminação

O mercado de trabalho representa uma das áreas em que a discriminação fundada no género se sente com particular intensidade, incidindo particularmente em três domínios: acesso mais difícil ao mercado de trabalho e excessiva precariedade das relações laborais das mulheres, discriminação e assédio no exercício de funções profissionais, e desigualdade salarial entre homens e mulheres para o exercício das mesmas funções perante habilitações literárias idênticas.

- Quanto ao acesso ao mercado de trabalho, as políticas activas de emprego descritas anteriormente devem focalizar especialmente as dificuldades adicionais sofridas pelas mulheres no acesso ao primeiro emprego, face aos níveis mais elevados de desemprego identificados nos dados estatísticos relevantes;
- Quanto às práticas discriminatórias e ao assédio no local de trabalho, para além do reforço da fiscalização por parte das entidades competentes, cumpre consciencializar os empregadores para o desenvolvimento de políticas internas de formação dos quadros das empresas;



- Finalmente, quanto à desigualdade salarial, para além do reforço do papel fiscalizador da Autoridade para as Condições de Trabalho e do acompanhamento pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE), é indispensável a criação de uma entidade de monitorização das práticas salariais discriminatórias no mercado de trabalho e na Administração Pública, eventualmente associada ao Observatório da Igualdade de Género, que possa identificar os sectores críticos e recomendar a adopção de medidas adicionais de correcção da desigualdade.

F) Empreendedorismo feminino jovem

Integrando-se na estratégia global de promoção do empreendedorismo jovem, a aposta no apoio ao empreendedorismo feminino jovem deve ser defendida pela JS como eixo relevante para eliminar não só as dificuldades de obtenção de financiamento a projectos empresariais próprias da sua faixa etária, como ainda as barreiras invisíveis e telhados de vidro decorrentes dos estereótipos de género ainda dominantes.

G) Saúde sexual e reprodutiva

A saúde sexual e reprodutiva integra diversos capítulos da actuação da JS para os próximos anos, designadamente no que respeita à educação sexual no ensino básico e secundário e às políticas de saúde pública. No que respeita à igualdade de género cumpre apenas sublinhar a sua importância para a implementação da estratégia integrada de prevenção de gravidezes indesejadas e de erradicação definitiva da incidência do aborto clandestino. A visão integrada da saúde sexual e reprodutiva é, pois, indispensável para continuar a cumprir a missão que começou a ser possível a 11 de Fevereiro de 2007, quando se alcançou a histórica vitória no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Com especial relevo para este desiderato destacam-se:



- A necessidade de desenvolver programas de apoios públicos directos ou de incentivo a iniciativas provenientes da sociedade civil, quer no plano do planeamento familiar, quer no plano do apoio às jovens e seus companheiros que se vêm confrontados com a necessidade de tomar uma decisão informada e consciente sobre a sua gravidez;
- O reforço da rede de consultas de planeamento familiar nos centros de saúde, acompanhado de mais mecanismos de distribuição gratuita de meios de contracepção;
- O estudo detalhado dos contextos sociais, económicos e geográficos da realização da interrupção voluntária da gravidez desde 2007, com vista a orientar as políticas de saúde, racionalizar os meios humanos e financeiros necessários e conceber estratégias locais para a sua prevenção.

4.2. COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES

Uma clara prioridade da JS nos últimos anos tem assentado no combate a todas as formas de discriminação, tendo sido alcançados sucessos notáveis em tempos recentes, que colocam Portugal na linha da frente da protecção de direitos fundamentais e do reconhecimento da igual dignidade de todos e todas perante a lei. Assim sendo, o modelo que complementa uma pedagogia da inclusão com medidas concretas de combate à discriminação deve continuar a ser promovido nos eixos fundamentais das políticas de combate à discriminação:

A) Comunidade LGBT

A preocupação da Juventude Socialista com o combate à discriminação fundada na orientação sexual assentou no último mandato, em larga medida, na promoção da transformação da lei civil portuguesa de forma a consagrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, permitindo a realização plena do princípio da igualdade entre nós e derrubando uma barreira simbólica que mantinha o estigma da diferença sobre toda uma camada da população.



Alcançada essa vitória histórica e transformadora, que fez de Portugal o oitavo Estado soberano do Mundo e sexto da Europa a consagrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, importa continuar a desenvolver o trabalho diário de eliminação das principais fontes de discriminação existentes na sociedade portuguesa.

- Dar prioridade ao combate à homofobia e à transfobia, apostando na sensibilização da população sobre comportamentos discriminatórios e na inclusão de elementos curriculares promotores da inclusão nas disciplinas de educação para a cidadania no ensino básico e secundário;
- Na linha do ponto anterior, promover a adopção de manuais de boas práticas pela Administração Pública, particularmente em sectores que tem de se mostrar sensibilizados para a temática e onde as reacções conservadoras se fazem sentir de forma mais intensa, como é o caso das forças de segurança;
- Reforçar a repressão dos crimes de ódio homofóbico e transfóbico, incluindo-os no objectivos essenciais da Lei-quadro da Política Criminal aquando da sua próxima revisão;
- Aprovar uma lei sobre identidade de género, permitindo agilizar os mecanismos jurídicos do reconhecimento da mudança de sexo e assegurando a confidencialidade da alteração e a salvaguarda de direitos e obrigações dos interessados, para que quem se submete a um procedimento clínico exigente não tenha de continuar a ser confrontado com a exigência adicional de um moroso processo judicial, muitas vezes vexatório e excessivamente inquisitivo. Trata-se de assegurar a plena realização da identidade pessoal dos transexuais portugueses, à semelhança do que é a prática, pacífica e consensual, em muitos países europeus, nomeadamente em Espanha, onde a alteração legislativa necessária se realizou de forma unânime.



- Aprofundar o debate em torno da adopção por casais de pessoas do mesmo sexo (casados ou unidos de facto), reforçando o compromisso da JS com essa alteração, através da demonstração empírica e científica de que a homoparentalidade não suscita qualquer entrave ao desenvolvimento social e psicológico das crianças, pelo que não se justifica a manutenção de um tratamento discriminatório no acesso à adopção;
- Rever a legislação sobre procriação medicamente assistida, de forma a assegurar direitos reprodutivos sem carácter discriminatório a toda a população, para que a lei assente estritamente na necessidade de protecção das pessoas que se submetem aos tratamentos (seja por razões de infertilidade, ou por opção livre pelo método da procriação assistida) e não se submeta a pré-compreensões filosóficas, ideológicas ou religiosas de alguns.
Na primeira linha, deve ser eliminada a proibição de recurso por mulheres solteiras a inseminação e a exigência da realização dos procedimentos apenas com finalidades terapêuticas de infertilidade.
- Finalmente, no plano institucional, a JS deverá apoiar a estruturação no terreno da Rainbow Rose Portugal, organização de combate às discriminações fundada entre nós em 2010, e integrada numa ampla rede europeia de organizações próximas do socialismo democrático e que desenvolvem uma cooperação reforçada com os partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas.

B) Imigrantes

Para além da sua história como País de emigração, Portugal tornou-se nas últimas décadas também um País mais plural e diverso devido ao aumento das comunidades de imigrantes que residem e trabalham entre nós. Neste capítulo, os recentes governos do PS têm revelado um comportamento ímpar, amplamente reconhecido no plano internacional como modelar, destacando-se



quer as alterações às Leis da Nacionalidade e da Imigração, quer o alargamento da protecção social aos imigrantes legais residentes em Portugal.

É assente neste trabalho francamente positivo e encorajador da criação de uma sociedade inclusiva e receptiva dos que entre nós procuram melhores condições de vida e de realização individual que devemos continuar a desenvolver o nosso trabalho político e contribuir para a construção dessa visão de sociedade.

- Em primeiro lugar, neste quadro social em que as comunidades imigrantes contribuem para a riqueza nacional e para o crescimento da economia, realizam descontos para os sistemas públicos de protecção social e cumprem as suas obrigações fiscais perante a República Portuguesa, cumpre indagar se não terá chegado a hora de reconhecer o seu direito a participar directamente na tomada de decisões relativas à comunidade política em que se inserem, reconhecendo-lhes, pelo menos, o direito de voto nas eleições legislativas, através da necessária alteração ao texto da Constituição.
- Importa prosseguir a política de acesso aos serviços públicos essenciais, com especial destaque para o sistema de ensino, que deve estar apto a responder às aspirações das comunidades de imigrantes no que respeita à transmissão de conhecimentos quanto às línguas, história e cultura dos países de origem dos pais, à semelhança, aliás, daquelas que são as aspirações das comunidades de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo;
- Também cumprirá não deixar de lado a necessidade de combater as redes de imigração ilegal e de tráfico de seres humanos, não descurando a necessidade de oferecer protecção jurídica e, por vezes, a possibilidade de permanência em território nacional, às vítimas deste tipo de criminalidade;
- No que respeita directamente à actuação da JS, um reforço de interacção com as associações representativas das comunidades de



imigrantes é uma necessidade, bem como a criação de laços mais intensos com as organizações de juventude dos partidos políticos da família política socialista que se encontram implantados entre nós, no sentido de potenciar o trabalho e a militância conjuntos;

- Finalmente, e uma vez que deparamos com um sector de intervenção política em que a definição dos eixos estruturantes se joga no plano europeu, a JS não pode deixar de mobilizar o debate nacional para fenómenos inaceitáveis de tratamento repressivo e sem condições dignas de um Estado de Direito que proliferam em muitos Estados da União Europeia e que incidem, no essencial, sobre imigrantes ilegais que, já sendo vítimas de redes de tráfico, se deparam ainda com respostas populistas e demagógicas de alguns actores públicos que pretendem a criminalização da sua conduta. Associada a esta realidade importa, pois, desenvolver uma estratégia de cooperação com os países de origem da imigração ilegal, procurando responder no local às causas económicas, sociais e políticas que determinam o êxodo das populações.

C) Minorias étnicas e religiosas

Uma outra dimensão relevante neste capítulo do combate às discriminações tem de passar pela existência de objectivos claros de prevenção e repressão de fenómenos de racismo e xenofobia, manifestando o compromisso com um Estado de Direito interventivo e defensor dos seus cidadãos e população residente. Ainda neste domínio, importa afirmar também como prioritária a repressão da discriminação de base religiosa, reafirmando o papel que a laicidade do Estado deve desempenhar nessa construção, enquanto veículo de garantia da neutralidade dos poderes públicos perante todas as manifestações religiosas.

- Em primeiro lugar, a sensibilização para o combate ao racismo e xenofobia tem de continuar a ser prioritária, envolvendo os movimentos associativos que se dedicam à temática e mobilizando o sistema de ensino em todos os seus níveis para a promoção de



comportamentos inclusivos e para denúncia de discriminação. Neste quadro, a educação para a cidadania tem de ser potenciada como disciplina de promoção dos valores em questão, sem prejuízo da adopção de uma estratégia integrada que envolva todas as áreas formativas das escolas.

- Em articulação com iniciativas de outras organizações de juventude socialistas de países europeus e com o trabalho desenvolvido na ECOSY, a JS deve apetrechar-se de conhecimento e meios para lidar com as tentativas crescentes de mobilização de forças políticas extremistas, nacionalistas e xenófobas, promovendo a sua contenção e crescimento, que, felizmente, se tem revelado pouco significativo em Portugal;
- Também no plano da comunicação social se deve apostar na sensibilização dos principais agentes do sector para evitar abordagens potencialmente discriminatórias das populações minoritárias e dos imigrantes. Estudos recentes revelaram uma preocupante tendência para a enfatização, nas peças de imprensa e televisão, da ascendência, etnia e território de origem como determinantes para a compreensão dos acontecimentos, que pode viciar a percepção pública das comunidades em questão e fomentar pré-compreensões injustificadas.
- Em relação a uma comunidade minoritária em particular, a comunidade Roma/cigana, devem ser aprofundadas as medidas de combate à discriminação e de promoção da inclusão, através da desconstrução de estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade portuguesa.
- Já no quadro da repressão da discriminação com base religiosa, importa sublinhar o relevo da laicidade do Estado na construção de uma comunidade inclusiva, com espaço para todas as manifestações religiosas e de crenças transcendentais. No ano do Centenário da República é incontornável o reconhecimento de que a separação do Estado e das Confissões Religiosas e a abertura do caminho para a efectiva laicidade do Estado se iniciou nesse momento histórico (sem prejuízo do reconhecimento, com objectividade e sentido crítico, do



carácter traumático desse processo de separação, que muitas vezes se manifestou de forma persecutória).

É com a República que desaparece a consagração de uma religião de Estado e se separa o Estado da Igreja (com vantagem para ambos), que se consagra o registo civil obrigatório e se revê a legislação de família, abrindo caminho a consagração do divórcio, que se eliminam os juramentos religiosos e se laicizam os cemitérios públicos e que se inicia a construção de uma escola pública laica e aberta a todos e todas.

Mas mais do que analisar de uma perspectiva ajuizadora póstuma o processo de laicização do Estado, há sim que valorizar a consagração do princípio e torná-lo um efectivo elemento caracterizador do Estado de Direito Democrático e da nossa República: Confissões religiosas livres, num Estado neutro, enquanto garantia da liberdade religiosa (positiva e negativa) de todos e elemento estruturante de uma comunidade inclusiva.

- Finalmente, e porque o contexto internacional tem pesado igualmente nos últimos anos no aparecimento de fenómenos discriminatórios de base étnica e religiosa, importa não fechar os olhos ao aparecimento e recrudescimento de manifestações de sentimentos anti-semitas e islamofóbicos entre nós.

Por um lado, inserindo-se numa visão por vezes maniqueísta da complexidade dos conflitos internacionais, nomeadamente do conflito israelo-palestiniano, verificam-se fenómenos de crescente anti-semitismo nas sociedades ocidentais, recuperando velhos preconceitos e criando novas visões redutoras e discriminatórias. A recente consagração pela Assembleia da República do dia 27 de Janeiro como Dia de Memória do Holocausto pode representar uma forma de evidenciar a necessidade de prevenir o reaparecimento destes fenómenos, permitindo, nomeadamente, às escolas apostar na sensibilização para a temática.



Por outro lado, assentando mais uma vez numa abordagem simplista e redutora do Islão às manifestações radicais e fundamentalistas que assumem projecção internacional, deparamos igualmente com um aparecimento de sentimentos islamofóbicos, traduzidos num aumento da intolerância face às comunidades e à sua participação na vida social. Enquanto organização de juventude comprometida com a não-discriminação e com construção de uma sociedade, nacional e internacional, assente no respeito mútuo e na livre e pacífica coexistência dos povos, temos de nos empenhar na denúncia deste problema crescente.

D) Cidadãos portadores de deficiência

Uma outra temática a promover de forma mais determinada pela JS no próximo mandato deve ser a que respeita à erradicação da discriminação dos cidadãos portadores de deficiência, área à qual um reforço da centralidade no debate político em muito contribuiria para uma efectiva e significativa melhoria da qualidade de vida deste sector da população. O carácter por vezes quase imperceptível para a população geral das barreiras enfrentadas pelos cidadãos deficientes está na primeira linha das causas do tratamento discriminatório a que são sujeitos, pelo que importa dar visibilidade aos problemas como primeiro passo na resolução dos problemas enfrentados. Para além disso, a estratégia da Juventude Socialista deve ainda assentar nos seguintes eixos:

- Promoção da erradicação de barreiras arquitectónicas nos espaços públicos e nas vias públicas, através da intervenção estruturada e coordenada a nível nacional dos representantes da JS nos órgãos das autarquias locais e da promoção junto da Administração Central das medidas necessárias à realização deste objectivo. Através da sua rede de estruturas locais, a JS pode contribuir directamente para a identificação de zonas críticas ao nível da mobilidade e para a promoção das medidas necessárias à sua correcção junto das autoridades competentes.



- Adopção de sites na Internet com níveis de exigência adequados aos cidadãos com necessidades especiais, alargando à administração local e ao sector privado as exigências já aplicáveis aos serviços e organismos da Administração Central. O acesso à informação e ao conhecimento encontra-se muitas vezes seriamente limitado pela falta de adequação das ferramentas de navegação na Internet, bastando um investimento relativamente moderado para a ultrapassagem dos obstáculos existentes. Para além da promoção destas políticas, a JS deve ainda dar o exemplo nos seus próprios espaços na rede;
- Disponibilização generalizada de documentação pelos poderes públicos em suportes alternativos (Braille, por exemplo), orientados para as necessidades especiais dos cidadãos portadores das mesmas, com especial necessidade de alargamento da prática a todos os pontos do País, prevenindo assimetrias regionais nesta tarefa de correcção de uma desigualdade, devendo mais uma vez a organização dar o exemplo em relação aos seus documentos políticos fundamentais.
- Preparação dos eventos públicos (conferências, apresentações públicas, etc.) das entidades da Administração Pública com atenção às necessidades especiais dos destinatários;
- Alargamento da oferta de programas inclusivos em sede desportiva e cultural para os cidadãos portadores de deficiência, particularmente por parte das autarquias locais;
- Manutenção e desenvolvimento de apoios e incentivos à empregabilidade de cidadãos portadores de deficiência pela Administração Local e pela Administração Central, na linha das práticas eficientes dos centros de emprego protegidos.

E) Discriminações múltiplas

Finalmente, na linha das conclusões do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos, é importante assegurar uma abordagem integrada



do problema das discriminações, construindo uma estratégia de resposta ao fenómeno das discriminações múltiplas.

- Em primeiro lugar, assegurando idêntica protecção jurídica contra todas as formas de discriminação, o que se pode consubstanciar na aprovação de uma lei transversal sobre igualdade, na linha do que é sustentado pelo Programa do Partido Socialista;
- Em segundo lugar, é indispensável estimular a cooperação e diálogo entre as organizações dedicadas sectorialmente ao combate aos vários tipos de discriminação, podendo a JS, enquanto estrutura que se dedica transversalmente a todas elas, funcionar como um dos facilitadores desse trabalho conjunto;
- Finalmente, importa assegurar idêntica visibilidade às diversas fontes de discriminação que, sem prejudicar o carácter transversal da abordagem relativa à igualdade de género, permita assegurar uma repartição adequada e proporcional de recursos.

4.3. NOVOS DESAFIOS

Tradicionalmente, as opções políticas da Juventude Socialista em sede de promoção de avanços na protecção de direitos e liberdades fundamentais tendem a ser configuradas publicamente como causas fracturantes, abordagem redutora do seu verdadeiro alcance no plano dos direitos fundamentais. Na realidade, são opções estruturantes para a visão que temos de uma República assente nos valores da igualdade, liberdade e fraternidade e no reconhecimento da necessidade de protecção de direitos fundamentais de todos e todas.

São, contudo, opções política nas quais acreditamos e que a cujo debate não fugimos, ainda que por vezes acabem, inevitavelmente, por sequestrar o resto da atenção comunicacional dada à agenda política da JS. Neste contexto, acompanharemos o debate em torno da regulamentação da prostituição, particularmente no que respeita



à protecção social das pessoas que prestam serviços sexuais, desenvolveremos iniciativas de discussão integrada sobre a temática da eutanásia e da dignidade no fim da vida, bem como manteremos a orientação da Juventude Socialista na defesa da legalização do consumo de drogas leves, integrando uma óptica de liberdade e responsabilidade neste domínio.

A) Legalização das drogas leves

A abordagem da Juventude Socialista na matéria das drogas leves tem assentado sempre no relevo incontornável a dar ao exercício de uma liberdade de escolha em face de um consumo de substâncias que não revela níveis de risco suficientes para justificar a sua proibição.

Perante um consumo de drogas que, como os canabinóides, comprovadamente, não tendem a criar habituação entre a população geral e que, conseqüentemente não conduzem necessariamente ao consumo de drogas duras e a problemas sérios no plano da toxicodependência, a resposta mais adequada das autoridades públicas no plano nacional e internacional deve passar pela clara separação dos mercados.

Tratando diferentemente duas realidades que são efectivamente distintas, torna-se então possível construir uma estratégia adequada à repressão do consumo e tráfico de drogas duras, concentrando os recursos humanos e financeiros disponíveis para o efeito, ao mesmo tempo que se introduzem mecanismos de controlo de qualidade das drogas leves comercializadas, reforçando a segurança do seu consumo e permitindo também a sua taxaço e a integraço de receita fiscal para o Estado.

Mais do que uma verdadeira questáo que divide a sociedade no quadro de uma eventual fractura ideológica, a matéria da legalizaço das drogas leves é, em grande medida, uma discussáo que encontra maior clivagem no plano geracional, oferecendo muito pouca resisténcia entre as camadas mais jovens da populaço uma soluço que caminhe no sentido da legalizaço do consumo.



Para além disso, no plano da utilização terapêutica de algumas das substâncias, o consenso no sentido do abandono das políticas proibitivas é ainda mais claro e abrangente.

B) Eutanásia

O debate em torno da eutanásia deve ser colocado claramente no plano da liberdade individual e no exercício de uma opção esclarecida por um caminho de dignidade no fim da vida, ajudando-nos a retirar a carga radicalizante que por vezes se pretende associar ao tema e a abordá-lo de uma perspectiva integrada e respeitadora do indivíduo.

Em primeiro lugar, antes da implementação de uma qualquer alteração legislativa de fundo nesta matéria, é fundamental incentivar o debate sério e detalhado acerca desta questão, nomeadamente no que diz respeito aos direitos e deveres dos intervenientes (doentes, profissionais de saúde e rede de apoio familiar e social), a qual o seu papel na prestação dos cuidados de saúde e na forma de encarar a dignidade no fim da vida, uma vez que são vários os constrangimentos que têm tornado esta discussão obscura, nomeadamente do ponto de vista ético e moral. A ausência de discussão faz com que não seja possível tomar posições verdadeiramente esclarecidas relativamente a este tema, pelo que é importante abordá-lo de forma estratégica e deixar, definitivamente, de o ignorar.

Consequentemente, devem ser focados três pontos fundamentais na discussão: os direitos e deveres de todos os intervenientes, a promoção de investimento na rede de cuidados paliativos, nomeadamente na criação de estruturas diferenciadas que substituam os hospitais no fornecimento deste tipo de cuidados, e a discussão das condições e circunstâncias clínicas e éticas que apoiam ou não a prática da eutanásia.

Ainda neste contexto, importa criar condições para a introdução generalizada do recurso à Directiva Antecipada da Vontade (o por vezes denominado “testamento vital”), enquanto documento no qual uma pessoa com plena capacidade expressa manifesta e antecipadamente a sua vontade séria, livre e esclarecida no que concerne aos cuidados de saúde que deseja ou não receber no futuro, no caso de,



por qualquer causa, se encontrar incapaz de a expressar pessoal e autonomamente ou em que designa alguém para a manifestar por si, caso se encontre incapaz de o fazer. Trata-se de um documento fundamental para garantir o princípio da autonomia na prestação de cuidados de Saúde e para enquadrar devidamente as opções formuladas por cada um no fim da vida.

Partindo destes pressupostos, enquadrada devidamente por um sistema nacional de saúde dotado de sensibilidade e respostas no acompanhamento e identificados os mecanismos que garantam a transmissão segura de uma vontade esclarecida, a temática da eutanásia, reverte no essencial, para uma questão do exercício de uma vontade livre e esclarecida de uma pessoa quanto a qual a forma de assegurar plenamente a sua dignidade pessoal no fim da vida.

C) Regulamentação da prostituição

A reposta que a família política socialista europeia tem oferecido ao tema da prostituição não se revela de todo uniforme, nem demonstrativa da existência de um consenso claro quanto ao meio mais eficiente de abordar o problema: se alguns sustentam o recurso ao modelo holandês da regulamentação da actividade, como forma de contribuir simultaneamente para o reforço da protecção social e na saúde de quem se prostitui, outros mostram-se favoráveis ao modelo sueco de tendencial proibição e repressão de quem adquire serviços sexuais, colocando a tónica na necessidade de salvaguardar a dignidade de quem se prostitui e de travar a criminalidade e as redes de tráfico de seres humanos, que não raras vezes surgem associadas a esta realidade.

Não obstante a riqueza do debate e a necessidade de o continuar a aprofundar, a opção da JS neste domínio tem assentado, no essencial, numa visão próxima do modelo holandês, reconhecendo como prioritária a questão de saúde pública e da protecção social, bem como tutelando a liberdade individual de quem, efectivamente livre de constrangimentos, opta por se dedicar a uma actividade que é ainda, marcadamente, um tabu na sociedade contemporânea.

Uma das principais preocupações em presença é, efectivamente, a saúde pública, servindo a regulamentação da actividade, na primeira linha, como uma forma de



reforçar a promoção da saúde de quem se prostitui e de incentivar práticas seguras na realização da actividade sexual, de forma a travar a propagação de doenças sexualmente transmissíveis (DST). Apenas através de um acompanhamento de uma actividade que é reconhecida como lícita se torna possível orientar políticas de despistagem e tratamento de DSTs, promover campanhas de sensibilização para a utilização de preservativos, masculinos e femininos, e até dotar de maior eficiência a fiscalização das condições de exercício da actividade.

Para além do eixo da saúde pública, levanta-se ainda a necessidade de assegurar uma adequada protecção social a quem se dedica à actividade, permitindo a sua integração nos sistemas públicos de saúde e segurança social e a identificação dos factores de pobreza e exclusão social que podem estar muitas vezes na origem da opção pela prostituição. Quanto a este último aspecto, trata-se até, possivelmente, de um eixo do problema relativamente mais consensual e susceptível de implementação no imediato.

Finalmente, uma opção por um modelo de regulamentação não pode deixar de implicar também um reforço na prevenção da criminalidade associada à actividade da prostituição, nomeadamente no que concerne ao tráfico de seres humanos para essa finalidade. Contudo, a passagem de uma realidade semi-clandestina para um enquadramento jurídico claro de licitude também permitirá dotar de maior eficiência as próprias actividades repressivas das redes de tráfico.

4.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS NA INTERNET

A internet representa hoje um espaço incontornável de liberdade e de acesso generalizado e democrático à informação e ao conhecimento. É, talvez, a componente mais relevante da sociedade de informação e caminha a passos largos para se transformar num bem de primeira necessidade, sendo mesmo reconhecida como direito fundamental nalgumas ordens jurídicas. Hoje, a informação é um bem essencial e os pólos de poder baseiam-se por vezes mais em fluxos de informação do que em trocas de mercadorias ou serviços. Neste quadro, se por um lado a Internet traz grandes oportunidades de democratização no acesso à informação e ao conhecimento, por outro, cria disparidades e desigualdades entre quem tem e quem não tem acesso à informação

É, conseqüentemente, incontornável integrar as preocupações com a qualidade dos serviços prestados e com a liberdade de navegação na internet no eixo das liberdades



fundamentais, como tem já começado a suceder em diversos países europeus, seja pela mão dos partidos políticos tradicionais, seja pela através da emergência de novos movimentos sociais que definem nesta sede a sua prioridade de actuação. Neste contexto, a JS não pode ficar alheada de um debate que avança determinadamente pelo mundo fora, devendo abraçar, quanto a este domínio, cinco preocupações essenciais:

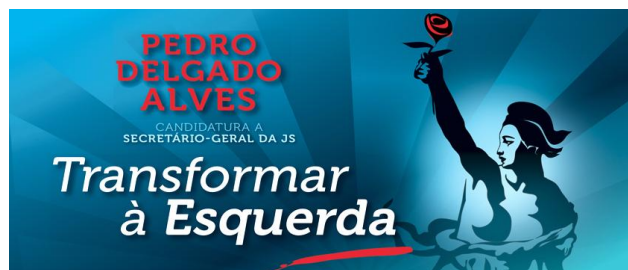
A) Privacidade

O primeiro aspecto a considerar respeita à necessidade em assegurar a privacidade dos utilizadores da internet, desenvolvendo um enquadramento adequado a prevenir o abuso de dados pessoais e de informação inserida em redes sociais, sites de compras electrónicas ou outros, evitando a transmissão não autorizada desses dados, a monitorização da navegação e elaboração de perfis dos utilizadores, susceptíveis de comercialização para futuras acções publicitárias ou de colocação de produtos.

Para além deste eixo, a preocupação com a protecção da privacidade face a ingerências intrusivas por parte dos poderes públicos tem de ser acautelada, assegurando-se o direito de cada um ao anonimato, a salvaguarda da sua correspondência electrónica e à protecção de outros direitos fundamentais, precisamente nos mesmos termos em que são objecto de protecção fora da rede.

B) Neutralidade

A principal virtualidade da internet enquanto ferramenta de acesso facilitado e célere à informação e ao conhecimento reside na quase inexistência de limites à navegabilidade na rede – uma vez adquirido o acesso, somos livres de visitar as páginas que entendemos e de estender a nossa curiosidade até onde pretendemos. No entanto, encontra-se em discussão em vários Estados e no seio das próprias instituições da União Europeia a possibilidade de supressão desta garantia de neutralidade na navegação, facultando aos fornecedores dos serviços de internet a possibilidade de criar pacotes variáveis de subscrição, em que o acesso a determinados conteúdos e sites estaria sujeito a pagamento adicional ao que já se realiza para beneficiar da ligação inicial.



C) Liberdade

Enquanto espaço de livre transmissão de conhecimento, cultura e informação, importa igualmente assegurar a inexistência de ingerências ilegítimas por parte dos poderes públicos, devendo ser claro o quadro constitucional e legal excepcional em que pode ter lugar qualquer restrição de conteúdos, e devendo esta ser sempre objecto de actuação escrutinadora das autoridades judiciais. Na Internet, assim como nos demais canais de livre expressão do pensamento, os princípios têm de ser os mesmos e passar pela inexistência de quaisquer formas de censura ou autorização prévia.

D) Reforma da protecção dos direitos de autor

A internet representa hoje, como referido, um veículo imparável de disseminação de produtos culturais. Contudo, o quadro legal de protecção dos criadores desses produtos culturais permanece, no essencial, o mesmo que existia antes do advento da explosão da sociedade de informação.

A JS deve lançar o debate em torno do futuro da protecção dos direitos de autor na internet, assegurando a protecção do criador do produto cultural, mas também permitindo que o utilizador final beneficie da celeridade de disseminação de conteúdos informativos e culturais oferecida pelas novas formas de comunicação. A evolução tecnológica e económica desequilibrou a realidade da protecção dos direitos de autor, criando vantagens injustas para alguns distribuidores, editores e outros intermediários, com prejuízo quer para os consumidores, que se vêm privados da redução natural dos custos de acesso a esses produtos culturais, quer para os próprios criadores, que vêm desnecessariamente limitada a disseminação das suas criações.

Importa, pois, lançar um debate refundador da protecção dos direitos de autor, adequado aos novos paradigmas comunicacionais do século XXI, reconhecendo que as ideias, o conhecimento e a informação não devem, por natureza, ter um acesso exclusivo, mas também não descurando a necessária salvaguarda dos criadores.



E) Software livre

Finalmente, a dimensão da utilização do software livre deve igualmente fazer parte da estratégia da JS, na medida em que representa uma mais fiel leitura da livre circulação de informação.

No que respeita ao relacionamento electrónico do cidadão com a Administração Pública, a disponibilização de documentos em suporte livre tem de estar assegurada, para que nenhum cidadão seja privado do contacto com uma entidade pública ou de informação na posse desta por não ter adquirido um determinado produto comercial. Já no plano interno dos serviços públicos, a utilização de software livre deve igualmente ser privilegiada, não sendo no entanto de excluir a necessidade de aquisição dos produtos que se revelarem mais adequados para acautelar as necessárias exigências de fiabilidade e segurança decorrentes da prossecução do interesse público.

4.5. CULTURA

Importa ainda, no domínio das políticas públicas a defender pela JS, introduzir de forma mais determinada e evidente uma preocupação crescente com as políticas culturais, particularmente aquelas dirigidas aos jovens. Uma governação marcadamente à esquerda tem de ter no seu programa político uma especial atenção com a promoção integrada da fruição e da criação cultural. No entanto, é indispensável realçar este carácter integrado da estratégia de políticas culturais, não bastando apoiar o potencial dos criadores, mas também incentivar o aparecimento de públicos para o consumo dos bens culturais produzidos. Nesse contexto integrado, o reforço das componentes artísticas do ensino básico e secundário têm de representar também uma via de actuação privilegiada.

Para além de inúmeras vantagens ao nível da dinamização de indústrias criativas, o desenvolvimento de políticas culturais de qualidade acarreta igualmente uma dimensão correctiva de desigualdades de acesso a bens culturais (patente no afastamento de várias zonas do interior da fruição cultural), bem como oportunidades acrescidas de realização individual e de cumprimento de direitos fundamentais na área da cultura. Seremos tão mais desenvolvidos individualmente e enquanto sociedade,



quanto formos capazes de aumentar a apetência da população pelo consumo de bens culturais, começando essa tarefa precisamente pelos jovens.

A) Apoio à criação cultural

Sendo a criação cultural um dos aspectos a potenciar numa política cultural integrada, importa assegurar a introdução no quadro do sistema de apoio às artes, gerido pela Direcção-Geral das Artes, e ao cinema, gerido pelo Instituto do Cinema e Audiovisual, de programas orientados para jovens criadores com idades inferiores aos 30 anos, focado em particular, mas não exclusivamente, no apoio às primeiras obras.

Complementarmente, também no quadro dos sistemas de apoios às artes e ao cinema, cumpre desenvolver programas orientados para o empreendedorismo jovem na área da cultura, explorando o enorme potencial das indústrias criativas, bem como continuar a potenciar os programas de estágios na área cultural, como o INOV-Art.

Ainda no plano da criação, o próprio estatuto dos artistas tem de ser adequado à realidade particular que enfrentam, designadamente no que respeita a índices de precariedade mais elevados, especificidades da protecção social e regime de aposentação e problemas decorrentes do carácter intermitente dos períodos de actividade.

B) Apoio à fruição cultural

No que respeita à fruição cultural, a primeira tarefa das entidades públicas deve passar pela adopção de medidas tendentes a reduzir as assimetrias no acesso a bens culturais e a promover a concertação da oferta cultural em rede de forma a servir aquela finalidade. A acessibilidade a uma exposição, a um concerto ou a uma peça de teatro varia significativamente consoante o ponto do país em que um jovem se encontrar, devendo as políticas públicas culturais orientadas para os jovens servir, em primeira linha, como factor de correcção da desigualdade.

A título exemplificativo, a existência de políticas culturais regionais, de origem intermunicipal ou potenciada pela administração central, podem ser a solução



para a gestão em rede de espaços culturais dispersos geograficamente (teatros, cineteatros, centros de exposição), assegurando-se a respectiva programação em registo itinerante e de rotatividade entre todos eles.

Ainda que conexas também com a realidade da criação cultural, a existência de apoios à fixação de jovens criadores e artistas em locais cuja oferta cultural seja menor contribui igualmente para a criação de uma comunidade integrada e para a multiplicação de pólos culturais.

C) Formação

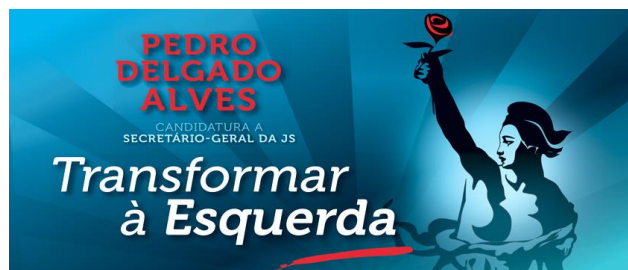
Para além da necessária articulação integrada entre apoio à criação e à fruição, como forma de potenciar o aparecimento de públicos para consumo dos produtos culturais, urge igualmente reforçar o peso das componentes artística e musical no ensino básico e secundário, mobilizando a escola pública para a tarefa de disseminação de práticas culturais, criação de públicos e disseminação de potencial para a fruição cultural alargada a todos os sectores da população.

Sem prejuízo da quase inevitável subsistência de públicos diversificados e estratificados, a escola pública e as políticas na área da cultura devem contribuir para uma “deselitização” no acesso a bens culturais, o que pressupõe não só a acessibilidade económica dos mesmos, como a transmissão de conhecimento e capacidade de fruição integral das obras. O primeiro passo para a dinamização de novos públicos passa, pois, pela escola.

Para além deste reforço da presença dos conteúdos culturais no sistema de ensino, importa também defender a existência de programas de apoio à formação de artistas e criadores, não só orientados para o aprofundamento das suas qualificações e vocações artísticas, mas também no domínio de competências complementares ao nível do empreendedorismo, da capacidade de internacionalização e autonomização.

D) Livro e Bibliotecas

O acesso à cultura através da leitura deve continuar a representar uma aposta integrada da Administração Central, através do Plano Nacional de Leitura, e dos



municípios, através do reforço da rede de bibliotecas municipais. Contudo, face à constatação das dificuldades ainda sentidas em zonas periféricas ou do interior em assegurar o acesso de todos aos espaços físicos das bibliotecas, deve ser potenciada quer a dimensão das bibliotecas itinerantes, quer a possibilidade de disseminação de obras literárias em formato digital, obviando às dificuldades da distância geográfica e das dificuldades de mobilidade.

E) Património e rede de museus

No que respeita ao acesso dos jovens ao património classificado e aos espaços museológicos integrados na Rede Portuguesa de Museus, o Estado deve procurar alargar o acesso gratuito aos equipamentos por si directamente dirigidos ou sob a sua tutela, bem como àqueles integrados na rede, ainda que geridos por outras entidades, incorporando no Cartão Jovem essa componente.

Complementarmente, o alargamento dos horários de funcionamento dos espaços museológicos de forma a permitir uma ou duas aberturas nocturnas semanais, complementadas por outras actividades culturais, à semelhança da prática em muitas cidades europeias e de pontuais iniciativas realizadas entre nós, reforçaria não só a possibilidade de acesso à fruição desses espaços, como poderia contribuir para a fidelização adicional de públicos que reforçariam a sua rentabilidade e sustentabilidade financeira a médio prazo.

Neste contexto ainda, e na linha programática de envolvimento dos cidadãos e da comunidade na gestão dos museus e património classificado, cumpre assegurar a intervenção dos movimentos associativos jovens nessa tarefa. Em determinados casos em que se afigure como uma alternativa viável à manutenção de património de interesse local em estado de subaproveitamento ou abandono, devem os responsáveis pela sua gestão ponderar a transmissão de competências de preservação e recuperação do património cultural a associações culturais jovens, e a iniciativas que possam envolver jovens com qualificações nas áreas da conservação e restauro.



F) Valorização da memória histórica

Mais uma vez recordando o Centenário da República, é essencial assegurar a existência de iniciativas públicas e de apoios públicos a iniciativas da sociedade civil orientadas para a celebração e valorização da memória histórica associada aos momentos determinantes na construção do Estado de Direito democrático. Desde os alvares do constitucionalismo, passando pela centralidade da implantação da República, não esquecendo os resistentes à ditadura do Estado Novo, nem os construtores da Revolução de Abril, os locais mais relevantes e emblemáticos desses acontecimentos históricos devem ser devidamente preservados, assinalados e valorizados.

Neste contexto, é igualmente relevante potenciar o aparecimento de núcleos museológicos e interpretativos que preservem a memória histórica e ofereçam uma leitura objectiva e crítica dos acontecimentos, desejavelmente integrados em redes e articulados com acções formativas desenvolvidas pelo sistema de ensino.

G) Língua portuguesa

Finalmente, uma última palavra deve ficar reservada para a promoção da língua portuguesa. A língua portuguesa representa também um eixo da actuação da JS no plano internacional, através da cooperação em vias de construção no quadro quer da CPLP, quer do Espaço Ibero-Americano.

Essa dimensão internacional do Português, uma língua que não pertence aos 10 milhões de pessoas que habitam o extremo ocidental da Península Ibérica, mas que é sim um património de quase 200 milhões de pessoas espalhados por vários continentes, é cada vez mais evidente, assim como evidente deve ser a necessidade da sua evolução e adaptação aos tempos.

Ainda que com valor meramente simbólico, a JS deve empenhar-se para que esta seja a última moção global de estratégia que adopta a grafia anterior ao mais recente acordo ortográfico e que, em breve, a organização assegure a adaptação de todos os seus documentos à nova grafia e passe a utilizar a grafia resultante do acordo nos sites e documentos da JS.



4.6. Saúde

Uma temática até aqui por explorar na actuação da Juventude Socialista, as políticas de saúde direccionadas para os jovens devem representar um conjunto adicional de matérias a merecer a nossa atenção e a gerar apresentação de iniciativas políticas nos planos nacional e local. Os números que vamos conhecendo sobre hábitos saudáveis entre a população jovem, particularmente os que revelam práticas alimentares desequilibradas e um reforço da sedentarização e do desinteresse pela actividade física e desportiva, devem ser factor de reflexão e motivar a procura de respostas adequadas por parte dos poderes públicos com capacidade de intervenção transversal nesta área, desde a escola aos próprios serviços de saúde.

A) Dependências

Em primeiro lugar, no que respeita às dependências, a JS deve orientar a sua acção no sentido do reforço da sensibilização para a necessidade de adopção de uma estratégia integrada de prevenção, tratamento e reabilitação dos consumos de substâncias geradores ou potenciadores de dependências, como o álcool ou estupefacientes.

Em vários pontos do país, os indicadores quanto ao consumo excessivo de álcool apontam para uma necessidade de reforço de uma estratégia integrada de sensibilização, apesar de continuarmos a revelar números inferiores aos que se observam em diversos Países europeus. No quadro específico do consumo de álcool, a articulação com outra relevante política pública que é a da prevenção rodoviária deve ser particularmente intensa.

No que respeita ao consumo de estupefacientes, a linha de actuação deve ser idêntica, não obstante a posição da JS ser favorável à legalização do consumo de drogas leves. Aliás, trata-se mesmo de uma abordagem integrada e complementar, visto que a legalização acarreta vantagens ao nível da qualidade das substâncias e da possibilidade de acompanhamento dos hábitos de consumo.

Acima de tudo, a estratégia a adoptar para ambos os casos deve assentar na primeira linha na sensibilização e transmissão de informação de forma a potenciar um consumo regrado e sustentado no conhecimento dos efeitos adversos do abuso das substâncias.



B) Alimentação

Um segundo eixo que deve reflectir a nossa abordagem para a saúde é aquele que passa por políticas para a educação e saúde alimentar.

- Mais uma vez cumpre colocar a transmissão de informação e a sensibilização para hábitos alimentares saudáveis na frente das preocupações, nomeadamente através da educação para a cidadania. Contudo, e na sequência deste objectivo, podem ainda as entidades públicas incentivar as práticas saudáveis, através das redes de cantinas escolares e do ensino superior, diversificando a oferta de refeições equilibradas e de qualidade.
- Ainda neste plano, é relevante ter uma abordagem direccionada ao mercado da publicidade, introduzindo restrições à possibilidade de publicitar produtos alimentares pouco saudáveis (excessivamente ricos em açúcares e gorduras) em espaços publicitários dirigidos aos públicos infantis e jovens.
- Por outro lado, importa também um reforço da sensibilização e da articulação em rede entre estabelecimentos escolares e estabelecimentos de saúde na identificação precoce e tratamento de distúrbios alimentares de manifestação potencial na adolescência, como a bulimia e anorexia.
- Ainda conexo com o ponto anterior, é igualmente relevante a sensibilização dos agentes publicitários e dos principais agentes das indústrias que transmitem esse tipo de mensagem publicitária, no sentido de não contribuírem para a construção de padrões estéticos estereotipados que podem potenciar a adopção de comportamentos alimentares pouco saudáveis e potenciar o aparecimento de distúrbios alimentares.



C) Desporto

Finalmente, a derradeira dimensão das políticas de saúde passa pela aposta integrada na promoção da prática desportiva e actividade física pelos jovens, atento o potencial que pode desempenhar na adopção de hábitos não sedentários e saudáveis.

- Desenvolvimento de uma estratégia de promoção real da prática desportiva, com vista a aumentar o acesso à actividade desportiva e às barreiras sociais, físicas ou de género que o dificultam;
- Apoio ao desporto escolar, aproveitando as oportunidades ao nível das infra-estruturas abertas pela requalificação do parque escolar;
- Integração, também no plano do ensino superior, de programas geradores da criação de condições para a prática desportiva;
- Reforço do combate à dopagem, prevenindo riscos para a saúde dos praticantes desportivos e salvaguardando a verdade desportiva;
- Desenvolvimento de acções de repressão de fenómenos de violência no desporto, articulando as respostas entre responsáveis associativos e forças de segurança e apostando na prevenção e sensibilização dos mais jovens através da introdução da temática nas escolas.

4.7. REINSERÇÃO SOCIAL

A reinserção social deve representar uma nova frente de promoção de políticas públicas pela Juventude Socialista, orientadas no sentido de assegurar a efectiva reabilitação da população prisional e de prevenir a sua reincidência.

O modelo de sociedade que defendemos não pode estigmatizar os cidadãos que, estando em vias de cumprir as penas a que foram condenados, acabam por se deparar com um sistema de reinserção que, na falta das devidas cautelas, acaba por potenciar o seu regresso à actividade criminosa.

Tão mais relevante deve ser esta actuação, quanto a potencialidade de recuperação da população prisional mais jovem é significativamente superior, se assegurada maior



qualidade na formação profissional e nas possibilidades de conclusão dos percursos escolares. Neste quadro, deve mesmo ponderar-se a elaboração de novo enquadramento jurídico para alguma da população prisional com mais de 21 e menos de 30 anos, adequando o seu percurso de reinserção social à respectiva faixa etária.



5. Políticas locais e regionais

A vitalidade da Juventude Socialista, bem como a sua capacidade de realização e de implementação das suas propostas políticas, reside em grande medida no facto de não se limitar a ser uma organização com intervenção limitada ao plano nacional, antes dispondo de uma rede bem disseminada e estruturada de militantes com responsabilidades autárquicas e regionais, com capacidade de introduzir nas agendas políticas das freguesias, municípios e regiões a discussão das principais causas da organização.

Consequentemente, é indispensável que a JS continue a reflexão em torno da sua intervenção autárquica e das formas como os objectivos nacionais se devem traduzir no plano local, demonstrando a mais-valia que representa para o Partido Socialista e para a implementação de políticas modernizadoras e promotoras da igualdade de oportunidades e da correcção de assimetrias regionais.

Simultaneamente, a JS deve mobilizar-se para o debate em torno da qualidade das nossas instituições representativas locais e regionais, introduzindo maior racionalidade aos processos de decisão, maior eficiência na alocação de recursos e maior qualidade nos serviços públicos prestados às populações. Para tanto, a resposta passa por uma abrangente reforma da organização administrativa, assente num diagnóstico preciso das dificuldades sentidas e na implementação de soluções alternativas.

A) Políticas locais

No que respeita à intervenção da Juventude Socialista no plano autárquico, importa desde logo reconhecer o papel muitas vezes determinante das políticas municipais na concretização de muitos dos objectivos políticos da nossa organização: desde as políticas de emprego e de apoio ao empreendedorismo, passando pelas políticas de habitação, pela intervenção municipal no plano do ensino básico e secundário, à implementação das propostas políticas na área do ambiente e energia, as autarquias locais são um palco privilegiado para a realização da transformação à esquerda, para a implementação do nosso programa político e para a dinamização da intervenção cívica.



Nessa linha, o nosso compromisso com o plano autárquico deve manter-se firme, criando condições para o exercício dos seus mandatos pelos eleitos locais que militam na JS e potenciando o envolvimento de mais militantes da organização na construção de políticas municipais e para as freguesias e, eventualmente, na assunção de responsabilidades na gestão autárquica.

Em grande medida, e conforme se descreve em maior detalhe noutro ponto, a Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas (ANJAS) deve desempenhar um papel essencial no apoio aos jovens autarcas e candidatos a autarcas, particularmente no apoio jurídico e formativo e na dinamização de redes de troca de informação e documentação. Para além disso, a JS deve empenhar-se directamente na definição de políticas autárquicas nas suas áreas de intervenção, concebendo estratégias de execução local das prioridades nacionais da organização.

Na linha do trabalho realizado nos anteriores mandatos, importa lançar quanto antes o levantamento das melhores práticas autárquicas socialistas e a construção de argumentários e guias de boas práticas para os nossos eleitos locais, que facilitem a execução no plano local das propostas da JS, particularmente nos sectores determinantes da emancipação jovem, qualificações e ambiente.

Finalmente, é igualmente importante que a JS desenvolva mecanismos complementares de articulação das suas estruturas locais de forma a assegurar a sua intervenção pública também no plano supramunicipal. São hoje múltiplas as experiências de cooperação intermunicipal, em sectores determinantes para as prioridades políticas da JS, mas a organização ainda não se apetrechou devidamente de meios para dar resposta às solicitações que recebe nesses planos e que permitirão dotar os seus representantes nos órgãos de comunidades intermunicipais ou das áreas metropolitanas de meios e argumentos para intervir.



B) Autonomias

Uma das grandes conquistas da democracia portuguesa consubstancia-se na instituição do regime autonómico insular das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, assente no reconhecimento das suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e na necessidade de edificar um governo de proximidade, com capacidade de intervenção no plano regional para a promoção do desenvolvimento económico e social das regiões e para minorar as consequências do carácter ultraperiférico de ambos os arquipélagos.

Contudo, as estratégias de desenvolvimento adoptadas nas duas regiões autónomas nas últimas décadas revelam realidades bem diferentes entre elas, das quais devemos retirar ilações distintas e partir para a valorização das boas práticas e para a construção de estratégias para aproveitar o potencial da autonomia regional onde ela tem falhado.

De facto, se por um lado deparamos, na Região Autónoma dos Açores, sob o governo do Partido Socialista, com uma clara aposta no desenvolvimento sustentável, através de investimento nas qualificações, no ambiente e no aproveitamento racional dos recursos endógenos, associada a uma valorização das políticas de juventude relativas ao emprego e habitação, o cenário de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira é bem distinto.

Quer no plano de desenvolvimento económico e social, onde, por exemplo, deparamos ainda com índices de desenvolvimento humano abaixo da média nacional, quer no plano da qualidade da democracia regional, onde avulta o desrespeito pelo papel institucional das oposições e se detectam fracas garantias de imparcialidade da Administração Pública, desconsideração pelas instituições da República e dificuldades no exercício pleno da liberdade de imprensa, a Região Autónoma da Madeira evidencia uma necessidade aguda de mudança de paradigma de desenvolvimento e de uma alternância política que respeite as instituições democráticas e valorize a sua qualidade e transparência.

A Juventude Socialista deve, pois, estar empenhada na recolha e difusão das melhores práticas de governação autonómica dos Açores, demonstrando também por essa via as múltiplas vantagens da governação no plano regional para a implementação de políticas de juventude, mobilizando-se ainda para o desafio eleitoral de 2011 na Madeira, enriquecendo o debate com os seus contributos e



apoiando as estruturas regionais da organização e promovendo a mudança que muito tarde naquela Região Autónoma.

C) Interioridade

Em grande medida, o principal eixo das assimetrias regionais no Continente é aquele que separa o interior do resto do País, evidenciado através do fluxo populacional das últimas décadas em direcção aos centros urbanos do litoral e das consequentes necessidades de reorganização das redes de serviços públicos e de alocação de recursos ao interior. Sendo regiões periféricas e isoladas até há pouco tempo, a falta de investimento ou investimento tardio, entre outros motivos, conduziu a essa significativa regressão demográfica, que as políticas de discriminação positiva e de correcção de assimetrias regionais promovidas pelo Partido Socialista têm procurado contrariar nos últimos anos.

Consequentemente, ao debruçarmo-nos sobre os principais eixos de intervenção política da JS, conforme têm vindo a ser identificados nos seus principais documentos políticos, detectamos uma clara necessidade de dar respostas adequadas às consequências da interioridade nos domínios do emprego e empreendedorismo, no acesso à habitação, no desenvolvimento das qualificações da população jovem ou no acesso em condições de igualdade a bens culturais. Em regra, sempre que deparamos com uma barreira à emancipação jovem, podemos ter a certeza que essa barreira assume um peso muito maior se colocada a um jovem ou a uma jovem do interior do País.

É importante que a JS afirme convictamente o seu compromisso com a resolução dos problemas económicos e sociais decorrentes da interioridade, e que se empenhe na criação imediata de políticas regionais que sustentem a migração das populações e que potenciem a qualidade de vida nas regiões mais periféricas do interior do território nacional, introduzindo o eixo da interioridade como um eixo decisivo para a actuação da organização. Nesse sentido, a criação de um Observatório para as Políticas de Interioridade reveste-se de particular significado no diagnóstico das dificuldades sentidas nas regiões do interior e na concepção de soluções integradas a adoptar pelos poderes públicos.



D) Regionalização

O debate em torno da Regionalização é dos mais antigos no discurso político do actual regime, remontando aos primórdios do sistema democrático e à intenção dos constituintes em apostar na introdução, pela primeira vez em Portugal, de um nível de governação intermédia dotado de legitimidade democrática.

Contudo, trata-se de um debate que se tem revelado particularmente difícil de travar livre de constrangimentos conjunturais e de pressões locais, impossibilitando a adopção de um modelo claro e eficiente para a organização administrativa do País no nível intermédio.

A revisão constitucional de 1997, introduzindo a obrigatoriedade de realização de um referendo em torno quer da institucionalização das regiões, quer da configuração do mapa de cada região em concreto, longe de representar uma oportunidade para concluir o debate, veio introduzir um entrave adicional e complexo na concretização de uma parte relevante, e potencialmente revolucionária, do desenho administrativo traçado pela Constituição na sua versão originária.

As experiências comparadas de diversos Estados da União Europeia e de outros pontos do mundo revelam as múltiplas vantagens de níveis de governação intermédia, servindo os objectivos de redução do excesso de centralismo em muitos processos decisórios de dimensão local, de reforço da racionalidade e eficiência da intervenção pública no plano regional e ainda, e de não somenos relevância, de democratização do processo decisório nesse plano regional, evitando diluições de responsabilidades e incertezas quanto ao exercício de competências dos poderes públicos.

Por outro lado, o momento que o País atravessa actualmente suscita a necessidade de implementação urgente de inúmeras medidas estruturais racionalizadoras da gestão dos recursos públicos. Uma dessas medidas, cujo potencial racionalizador tem de ser valorizado, é precisamente o da Regionalização Administrativa do Continente. Trata-se ainda de uma opção capaz de travar o crescente fosso entre litoral e interior, de potenciar a correcção de assimetrias regionais, de introduzir



um planeamento intermédio e democraticamente escrutinado da gestão de serviços e políticas públicas essenciais, à semelhança do que sucede na esmagadora maioria dos países da União Europeia, e de aproximar as decisões das populações, numa lógica de respeito pelos princípios da descentralização e da subsidiariedade.

Porém, temos também de ser cautelosos e realistas, reconhecendo que os riscos que a opção reformadora acarreta, ao poder potenciar o aparecimento de novas camadas de ineficiência, servindo apenas para criar novas clientelas, não são do domínio da ficção, carecendo sim de ser reconhecidos com reais e objecto da adopção de medidas preventivas da sua ocorrência por parte de quem defende a regionalização.

Terá igualmente de ser claro para todos que a introdução de um novo nível de administração não poderá significar apenas proceder a uma transferência de atribuições e competências da Administração Central e Periférica do Estado para o plano regional. A regionalização administrativa tem igualmente de assentar numa opção reflectida quanto à transferência de competências que hoje estão cometidas aos municípios, com vista a realizar um aumento de eficiência na gestão de recursos e de introdução de racionalidade na planificação das redes de serviços públicos essenciais. A Regionalização só valerá verdadeiramente a pena se o debate que anteceder a sua institucionalização se puder realizar num contexto de livre reconfiguração das responsabilidades das várias esferas de governação, na procura de um equilíbrio entre eficiência e proximidade.

No entanto, no quadro de debate para o qual deveremos contribuir nos próximos anos, temos também de ser exigentes quanto ao modelo de governação proposto para as regiões administrativas, evitando a repetição de erros já identificados noutros planos de análise e construindo o novo plano de governação regional com fundações sólidas. A título de exemplo, cumprirá assegurar a existência de um órgão deliberativo composto exclusivamente por representantes directamente eleitos com essa finalidade, perante o qual possa responsabilizar-se o órgão executivo regional, bem como assegurar mecanismos de financiamento das regiões adequados às transferências de competências e de recursos humanos e materiais, mas que seja suficientemente clara na prevenção do desperdício.



E) **Organização administrativa**

Na linha da reorganização administrativa do País, cumpre não só não desperdiçar a oportunidade para abraçar o aumento de eficiência que a regionalização pode acarretar, como também proceder a um debate alargado sobre o modelo de organização administrativa que temos no presente.

Marcados hoje por uma diversidade geográfica, demográfica, económica e social entre os municípios e freguesias que se revela muito significativa, Portugal assenta a sua estrutura autárquica num modelo institucional excessivamente rígido, num mapa construído muitas vezes para uma realidade populacional que já não existe e que partia da análise de uma realidade em que as vias de comunicação existentes se revelavam insuficientes para assegurar uma governação de proximidade.

Infelizmente, e não obstante as múltiplas conquistas ao nível da qualidade de vida das populações alcançadas pelo poder autárquico, o modelo de organização administrativa que hoje temos é por vezes potenciador de ineficiência, de incapacidade de execução de políticas públicas de qualidade e de dispersão de recursos. Municípios com largas dezenas de freguesias de reduzida dimensão, freguesias com dimensão várias vezes superior à de muitos municípios e a ausência de modelos de governação próprios para as grandes cidades são alguns aspectos reveladores da necessidade de um amplo debate sobre a matéria, no quadro geral da reforma administrativa local.

Neste quadro, a JS pode mobilizar os seus autarcas e intervir na discussão, no quadro do Partido Socialista, e na sociedade civil, debruçando-se, em particular, sobre os seguintes eixos:

- Adequação da gestão autárquica nas grandes áreas metropolitanas aos fenómenos que carecem de resposta no plano supramunicipal, fazendo uso amplo das possibilidades que a Constituição oferece para a criação de soluções originais para a governação dessas áreas;



- Promoção de estudos transversais que identifiquem a dimensão ideal de cada estrutura autárquica e que sirvam de ponto de partida para a redefinição dos limites geográficos das freguesias e de alguns municípios;
- Desenho de soluções de governação autárquica que aumentem a eficiência, mas que não deixem de prevenir os efeitos adversos da interioridade, particularmente no que respeita à desertificação das zonas mais periféricas do território nacional, assegurando a existência de governação e serviços públicos de proximidade;
- Discussão sobre qual o futuro para as fórmulas de cooperação intermunicipal hoje existentes no quadro de uma organização administrativa que comporte as regiões administrativas no Continente, procurando, também aí, garantir racionalidade no agrupamento de municípios para a prossecução de fins comuns;
- Paralelamente, no quadro geral da discussão sobre a organização administrativa local, participação na discussão em torno do futuro do sector empresarial local, promovendo a supressão das estruturas que se revelem ineficientes e geradoras de desperdício de recursos e a viabilização daquelas que se assumam como a forma mais eficiente de prossecução do interesse público.



6. Revigorar a República

Mais do que prometer reformas revolucionárias e recomeços do zero, a melhor forma de salvaguardar as conquistas democráticas e a revitalização das instituições da República no ano do seu Centenário deve passar por confiar na actualidade dos valores republicanos. Devemos olhar a dedicação ao serviço público, a prevenção de conflitos de interesses, a renovação regular do exercício de funções pelos titulares de cargos públicos e a adopção de políticas de abertura e transparência à sociedade e construção de mecanismos de envolvimento directo dos cidadãos nas decisões que mais lhes dizem respeito, com única forma de assegurar a aproximação ao exercício do poder do seu verdadeiro e único titular: o povo soberano.

No ano do Centenário da República, a necessidade de reforçar a participação cívica e política tem de representar um desafio central para todas as forças sociais e políticas. A qualidade da nossa democracia e dos seus representantes será tanto maior, se todos os cidadãos e cidadãs sentirem que fazem parte da comunidade política, que têm oportunidades reais de participar e decidir os destinos da República, eliminando perigosos caminhos de afastamento entre os titulares de cargos políticos e a população. Neste sentido, importa assegurar que a participação política dos jovens é dotada de dinamismo e que existem instrumentos adequados a potenciá-la.

Para além da promoção de mecanismos de participação política alargada, e de envolvimento das comunidades através da inovação social, a JS deve também procurar contribuir para o debate mais institucional em torno das necessárias reformas estruturantes para os próximos 100 anos da República, relançando o debate em torno da regionalização, enquadrado, porém, num debate mais alargado em torno da racionalidade de toda a gestão autárquica.

A) Implementação efectiva dos Conselhos Municipais de Juventude (CMJ)

Alcançada a obrigatoriedade legal de consagração de CMJs, na sequência de uma iniciativa legislativa e de um debate amplamente participado na estrutura da Juventude Socialista, cumpre agora, a nível nacional, quebrar as resistências à consagração em todos os municípios deste instrumento valioso de promoção da participação política e cívica dos jovens, de envolvimento dos cidadãos na tomada



de decisão e de reforço da cooperação entre movimentos associativos jovens locais.

Infelizmente, a atitude revelada por alguns autarcas e pela própria Associação Nacional de Municípios Portugueses não tem sido no sentido da valorização deste espaço privilegiado para a participação cívica dos jovens e para a criação de sinergias entre os movimentos associativos jovens locais, mas, inversamente, de reagir à obrigatoriedade legal de criação dos CMJs como uma intromissão na autonomia municipal. A nossa resposta deve ser clara e assertiva: os instrumentos de democracia participativa não visam a substituição dos mecanismos da democracia representativa, não sendo os Conselhos Municipais de Juventude mais do que entidades de auscultação das entidades representativas da sociedade civil e do seu envolvimento no processo decisório, enquanto destinatários das medidas a implementar pelas autarquias e interessados no seu sucesso. A legitimidade democrática dos autarcas não é beliscada, sendo-lhe outrossim dada a oportunidade de recolher contributos para a construção das políticas municipais para a juventude.

Nesta linha, e mesmo sem prejuízo de melhorar e clarificar potenciais dúvidas na lei que possam inquietar alguns autarcas, a JS deve mobilizar a sua intervenção municipal na prossecução de uma forma evidente de envolver os jovens na gestão da coisa pública e de promover o seu envolvimento cívico.

B) Disseminação dos orçamentos participativos

Recolhendo as experiências autárquicas positivas realizadas entre nós, em municípios e freguesias de vários pontos do País, marcadas por ampla participação popular e dinamização de movimentos sociais, a JS deve, através dos seus eleitos locais, promover a disseminação da figura nas autarquias que ainda a não abraçaram. O balanço dos orçamentos participativos implementados em Portugal é revelador do potencial do projecto na redinamização da intervenção cívica em Portugal.

Dispomos hoje de múltiplos exemplos em que a introdução dos orçamentos participativos revitalizou o debate sobre questões relevantes da gestão autárquica,



mobilizou as associações locais, potenciou o aparecimento de novas entidades com intervenção cívica e alargou o conhecimento das populações sobre os mecanismos de governação local, gerando cidadãos mais informados e envolvidos na gestão da coisa pública.

Complementarmente, também na linha de várias experiências locais de relevo, a Juventude Socialista deverá procurar, sempre que possível, promover a realização de experiências de orçamentos participativos jovens, com recurso à intervenção das escolas básicas e secundárias sediadas no território da autarquia ou com participação privilegiada dos Conselhos Municipais de Juventude.

C) Reforço da limitação de mandatos

No ano do seu Centenário, importa recordar e aprofundar um princípio basilar da República, que é o da renovação dos mandatos dos titulares de cargos políticos e a garantia do carácter não-vitalício dos mesmos. Trata-se de um mecanismo indispensável a assegurar a revitalização dos titulares de cargos decisórios e a quebrar o divórcio entre governantes e governados, assegurando que todos podem efectivamente fazer parte da governação da República.

Assim sendo, na linha da grande reforma introduzida pelo PS com a limitação dos mandatos de presidentes de órgãos executivos autárquicos, cumpre dar um passo em frente, alargando esta realidade aos demais titulares de cargos executivos do poder local (cuja perpetuação no exercício de funções pode ter as mesmas consequências negativas para a qualidade da democracia), bem como a outros titulares de órgãos políticos, nomeadamente o principal órgão de soberania representativo, a Assembleia da República.

Ainda que em moldes distintos da limitação de mandatos autárquicos, nomeadamente no que respeita à sua duração, a limitação de mandatos dos Deputados homenageia e serve a mesma finalidade de renovação republicana dos cargos políticos e pode reduzir o fosso que, inegavelmente, hoje cresce e separa os cidadãos dos seus representantes.



Simultaneamente, representa igualmente um incentivo aos próprios partidos políticos no sentido de promoverem a renovação e rejuvenescimento dos seus quadros, reforçando a formação dos militantes, envolvendo-os internamente no exercício dos mandatos e preparando atempadamente as futuras gerações para a assunção de responsabilidades públicas.

D) Transparência e abertura

A vitalidade do sistema democrático depende em grande medida da existência de uma real possibilidade de escrutínio democrático pelos cidadãos das decisões tomadas pelos seus eleitos, bem como pela responsabilização dos titulares de cargos públicos pela forma como exercem os seus mandatos. Consequentemente, importa afirmar e efectivar a transparência da gestão da coisa pública e criar fórmulas de reforço da interiorização dos valores essenciais da ética republicana na legislação fundamental relativa ao exercício de funções públicas.

Na linha de múltiplas reformas introduzidas nos últimos anos pelo Partido Socialista (designadamente no que respeita à revisão dos estatutos de titulares de cargos políticos, ao funcionamento da Assembleia da República e à emissão de novas regras estatutárias aplicáveis aos dirigentes da Administração Pública) e de múltiplas propostas decorrentes de iniciativas da sociedade civil e do meio académico, a JS deve fazer parte do debate em torno de algumas questões fundamentais:

- Reforço da participação dos interessados nos procedimentos administrativos e legislativos, recorrendo às novas tecnologias para a aproximação aos decisores e para recolha de contributos;
- Alargamento da efectividade do exercício dos direitos de acesso a documentos da Administração Pública, através da gradual disponibilização em registo de arquivo digital online de toda a documentação que não contenha dados pessoais ou informação nominal;



- Adopção de linguagem acessível na elaboração de documentos da Administração Pública, que quebrem o carácter por vezes desnecessariamente hermético da terminologia adoptada, para garantia da compreensibilidade por parte dos destinatários das decisões que lhes são dirigidas e para que estes possam escrutinar efectivamente os titulares dos cargos públicos;
- Reforço dos mecanismos de garantia de imparcialidade na Administração Pública, alargando o elenco de incompatibilidades e impedimentos necessários à tutela da prossecução do interesse público e à prevenção do aparecimento de conflitos de interesses, apostando simultaneamente na tendencial exclusividade no exercício de funções públicas, particularmente nas funções públicas electivas.

E) Promover a participação cívica

Sem prejuízo da necessidade de introdução de alterações reformadoras pontuais no funcionamento das instituições, grande parte do trabalho de consciencialização da sociedade para a participação cívica passa pelo desenvolvimento de iniciativas mobilizadoras pelas organizações que pretendem intervir nos debates públicos e desempenhar um papel transformador na nossa sociedade. A JS deve assumir a sua quota-parte de responsabilidade nessa tarefa, enquanto organização de juventude partidária e enquanto organização de participação política de jovens, procurando abrir as suas portas à intervenção de outros actores sociais relevantes, mas também procurando valorizar e dinamizar, através dos seus eleitos locais, regionais e nacionais, mas também de todos os seus militantes, a participação na vida pública e na construção de instituições mais abertas e participadas.

- Na primeira linha de uma intervenção mobilizadora e geradora de boas práticas e bons exemplos, a JS deve assumir a comemoração do Centenário da Proclamação da República como uma oportunidade única para valorizar os valores republicanos associados ao serviço público, à participação cívica, ao envolvimento dos cidadãos no processo democrático e à responsabilidade no exercício de funções públicas. Neste contexto, a criação de um programa nacional de comemorações



afigura-se indispensável, traduzindo o nosso compromisso com o ideário da liberdade, igualdade e fraternidade, mas não deixando de analisar criticamente o balanço do primeiro século republicano e de reflectir sobre os desafios dos próximos anos e o papel que uma organização com a JS pode desempenhar.

- Por outro lado, e no contexto de uma outra oportunidade de valorização da participação cívica, a JS deve empenhar-se no sucesso das actividades a desenvolver na cidade de Braga no ano 2012, quando esta assumir o estatuto de Capital Europeia da Juventude no 2012. Naquela que é uma das mais rejuvenescidas zonas do país, assegurar o interesse da população jovem pela construção da comunidade é algo que pode ser potenciado pelo programa de eventos daquela realização.
- Na linha do que sustentamos quanto à formação para a cidadania, a sociedade civil e as demais entidades públicas têm também de ser chamada a associar-se às tarefas da escola pública na formação dos cidadãos e na valorização da sua participação cívica, articulando os seus programas formativos com os das escolas;
- Igualmente significativo é o apoio continuado que se deve assegurar ao associativismo jovem, quer no plano de apoios materiais e financeiros, quer na defesa das condições de desempenho de funções pelos seus dirigentes, incentivando o voluntariado, quer ainda no reforço do reconhecimento da sua capacidade de intervenção junto dos poderes públicos, alargando a auscultação na definição de políticas públicas nas suas áreas de intervenção;
- Finalmente, é indispensável apostar na inovação social como factor de revitalização da ideia de comunidade e de reforço da participação democrática. A mobilização de recursos locais, o desenvolvimento de mecanismos da sociedade de informação para aproximar as populações da intervenção na esfera pública, a modernização das redes associativas e o reconhecimento da necessidade de agir em bairros e zonas desfavorecidas devem representar os eixos de intervenção da JS neste domínio.



7. Europa

A adesão da República Portuguesa ao projecto europeu, efectiva desde 1 de Janeiro de 1986, representa um dos mais marcantes momentos da nossa história recente, uma concretização de uma aspiração antiga de aproximação à Europa e de um corte definitivo como um modelo de isolamento que dominou a estratégia de desenvolvimento do País durante parte determinante do século XX. A adesão ao projecto europeu representou igualmente um objectivo central do Partido Socialista, uma parte integrante e incontornável de um programa político que afirmou a “Europa connosco”, que assegurou a abertura e a conclusão das negociações de adesão às então Comunidades Europeias.

As gerações jovens de hoje nasceram ou pelo menos cresceram numa País integrado no projecto europeu, não recordando uma realidade de fronteiras fechadas, não se revendo numa realidade sem Programa Erasmus, sem eleições para o Parlamento Europeu ou sem euros na carteira, ao invés de escudos. A Europa é hoje um traço identitário dos Portugueses, que nela revêem não só uma aspiração de progresso, mas uma efectiva fonte de melhoria da qualidade de vida.

Mas para os jovens socialistas, para além dessa identificação plena com o projecto europeu, reconhecemos também que ainda não terminámos a construção desse projecto, que queremos mais e melhor construção europeia, e que teremos de incluir nas nossas metas políticas esse mesmo desiderato – não são recentes as nossas claras tomadas de posição por uma Europa Federal, por uma melhoria da governação económica da zona Euro, por um reforço da dimensão social das políticas europeias e por mais participação democrática nas instituições da União Europeia.



A) Uma nova Europa em tempo de crise

No momento actual, contudo, até mais do que olhar em frente procurando a concretização da visão que temos para a Europa, teremos de dedicar grande parte das nossas energias nos próximos anos à consolidação do progresso já alcançado. A actual crise financeira, orçamental e económica que atravessamos, e que é sentida de forma particular na Europa, afectando mais intensamente as economias dos Estados membros da periferia da zona Euro, tem revelado insuficiências do modelo de governação económica do projecto Europeu, e da zona Euro, em especial, e tem demonstrado os perigos da falta de determinação e empenho em dar uma resposta à escala europeia a problemas que se colocam à escala europeia e global e só nesses planos podem ser efectivamente debelados.

Os mais de 50 anos que nos separam da assinatura do Tratado de Roma não terão ainda sido suficientes para a criação plena de uma consciência europeia e de interesse comum a todos os povos e decisores políticos europeus, pelo que se evidenciam ainda tomadas de decisão no plano europeu motivadas essencialmente por preocupações políticas de dimensão estritamente nacional, em que a necessidade de acautelar as pulsões de eleitorados descontentes prevalece sobre o interesse geral da União.

Tem de ser precisamente neste ponto que começamos a construir a diferença, focando de uma vez por todas os holofotes nas instituições da União Europeia e demonstrando que aspectos essenciais da nossa vida quotidiana e da qualidade do nosso desenvolvimento futuro passa pelo processo decisório que tem lugar em Bruxelas e Estrasburgo.

As sucessivas revisões dos Tratados institutivos têm vindo a prosseguir o objectivo declarado de reduzir o défice democrático da União Europeia, reforçando as competências do Parlamento Europeu e dando poderes aos cidadãos para escrutinar as decisões tomadas pelas instituições comunitárias e para impulsionarem a adopção de medidas por essas mesmas instituições, bem como de criação de um sistema de protecção de direitos fundamentais rico e completo, que orgulhe a nossa tradição democrática comum. Contudo, continua a faltar a percepção por parte da maioria da população de que a eleição do Parlamento Europeu e de que o processo decisório nas



instituições da União são determinantes e de que efectivamente existe uma comunidade política europeia.

O projecto que defendemos para a Europa não é, portanto, o de uma mera aglomeração de Estados que cooperam pontualmente em matérias avulsas, com vista à mera satisfação colectiva de interesses nacionais, gerida por burocratas politicamente neutros. A Europa que nos atrevemos a projectar assenta no desejo de criar uma efectiva comunidade política, um verdadeiro espaço de realização conjunta de objectivos e de promoção do desenvolvimento social e humano dos milhões de cidadãos que se agrupam sob o lema da unidade na diversidade. Contudo, o lema escolhido para a União Europeia não deve ser apenas abordado enquanto bonita frase para decoração de emblemas, deve verdadeiramente ser interiorizado como objectivo mobilizador para todos e todas as habitantes no Continente Europeu, só assim se realizando o programa que promete.

B) Um desafio à esquerda

À falta de participação e envolvimento dos cidadãos e cidadãs no projecto europeu, e para a qual ainda não fomos capazes de encontrar uma resposta, a esquerda socialista, social-democrata e trabalhista tem de acrescentar um desafio adicional, essencial para o futuro da nossa família política. De forma paradoxal, deparamo-nos hoje com uma crise financeira e económica internacional decorrente, no essencial, da desregulação da economia, potenciada por décadas de políticas neo-liberais e de uma fé inabalável num conceito, o do mercado livre, cuja irracionalidade tem vindo ao de cima recentemente, mas que não foi como tal percebida pelos eleitores Europeus.

Actuamos hoje numa União Europeia em que a clara maioria dos membros do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia provém de formações políticas de direita e centro-direita, formações que sustentam uma visão redutora do papel interventivo do Estado na economia, que não passa pela correcção das falhas do mercado, pela produção de bens públicos nem pela criação de condições de realização



da igualdade de oportunidades, através da adopção de medidas minimizadoras de assimetrias regionais, económicas ou sociais.

A receita que as famílias políticas à nossa direita propõem para sair da crise, corre ainda o risco de abalar os fundamentos do Estado social, forçando a redução cega da despesa pública, ainda que tal possa comprometer a realização de prestações sociais essenciais. Finalmente, é uma receita que continua a manter intacto o dogma da neutralidade política das instituições de governo económico europeu, assimilando as decisões essenciais no plano económico a uma dimensão estritamente técnica. Importa quebrar o tabu: as decisões fundamentais sobre a governação da economia europeia são decisões políticas, que enquanto tal carecem de legitimação, contraditório e escrutínio democráticos.

A JS deve abraçar o desafio europeu com renovado empenho, intervindo junto da ECOSY e de todas as organizações que a integram, no delinear das propostas políticas para a reconstrução e reforço do projecto europeu, bem como actuando no plano nacional, mobilizando o Partido Socialista para a construção de alternativas reformadoras a introduzir no debate na família política socialista europeia e nas instituições da União, bem como fomentando o alargamento do debate à sociedade civil e dinamizando a percepção da essencialidade da construção europeia.

C) Repensar e reforçar o governo económico da Europa

Desde há largos anos que a Juventude Socialista tem vindo a assumir uma postura crítica quanto ao modelo de governação económica da zona Euro, quer no que respeita ao plano institucional e às competências do Banco Central Europeu (BCE), quer no que concerne as opções fundamentais em sede de política económica. Infelizmente, a falta de resposta coerente e atempada das instituições europeias e dos Estados-membros do Eurogrupo confirmaram as piores expectativas. Conforme temos vindo a sustentar, não só a missão do BCE não se pode reduzir à estabilidade dos preços e a um mandato excessivamente limitado no que respeita à possibilidade de adopção de políticas que favoreçam o crescimento económico, como a visão aparentemente apolítica que lhe é conferida através das garantias de independência



consagradas nos tratados dificultam o debate democrático em torno de modelos e respostas alternativas para a governação económica.

A esta realidade acrescem ainda as dificuldades causadas aos Estados pela inflexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento, insensível à realidade económica concreta de cada país, impondo uma mesma receita para problemas significativamente distintos. Sendo hoje inegável a necessidade de disciplinar a gestão orçamental dos Estados-membros integrantes da zona euro, particularmente num momento em que a especulação em torno da dívida soberana dos Estados que enfrentam maiores desafios no plano orçamental o torna praticamente inevitável, a rigidez do Pacto de Estabilidade e Crescimento nos anos que antecederam o avolumar da crise restringiu as possibilidades de os Estados adoptarem uma intervenção pública na economia que teria sido decisiva para relançar o crescimento e evitar a contracção e o risco de recessão.

É neste quadro que temos de ser exigentes quanto ao futuro que queremos para a Europa. No rescaldo de uma crise financeira amplificada em larga escala pela especulação em torno das dívidas públicas de alguns Estados da periferia da zona euro, deixados à mercê dessa actividade especulativa pela falta de uma intervenção centralizada, célere e protectora por parte das instituições comunitárias, a União Europeia deve empenhar-se verdadeiramente nos mecanismos preventivos e reactivos cuja falta acentuaram os efeitos da instabilidade dos mercados:

- Reforço da regulação dos sectores bancário e financeiro, associada a mecanismos fiscais que previnam a especulação e complementem o financiamento da actividade de regulação;
- Introdução de mecanismos de fiscalização reforçada de conflitos de interesses detectáveis entre agentes do sector;
- Aposta na criação de uma agência de rating europeia dotada de critérios de actuação transparentes e objectivos;



- Edificação efectiva de mecanismos financeiros de resposta solidária às crises financeiras e económicas quando assumam uma dimensão monetária relevante, na linha do projectado Fundo Monetário Europeu.
- Seguindo o quadro das propostas políticas do Partido Socialista Europeu nas últimas eleições europeias, avançar para a criação dos denominados Eurobonds, introduzindo a possibilidade de emissão de dívida pública à escala europeia, obtendo condições mais favoráveis na sua colocação no mercado, e a posterior concessão de crédito aos Estados dele necessitados, com taxas de juro mais baixas do que as que resultariam de uma actuação individual da cada Estado.

Simultaneamente, importa também prosseguir e concluir o debate sobre a reforma orçamental da UE, sustentando a necessidade urgente de reforçar a capacidade interventiva da União Europeia no plano económico, dotando-a dos instrumentos indispensáveis para potenciar o crescimento económico e corrigir assimetrias no espaço da União.

Finalmente, perante propostas de governação económica assentes apenas no escrutínio da gestão orçamental de cada Estado membro pela Comissão Europeia, repetindo as fórmulas vigentes em escala reforçada e sem intervenção do órgão democraticamente legitimado na União, importará exigir uma mudança de paradigma assente em dois eixos: aposta no estímulo do crescimento económico também pela União, num quadro de escrutínio democrático da governação económica.

D) Reforço da Democracia

Apesar de pacificado em larga medida durante os próximos anos o debate em torno da reforma institucional na sequência da aprovação do Tratado de Lisboa, importa não perder de vista a implementação dos seus traços que reforçam a democracia interna na União. Tanto quanto nos for possível, devemos contribuir para potenciar a articulação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, devemos dar projecção e recorrer à possibilidade de desencadear iniciativas legislativas populares à escala europeia, devemos reforçar o conhecimento pela população da protecção de direitos fundamentais no quadro da União Europeia, e devemos, permanentemente,



contribuir para a aproximação dos cidadãos às instituições europeias, envolvendo os nossos parlamentares europeus e realçando as suas iniciativas com impacto directo na vida das populações.

Para lá destes objectivos, não deveremos perder de vista uma ambição de médio prazo de reforçar o projecto europeu, abraçando um modelo federal, na linha da posição já assumida no passado pela JS e sufragada pela ECOSY e outros movimentos de jovens no plano europeu. Ainda que a hora de chegada de uma verdadeira Constituição europeia, sufragada democraticamente pelos cidadãos europeus, possa estar longe, cabe-nos a tarefa de manter o debate aceso e de contribuir para a criação da uma verdadeira comunidade política à escala europeia.

E) Uma estratégia de desenvolvimento para a próxima década

Os próximos anos serão determinantes para o futuro da União Europeia também na medida em que assinalarão a conclusão da definição da estratégia de crescimento europeia para a próxima década, que se traduzirá na aprovação da sucessora da Estratégia de Lisboa, a denominada Estratégia 2020.

Ao apostar nas qualificações e no investimento em investigação e conhecimento como estratégia indicada para fazer da União Europeia a zona mais competitiva no espaço global, a Estratégia de Lisboa definiu um caminho ambicioso, empenhado no reconhecimento do papel dinamizador que as instituições europeias e os Estados-membros poderiam desempenhar no lançamento da economia e na introdução de uma lógica de crescimento sustentado para a União Europeia. Contudo, em grande medida devido à falta do empenho necessário à sua implementação, que se deveu em parte, mas não exclusivamente, ao facto de os principais decisores políticos encarregados da sua efectivação perfilharem concepções ideológicas adversas ou pouco entusiásticas quanto ao papel interventivo que a Estratégia de Lisboa reservava aos poderes públicos, a Estratégia de Lisboa não teve a oportunidade que merecia para demonstrar o seu potencial transformador da economia europeia.



No momento em que discutimos os eixos determinantes da estratégia para os próximos 10 anos, importa não perder de vista os objectivos ambiciosos delineados na Presidência Portuguesa da União de 2000, que aprovou a Estratégia de Lisboa. Cumprirá, pois, adequar as medidas a integrar na Estratégia 2020 às necessidades do tempo presente e, em particular, à necessidade de um papel interventivo e solidário da União na recuperação económica.

É imprescindível o reconhecimento das assimetrias económicas entre Estados e regiões da União, bem como a adopção de medidas de implementação da Estratégia 2020 que sejam sensíveis a esse facto e que contribuam para diminuir as assimetrias, ao invés de promover uma actuação cega às específicas necessidades de crescimento de cada País.

Neste contexto, e para além da necessidade de assegurar o devido enquadramento e relevo político a dar na Estratégia 2020 a questões centrais da visão de sociedade que defendemos, assentes, no essencial, na correcção de desigualdades e na eliminação de assimetrias, cumpre garantir a ponderação na Estratégia 2020 de duas abordagens relevantes ao seu sucesso: a clara valorização das políticas dirigidas à juventude e a transversalização da dimensão de género na estruturação da Estratégia.

Complementarmente, é igualmente relevante assumir a centralidade das políticas de reforço das qualificações, a necessidade de investimento em investigação e inovação e a valorização das políticas culturais e das indústrias criativas como eixo adicional de promoção de crescimento e emprego e a manutenção de uma preocupação com o desenvolvimento sustentável e, nesse domínio, com as políticas de fornecimento e gestão de energia e com as políticas de gestão eficiente de outros recursos naturais.

F) A Europa no mundo

O projecto europeu nasceu, no essencial, como projecto de realização da paz na Europa, na sequência de um conflito internacional que praticamente a aniquilou pela segunda vez em meio século. A União Europeia é, pois, um dos projectos políticos mais



bem sucedidos da era contemporânea, tendo permitido transformar os inimigos figadais da véspera nos parceiros da construção de uma comunidade económica (e hoje política) de futuro. Desta perspectiva, representa um modelo a seguir em vários pontos do globo, uma fórmula de integração potenciadora de paz, democracia, estabilidade e crescimento económico.

Contudo, a Europa deve ser mais do que um mero modelo teórico de importação, deve assumir-se também como um interveniente proactivo nos palcos internacionais, mobilizando a capacidade de intervenção conjunta dos seus Estados membros para a construção de uma comunidade internacional assente no respeito pelo Direito Internacional Público, apostada no multilateralismo e diálogo entre os Estados e na adopção de meios pacíficos de resolução de litígios. Os progressos alcançados nas últimas duas décadas são significativos, em particular aqueles introduzidos através do Tratado de Lisboa.

De facto, o novo tratado, apesar de manter no essencial as principais tomadas de decisão no plano da política externa e de defesa comuns no plano das decisões por consenso, dá diversos passos simbólicos e efectivos no reforço da cooperação entre os Estados da União, seja através da enunciação expressa da solidariedade entre os Estados-membros, seja através da afirmação de que a União Europeia comporta também uma dimensão de defesa colectiva. A instituição da figura do Alto Representante para a Política Externa, por outro lado, permitindo finalmente a unificação da acção externa da União Europeia, representa uma outra dimensão do reforço da coerência das estratégias internacionais da UE.

Fiel aos objectivos enunciados de promoção da resolução pacífica de conflitos e de salvaguarda do multilateralismo, a JS continuará a sustentar que a União Europeia deve reclamar um papel interventivo na prossecução desses objectivos. Em grande parte das operações internacionais de gestão de crises, a União é solicitada a intervir, mobilizando não só o seu potencial militar, ainda limitado, mas particularmente as suas capacidades no plano da reconstrução de sociedades afectadas pelos conflitos, que passam pela estabilização da sociedade civil, pelo apoio a governação, pela criação



de mecanismos de reforço do Estado de Direito e pela coordenação e gestão da intervenção de múltiplas agências e organizações internacionais.

Importa que os Estados-membros se consciencializem dessa responsabilidade e invistam de forma concertada e renovada nos meios ao dispor da sua actuação externa e que, descomplexadamente, utilizem os mecanismos do Tratado de Lisboa para aumentar a eficácia, a autonomia estratégica e a visibilidade da acção externa da União. A gradual e bem-vinda construção de uma Europa da Defesa deve guiar-se pelo princípio fundamental da complementaridade com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

G) Alargamento

Na linha do que temos vindo a sustentar desde há largos anos, o sucesso do projecto europeu mede-se também pela sua capacidade de alargamento aos demais Estados europeus e pela sua abertura à diversidade. No debate que já se trava em torno da extensão do alargamento da União devemos ser claros no tratamento igualitário a oferecer a todos os actuais e futuros candidatos, desde a Turquia aos Balcãs Ocidentais, passando pelos países do Cáucaso e pela própria Islândia. Desde que cumpridos os critérios relativos à capacidade de adesão ao mercado comum, por um lado, e os critérios relativos à protecção de direitos e liberdades fundamentais e à garantia de um sistema político democrático, a nenhum Estado europeu, designadamente aqueles que são membros do Conselho da Europa, deve ser fechada a porta à adesão invocando pretensas diferenças religiosas ou culturais insanáveis – o projecto de construção europeia é a demonstração de que não há barreiras inultrapassáveis nas relações entre os Estados.



8. Relações internacionais

No que respeita à intervenção da JS no plano das relações internacionais, os traços marcantes que sustentamos para a intervenção europeia no palco global são aqueles que já identificamos para a construção de uma sociedade internacional mais justa a respeito do papel da Europa no mundo: respeito pelo Direito Internacional Público, defesa do multilateralismo e aposta nos mecanismos de adopção de meios pacíficos de resolução de litígios.

A integração da Juventude Socialista na IUSY deve servir de instrumento privilegiado de actuação neste plano, reforçando a nossa presença nesta organização e realização de iniciativas em cooperação com os nossos principais parceiros internacionais no plano bilateral. No plano bilateral, sem prejuízo do trabalho a desenvolver no quadro das organizações que integramos conjuntamente com os nossos parceiros internacionais, a JS deve procurar promover um reforço do relacionamento com algumas organizações em particular, em relação às quais a cooperação e o desenvolvimento de projectos comuns se afiguram proveitosos.

A) Governação económica mundial

Em primeiro lugar, na linha da reflexão a desencadear no espaço europeu, importa repensar o quadro global das instituições de governo económico e financeiro da sociedade internacional, introduzindo critérios de justiça social e desenvolvimento sustentável ao modelo de globalização vigente. As repercussões da actual crise internacional e as dificuldades em edificar mecanismos de resposta eficientes a problemas que se colocam à escala global devem forçar uma reflexão quanto ao rumo a seguir no futuro. Mais do que oferecer um mesmo receituário para todas as crises, assente em paradigmas ideologicamente marcados por um modelo de economia de mercado com fraca componente social, as instituições de Bretton Woods (o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), bem como a Organização Mundial do Comércio, devem ser instrumentos de regulação efectiva e justa das transacções económicas à escala internacional.



B) Reforma da ONU

Ainda no plano da revisão do funcionamento das instâncias internacionais, um debate a acompanhar com particular vigor é o que respeita à reforma da Organização das Nações Unidas, designadamente no que concerne ao alargamento da representatividade internacional do Conselho de Segurança, reconhecendo que um modelo desenhado num contexto geoestratégico particular, em que o equilíbrio de poderes era significativamente distinto, não acautela devidamente o actual panorama da sociedade internacional, cumprindo reflectir na ONU o fim da guerra fria e o aparecimento de novas potências regionais. No contexto de um debate em torno do alargamento do número de membros permanentes do Conselho, ainda que não dotados de direito de veto, a identificação do Brasil entre um dos potenciais candidatos a esse estatuto deve ser enfatizada pela actuação política do espaço lusófono. Paralelamente, a JS deve ainda defender uma discussão aprofundada sobre a possibilidade de a própria União Europeia adquirir um lugar permanente no Conselho de Segurança.

C) Novos espaços de cooperação

Prosseguindo o rumo de uma aposta recente da JS, deve manter-se a valorização do espaço da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) como comunidade de realização de acções de cooperação assentes também nas políticas de juventude, potenciando os laços bilaterais com as organizações de juventude de partidos políticos integrados na Internacional Socialista e promovendo a criação de um espaço de integração política de todas as organizações que se reclamem do socialismo democrático no espaço da CPLP.

Por outro lado, também o trabalho político no quadro da cooperação Ibero-Americana deve ser prosseguido, aproveitando o potencial da recém-criada organização de cooperação entre organizações de juventude socialistas, as Juventudes Socialistas Ibero-Americanas, das quais a JS é membro fundador, e acompanhando os trabalhos do Espaço Ibero-Americano de Juventude.



D) Sahara Ocidental

A causa da autodeterminação do Sahara Ocidental tem representado um eixo de atenção da Juventude Socialista nos últimos anos, tratando-se de uma causa que continuará a merecer a solidariedade dos jovens socialistas portugueses e a mobilizar a nossa intervenção no plano interno. Em colaboração com os demais movimentos de solidariedade com a causa saharauí activos em Portugal, importa assegurar que a posição da República Portuguesa é conforme ao respeito pelo Direito Internacional e pelo direito à autodeterminação do povo saharauí, contribuindo para a realização do referendo previsto no quadro da solução promovida pela ONU e constante das resoluções do Conselho de Segurança sobre a matéria.

Na condução do presente debate, importa ainda não esquecer a identidade da questão jurídico-internacional face ao conflito de autodeterminação de Timor Leste – ocupação ilegal na sequência de partida da antiga potência colonizadora - e a posição exemplar então assumida por Portugal na comunidade internacional.

E) Debate e formação

No que respeita a dinamização do debate interno em torno de questões internacionais, a JS deve aprofundar a atenção até aqui dedicada às temáticas internacionais integrando nos seus programas de formação este eixo. Nesse quadro de aposta formativa, importa enfatizar particularmente as questões com maior relevo directo para a República Portuguesa (o debate em torno da revisão do conceito estratégico da NATO, à participação portuguesa em missões de manutenção de paz e de estabilização, como no Afeganistão ou no Kosovo, o relacionamento bilateral com parceiros da CPLP), sem descurar o acompanhamento dos principais focos de atenção da comunidade internacional, designadamente o conflito no Médio Oriente, a prevenção da proliferação de armamento nuclear, a emergência de novas potências regionais e o consequente reequilíbrio da ordem internacional, a cooperação para o desenvolvimento e o cumprimento dos Objectivos do Milénio fixados pela ONU, entre outros.



9. Organização

Expostas as áreas de intervenção política fundamental e o conjunto de propostas e prioridades a desenvolver pela Juventude Socialista no próximo mandato, importa igualmente traçar um rumo reformador para o funcionamento da organização, dotando-a dos instrumentos necessários à prossecução da sua missão e à realização dos objectivos a que se propõe. Podendo parecer questões de menor relevo no traçado de uma estratégia de intervenção política para um mandato de dois anos, as questões relativas à qualidade da organização e à racionalização da estrutura da Juventude Socialista são, na realidade, indispensáveis para que seja possível a realização integral do projecto transformador que queremos abraçar.

A) Gestão de dados e comunicação

Gestão de dados

Uma das principais prioridades para o próximo mandato no que respeita à gestão informatizada dos dados dos militantes tem de passar por um reforço da eficiência na gestão e por maior celeridade em dar repostas às solicitações das estruturas locais, quer no que respeita aos procedimentos de inscrição e transferência de militantes, quer no que respeita ao apoio aos procedimentos eleitorais.

A opção histórica no sentido da informatização do tratamento de dados e o carácter pioneiro da pré-inscrição online através do portal da Juventude Socialista abrem oportunidades de descentralização do acesso a informação e de carregamento de dados que devem ser potenciados, bem como de reorganização integral do arquivo de militantes, de forma a fazer corresponder a realidade da militância aos elementos constantes da base de dados e das listagens, actualizando contactos e dados pessoais, introduzindo mecanismos de validação adicional dos processos de filiação e aligeirando a base de todas as situações de não preenchimento de requisitos ou de não revalidação de dados.



Comunicação interna

A título complementar da gestão de dados, também a eficiência da comunicação interna tem de representar uma prioridade, ultrapassando as dificuldades sentidas na distribuição eficiente de informação e convocatórias para actos eleitorais, reuniões e eventos da Juventude Socialista.

Novo portal na internet

No que respeita à estratégia para a área das comunicações, o próximo mandato deve ficar marcado pelo lançamento do novo portal na internet da Juventude Socialista, beneficiando do trabalho acumulado em anos anteriores e potenciando uma ferramenta de comunicação essencial para o sucesso da transmissão da mensagem da JS, em plena articulação com as redes sociais mais relevantes, disponibilizando áreas temáticas relativas aos eixos prioritários da actuação política da JS, informação aos militantes e estruturas através de uma zona de intranet, uma agenda permanentemente actualizada das iniciativas nacionais e locais e outras funcionalidades que o tornem na janela da JS para o resto da sociedade.

Jovem Socialista e comunicação social

Partindo da progressão notável da qualidade e regularidade do órgão oficial da Juventude Socialista, o próximo mandato deve manter essa linha ganhadora e assegurar o enraizamento definitivo dos projectos-piloto da JS-TV e JS-Rádio, associados ao Jovem Socialista e em interacção permanente com o novo portal.

B) Militância e estrutura

Militância

No plano da militância, é importante continuar a assegurar o rejuvenescimento das estruturas da JS nos próximos anos, desenvolvendo uma campanha de filiação de âmbito nacional, bem como estratégias integradas entre os órgãos nacionais, as estruturas federativas e concelhias e a ONESES e a ONESEBS para potenciar a militância efectiva na Juventude Socialista, valorizando a militância de qualidade e a participação real na estrutura e na actividade política.



Complementarmente, importará proceder a um levantamento de estado e perfil da militância na Juventude Socialista, prever a progressão da mesma nos próximos anos e partir dos estudos realizados para as acções de filiação e de reorganização das bases de dados e da militância.

Associada a esta realidade importa também reforçar os laços com o Partido Socialista, assegurando uma eficiente activação da militância automática no PS aos 18 anos para quem opte por exercer esse direito estatutário, e sensibilizando os militantes do PS com menos de 30 anos que podem desenvolver uma actividade política enriquecedora e estruturada também através da Juventude Socialista.

Sindicalização

Com o intuito de potenciar a militância sindical dos seus filiados, a JS deve simultaneamente à sua campanha nacional de filiação promover a realização de acções de promoção da sindicalização e de criação de estruturas sectoriais, em colaboração com a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e com a Tendência Socialista na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP - Intersindical). Simultaneamente, o desenvolvimento da rede dos militantes sindicalizados deve representar outra preocupação dos próximos dois anos, a desencadear, numa primeira fase, através da caracterização do militante da JS sindicalizado.

Estrutura

A Juventude Socialista é hoje a única organização partidária de juventude com uma projecção verdadeiramente nacional, conhecendo uma implantação em todo o território continental e nas Regiões Autónomas. Importa, pois, assegurar uma forte presença não só dos seus militantes, mas também das suas estruturas locais, apostando na reactivação dos órgãos locais adormecidos e na implementação de estruturas em concelhos onde até hoje não marcaram presença.

Em particular, importa reactivar todas as estruturas federativas, e dinamizar conjuntamente com as lideranças federativas uma estratégia integrada para criação de núcleos e concelhias. Nesta tarefa importará:



- Racionalizar a rede nacional de estruturas, privilegiando o nível de intervenção em que ela se possa tornar mais eficaz e evitando a dispersão de esforços em estruturas de dimensão excessivamente reduzida – privilegiando, sempre que se afigurar mais adequada, a constituição de núcleos concelhios ou a fusão de núcleos.
- Disponibilizar, através da intranet, materiais de apoio aos dirigentes locais para a realização das tarefas de organização, nomeadamente no que respeita a procedimentos eleitorais, comunicação, contactos com imprensa local, gestão financeira, estabelecimento de redes de comunicação, coordenação e organização de actividades;
- Ainda no plano da estrutura, e fazendo uso da faculdades conferidas através dos estatutos, deve ser dado espaço a uma cooperação qualificada entre as federações e concelhias, permitindo-lhes intervir num plano supra-municipal e regional sempre que tal opção se revele a mais eficaz e adequada.

ANJAS

A Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas (ANJAS), associação de à qual a JS reconhece representatividade nas suas estruturas, deve ser municiada, no próximo mandato, de capacidade de aprofundamento da sua missão de apoiar os eleitos locais jovens socialistas, devendo a JS comprometer-se a auxiliar a realização dos seguintes objectivos da ANJAS:

- Optimização do apoio jurídico aos eleitos locais;
- Lançamento das estruturas distritais da ANJAS, em cooperação com as Federações da JS;
- Realização do Encontro Nacional do Jovem Autarca Socialista;
- Criação de redes temáticas de eleitos locais para articulação de políticas e partilha de experiências (nomeadamente, lançando uma Rede Nacional de Presidentes de Junta de Freguesia e redes de autarcas provenientes de municípios com características afins)



- Articulação e diversificação da formação, no quadro do plano geral de formação a implementar no próximo mandato;

ONESES e ONESEBS

O próximo mandato deve representar um momento decisivo para as duas organizações representativas dos estudantes socialistas. Embora se encontrem em momentos de desenvolvimento diferentes, tendo conhecido também diferentes graus de enraizamento e de sucesso, a Organização Nacional de Estudantes Socialistas do Ensino Superior (ONESES) e a Organização Nacional de Estudantes Socialistas do Ensino Básico e Secundário (ONESEBS) representam uma opção ganha por parte da JS, oferecendo pela primeira vez uma coerência temática à sua actuação em dois terrenos essenciais para a disseminação da sua mensagem política: o ensino básico e secundário e o ensino superior.

- No que respeita à ONESEBS, cuja implantação territorial tem sido mais demorada, importa introduzir algumas alterações pontuais ao seu funcionamento, permitindo flexibilizar e adaptar as suas estruturas locais à realidade de cada concelho. Sem prejuízo de continuarmos a almejar a instalação de núcleos de estudantes socialistas em todas as escolas em que se revele possível, uma maior coordenação ao nível concelhio, através da aposta na criação de núcleos concelhios de estudantes socialistas do básico e secundário, em estreita articulação com as estruturas locais da Juventude Socialista poderá revelar-se determinante para a disseminação de núcleos, para a inscrição de militantes e para a sua articulação em rede, no plano distrital, em primeiro lugar, e no plano nacional, logo que exista massa crítica suficiente para o efeito;
- A ONESES, por seu turno, deve ser acompanhada na fase final da sua implementação, através da criação da sua estrutura dirigente nacional, da edificação das estruturas regionais onde ainda não estejam implementadas e do alargamento da presença de núcleos de estudantes socialistas a todas as instituições de ensino superior universitário e politécnico. Para além do eixo organizativo, a ONESES encontram-se já em condições de fomentar, nas instituições, o



debate em torno das principais opções de política educativa para o ensino superior e de ser chamada à co-organização, com o Secretariado Nacional, de iniciativas de formação e debate no espaço do ensino superior, sobre outras áreas de intervenção da JS;

- Em articulação com a ONESES e a ONESEBS, o Secretariado Nacional deve promover a realização do Encontro Nacional de Estudantes Socialistas, fórum alargado de discussão das políticas para o sistema de ensino e de concertação de estratégias entre as duas organizações, bem como o estabelecimento de estruturas de cooperação permanente entre as duas estruturas;
- Finalmente, na linha de abertura estruturada da JS aos movimentos sociais e à sociedade civil, cumpre também estabelecer uma plataforma permanente de auscultação dos movimentos associativos.

Semanas federativas e temáticas

No plano da aproximação das estruturas nacionais à organização local da JS, importa prosseguir o relevantíssimo trabalho de identificação de boas práticas autárquicas e das estruturas locais através da realização das Semanas Federativas. Neste contexto, e de forma a aproximar ainda mais os militantes de base desta tarefa e a alargar a sua capacidade de participação directa, cumprirá integrar a realização de um Plenário de Militantes no quadro de cada semana federativa.

Para além da dimensão geográfica, os roteiros da JS pelas estruturas locais, federativas e concelhias, deve também passara a abarcar uma dimensão temática, nas áreas de intervenção identificadas na moção global de estratégia.

C) Formação

A formação dos seus militantes, simpatizantes e quadros tem de representar uma prioridade das actividades da Juventude Socialista para os próximos dois anos, a ela se devendo ainda associar a constituição de plataformas de discussão abertas à sociedade e realização de iniciativas de discussão e formação política nos locais por



excelência onde se pode fomentar essa actividade: as escolas, universidades e politécnicos.

- Em primeiro lugar, a estratégia de formação tem de passar pela aprovação de um Programa Nacional de Formação para o mandato, antecipando as temáticas, a calendarização, a descentralização e as responsabilidades pela organização de cada iniciativa. A calendarização tendencial permitirá aos militantes planificarem o percurso formativo que desejam frequentar e alocar de forma mais eficiente os recursos da organização.
- De seguida, cumpre continuar a privilegiar a parceria desenvolvida com a Fundação Res Publica, quer no que respeita à organização conjunta de iniciativas de formação política, quer no que respeita à frequência por militantes da JS das acções promovidas pela Fundação.
- No plano dos eventos, o modelo já testado dos Campus JS deve continuar a representar um dos principais eixos da formação ao longo do ano, e a principal forma de descentralização de iniciativas de dimensão nacional. Contudo, a esta realidade devemos acrescentar a realização anual de um evento de formação intensiva,
- Importa também investir fortemente em dois elementos formativos essenciais para a renovação e coesão da nossa organização. Por um lado, a realização de acções de formação ideológica, assentes na transmissão dos valores do socialismo democrático e da República, da caracterização das políticas públicas sustentadas pelo campo da esquerda democrática e enquadrando a evolução histórica do PS e da JS e a sua inserção na família política socialista democrática, social-democrata e trabalhista. Por outro lado, a formação do novo militante para a realidade à qual acabou de aderir, transmitindo com regularidade aos recém-filiados uma visão de conjunto sobre os objectivos, estrutura e modo de funcionamento da JS.
- Para além das outras áreas de formação política, uma em particular merece destaque e terá de ser articulada com a Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas (ANJAS), que é a da formação autárquica, dirigida na primeira linha aos eleitos locais da Juventude Socialista. Para além de uma



formação orientada para as competências indispensáveis ao exercício dos mandatos respectivos, a oferta formativa deve ainda apontar ainda para o enriquecimento dos programas políticos locais e para disseminar boas práticas autárquicas.

- Ainda no eixo da formação, a JS deve também investir na produção de elementos documentais de apoio aos seus militantes, diversificando a oferta de argumentários políticos em matérias centrais para a intervenção política da organização, procurando editar as actas das conferências e sessões de formação por si organizadas e, em articulação com a Fundação ResPublica e a Revista Finisterra, desenvolvendo a edição de Cadernos de Estudos.
- Neste contexto, a Juventude Socialista deve ainda promover a criação de um Centro de Estudos para as Políticas Públicas, atraindo contributos de militantes e de cidadãos e cidadãs independentes com intervenção académica, cívica e profissional de relevo, que possam reforçar a concepção das orientações políticas a desenvolver pela JS, auxiliar a elaboração de projectos de implementação dessas opções políticas e proceder à avaliação dos seus resultados. Complementarmente, em áreas essenciais e transversais da sua actividade política, a JS deve procurar edificar Observatórios de Indicadores e Políticas Públicas, apostados no diagnóstico das dificuldades com que se deparam os jovens e na identificação de boas práticas para a correcção de assimetrias – o emprego, a interioridade e a igualdade são algumas das áreas relevantes a abordar numa primeira fase.

D) Relações externas da Juventude Socialista

No que diz respeito às relações internacionais da JS, os últimos anos têm alargado os horizontes da actuação da organização e potenciado o aparecimento de novos espaços de cooperação internacional. Contudo, importa assegurar um maior envolvimento quer dos militantes, quer da estrutura da JS na execução das políticas de cooperação internacional, alargando o âmbito de intervenção e a capacidade de resposta da própria organização às cada vez mais numerosas solicitações.



- Em primeiro lugar, a manutenção da intervenção activa e relevante da JS na ECOSY e na IUSY deve permanecer uma prioridade das nossas relações internacionais. Particularmente no quadro da ECOSY, deve procurar aprofundar-se a participação dos militantes em iniciativas da organização, bem como reforçar o envolvimento da JS na promoção de eventos em parceria com a estrutura europeia de jovens socialistas;
- Ainda no plano europeu, importa proceder a um levantamento extenso das boas práticas de outras organizações integradas na ECOSY, não apenas no plano das políticas públicas promovidas, mas também ao nível da organização e comunicação;
- No que respeita a outros espaços de cooperação entre jovens socialistas, a JS deve manter a sua intervenção fundadora no projecto das Juventudes Socialistas Ibero-Americanas (JSIA) e acelerar os passos conducentes à criação de um espaço jovem socialista no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criando uma rede a partir dos contactos bilaterais que vem desenvolvendo;
- Por outro lado, as relações internacionais da JS e as actividades desenvolvidas pelos representantes da JS nas organizações internacionais de jovens socialistas devem ser objecto de maior divulgação aos militantes, através do Jovem Socialista e do site da Juventude Socialista;
- Ainda no que respeita ao envolvimento de toda a organização neste domínio, a cooperação bilateral entre estruturas da JS e estruturas regionais de outras organizações deve também receber novo impulso, particularmente aquelas relativas às zonas fronteiriças ou aos territórios insulares, em que a cooperação com as estruturas locais da JSE pode ser desenvolvida e aprofundada. Nesta senda, afigura-se igualmente importante a criação de um fórum de articulação da intervenção externa da JS, articulando as prioridades nacionais com as intervenções das federações e concelhias.



- Finalmente, a JS deve apostar uma vez mais na activação das suas estruturas no estrangeiro, aumentando a sua presença junto das comunidades portuguesas da diáspora e articulando essa intervenção, sempre que possível, com as organizações de juventude socialistas locais.

E) Abertura aos movimentos sociais

Finalmente, o projecto de transformação que procuramos abraçar tem de estar aberto à sociedade civil, tem de envolver todos e todas que se revêem no projecto político da Juventude Socialista. O conhecimento que temos dos movimentos sociais, revelam a presença de inúmeras e influentes organizações em áreas essenciais das nossas prioridades de intervenção cívica, cujos objectivos e valores partilhamos.

Desde as associações ambientais, às associações de defesa dos direitos fundamentais e promoção da cidadania, às organizações que se dedicam à saúde sexual e reprodutiva, passando por aquelas que promovem a igualdade de género e as que combatem a discriminação, não descurando os movimentos associativos estudantis, a JS tem de ser capaz de encetar um diálogo permanente, relacionar-se mais proximamente com as estruturas associativas e sindicais que lhe são próximas e que permitem disseminar de forma mais eficiente a sua mensagem e mobilizar outras pessoas e organizações para a concretização dos seus projectos. Neste contexto, importa mesmo promover a realização regular de um Fórum alargado de diálogo com os movimentos sociais, que habilite a JS a recolher os seus contributos e corresponder aos seus anseios.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. EMANCIPAÇÃO

1.1. EMPREGO

- A) Estágios profissionais
- B) Proliferação de bolsas de emprego
- C) Qualificações
- D) Combate à precariedade
- E) Reforço dos meios de fiscalização
- F) Vinculação das entidades públicas
- G) Incentivos às relações não-precárias
- H) Eliminação de estágios não-remunerados

1.2. EMPREENDEDORISMO

- A) Programas de apoio e incentivo ao empreendedorismo jovem
- B) Estatuto do jovem empreendedor
- C) Formação
- D) Incubadoras de empresas
- E) Desburocratização e simplificação
- F) Protecção social
- G) Diversificação das áreas de investimento

1.3. HABITAÇÃO

- A) Apoio ao arrendamento
- B) Habitação a custo controlado
- C) Construção e requalificação
- D) Habitação social Sub-30



2. QUALIFICAÇÕES

2.1. ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

- A) Reforço do pré-escolar
- B) Educação para a cidadania
- C) Educação sexual
- D) Repensar os conteúdos do ensino secundário
- E) Novos conteúdos e Actividades Extra-Curriculares
- F) Acção social escolar
- G) Violência em meio escolar
- H) Estatuto do aluno
- I) Regresso ao sistema de ensino
- J) Gestão escolar

2.2. ENSINO SUPERIOR

- A) Gestão democrática do ensino superior
- B) Acção social escolar
- C) Financiamento
- D) Trabalhador-estudante
- E) Qualidade de ensino
- F) Prescrições
- G) Mobilidade e Internacionalização
- H) Investigação científica
- I) Articulação com o mercado de trabalho

3. AMBIENTE E ENERGIA

3.1. Energia

- A) Energias renováveis: manter o rumo
- B) Micro- e minigeração
- C) Recusar a opção nuclear
- D) Eficiência energética



3.2. Transportes

- A) Transportes públicos
- B) Transporte ferroviário
- C) Transporte individual
- D) Ciclovias

3.3. Recursos naturais

- A) Água
- B) Áreas protegidas e biodiversidade
- C) Ordenamento do território
- D) Gestão de resíduos

4. DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS

4.1. IGUALDADE DE GÉNERO

- A) Transversalização da perspectiva de género
- B) Erradicação dos estereótipos de género
- C) Conciliação entre vida familiar e profissional
- D) Violência de género
- E) Acesso ao mercado de trabalho e não discriminação
- F) Empreendedorismo feminino jovem
- G) Saúde sexual e reprodutiva

4.2. COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES

- A) Comunidade LGBT
- B) Imigrantes
- C) Minorias étnicas e religiosas
- D) Cidadãos portadores de deficiência
- E) Discriminações múltiplas

4.3. NOVOS DESAFIOS

- A) Legalização das drogas leves
- B) Eutanásia
- C) Regulamentação da prostituição



4.4. DIREITOS FUNDAMENTAIS NA INTERNET

- A) Privacidade
- B) Neutralidade
- C) Liberdade
- D) Reforma da protecção dos direitos de autor
- E) Software livre

4.5. CULTURA

- A) Apoio à criação cultural
- B) Apoio à fruição cultural
- C) Formação
- D) Livro e Bibliotecas
- E) Património e rede de museus
- F) Valorização da memória histórica
- G) Língua portuguesa

4.6. SAÚDE

- A) Dependências
- B) Alimentação
- C) Desporto

4.7. REINSERÇÃO SOCIAL

5. Políticas locais e regionais

- A) Autarquias locais
- B) Autonomias
- C) Interioridade
- D) Regionalização
- E) Organização administrativa



6. Revigorar a República

- A) Implementação efectiva dos Conselhos Municipais de Juventude (CMJ)
- B) Disseminação dos orçamentos participativos
- C) Reforço da limitação de mandatos
- D) Transparência e abertura

7. Europa

- A) Uma nova Europa em tempo de crise
- B) Um desafio à esquerda
- C) Repensar e reforçar o governo económico da Europa
- D) Reforço da Democracia
- E) Uma estratégia de desenvolvimento para a próxima década
- F) A Europa no mundo
- G) Alargamento

8. Relações internacionais

- A) Governação económica mundial
- B) Reforma da ONU
- C) Novos espaços de cooperação
- D) Sahara Ocidental
- E) Debate e formação

9. Organização

- A) Gestão de dados e comunicação
- B) Militância e estrutura
- C) Formação
- D) Relações externas da Juventude Socialista
- E) Abertura aos movimentos sociais